



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FERNANDO DOMINGOS VIEIRA SARTÓRIO

**LAZER, CIDADANIA E DESIGUALDADE: UM ESTUDO SOBRE
VITÓRIA-ES**

VITÓRIA-ES
2015

FERNANDO DOMINGOS VIEIRA SARTÓRIO

**LAZER, CIDADANIA E DESIGUALDADE: UM ESTUDO SOBRE
VITÓRIA-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientadora: Prof^a Dr^a. Ana Lucy Oliveira Freire.

VITÓRIA-ES
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S251l Sartório, Fernando Domingos Vieira, 1988-
Lazer, cidadania e desigualdade : um estudo sobre Vitória-ES
/ Fernando Domingos Vieira Sartório. – 2015.
181 f. : il.

Orientador: Ana Lucy Oliveira Freire.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Lazer - Vitória (ES). 2. Cidadania - Vitória (ES). 3. Renda –
Distribuição - Vitória (ES). I. Freire, Ana Lucy Oliveira. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

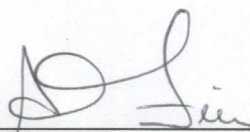
CDU: 91

“LAZER, CIDADANIA E DESIGUALDADE: UM ESTUDO SOBRE VITÓRIA-ES”

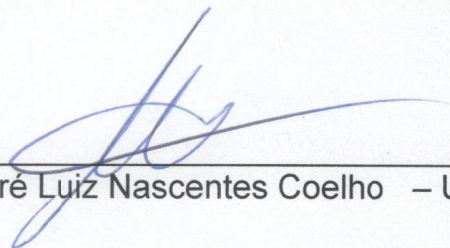
FERNANDO DOMINGOS VIEIRA SARTÓRIO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

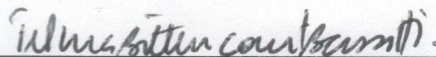
Aprovada em 27 de Fevereiro de 2015 por:



Prof^a. Dr^a. Ana Lucy Oliveira Freire. - Orientador - UFES



Prof. Dr. André Luiz Nascentes Coelho – UFES



Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti – UNIRIO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e me permitir superar cada nova etapa de minha vida, sempre me preservando e guardando.

Agradeço de todo o coração a minha família, em especial a minha mãe e ao meu irmão que sempre estiveram ao meu lado.

Obrigado aos meus queridos amigos, sem os quais, jamais teria com quem desabafar e derramar minha lamúrias, em especial agradeço aos queridos: Felipe V., Rodrigo B., Felipe D., Renata N., Kátia N e Vinícius A.

Meu profundo agradecimento à professora Ana Lucy, com quem, desde o início do curso me identifiquei, culminando nesta orientação de pesquisa, feita com todo o zelo, carinho e paciência inerentes a pessoa dela.

Agradeço, de todo coração, aos colaboradores desta pesquisa, em especial, aos líderes comunitários, bem como os ativistas e moradores, que lutam, cotidianamente, por uma vida coletiva mais digna.

"Olhem os pássaros do céu: eles não semeiam, não colhem, nem ajuntam em armazéns. No entanto, o Pai que está no céu os alimenta. Será que vocês não valem mais do que os pássaros? Quem de vocês pode crescer um só centímetro, à custa de se preocupar com isso? E por que vocês ficam preocupados com a roupa? Olhem como crescem os lírios do campo: eles não trabalham nem fiam. Eu, porém, lhes digo: nem o rei Salomão, em toda a sua glória, jamais se vestiu como um deles [...]. Portanto, não se preocupem com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã terá suas preocupações. Basta a cada dia a própria dificuldade" (MATHEUS 6: 26- 34).

RESUMO

O presente trabalho aborda, sob uma perspectiva analítica e crítica da Geografia, a temática relacionada ao lazer na cidade contemporânea, tendo como problemática a implantação desigual dos equipamentos públicos de lazer na cidade de Vitória-ES. A discussão do tema está associada ao lazer como um direito constitucional do cidadão, revelando de que maneira o Poder Público corrobora para a espacialização desigual dos equipamentos de lazer na cidade estudada. A discussão surgiu em torno da constatação de que Vitória-ES é uma cidade geograficamente dividida pelo Maciço Central, o que gera espaços diferenciados, como a orla Nordeste, rica e equipada dos mais diversos equipamentos de lazer e a orla Noroeste, voltada para a baía de Vitória e para o manguezal, marcada por grandes disparidades humanas, econômicas e sociais. Observou-se que, durante muitas décadas, o Poder Público esteve ausente na promoção de equipamentos públicos de lazer na orla Noroeste de Vitória, o que gerou ambientes diferenciados na cidade. Enquanto isso, a orla Nordeste passou por um intenso processo de promoção de equipamentos públicos, dos mais requintados, promotores de um valorização do solo local e da melhoria da qualidade de vida para a população ali residente. Desse modo, a dissertação pretendeu investigar as políticas públicas que estiveram atreladas à promoção de equipamentos públicos de lazer em quatro bairros específicos: Grande Vitória, Nova Palestina, Maria Ortiz e Resistência, todos localizados na orla Noroeste de Vitória. A escolha pelos bairros se deu através da detecção de que dois deles (Maria Ortiz e Nova Palestina) receberam a implantação de equipamentos públicos de lazer, tendo suas orlas reurbanizadas e o outros dois (Grande Vitória e Resistência), até a presente data, aguardam pela chegada de infraestrutura urbana de todos os tipos, inclusive de lazer.

Palavras-chave: Lazer; Cidadania; Desigualdade; Orla Noroeste

ABSTRACT

This present work addresses, under an analytical and critical perspective of Geography, the thematic related to leisure in the contemporary city, having as problematic the uneven implementation of such public equipment of leisure in the city of Vitoria-ES. The discussion of theme is related to leisure as a constitutional right of citizens. Revealing how the Government corroborates the uneven spatial distribution of recreational equipment in the city studied. The discussion arose around the fact that Vitória-ES is a city geographically divided by the Massif Central, which generates differentiated spaces, as the Northeast edge, rich and equipped with the most diverse leisure equipment and the northwest edge facing the Victoria bay and the mangrove, marked by great human disparities, economic and social. It was observed for many decades, the Government was absent in the promotion of public leisure equipment at the northwest edge of Victoria which created different environments in the city. Meanwhile, the northeast edge went through an intense process of promotion of public equipment, one of the most exquisite, promoters of an appreciation of the local soil and improving the quality of life for the population living there. Thereby, the dissertation intended to investigate the public policies that were linked to the promotion of public leisure equipment in four specific neighborhoods: Grande Vitória, Nova Palestina, Maria Ortiz and Resistência, all located in the northwest edge of Victoria. The choice of the neighborhoods occurred by detecting that two of them (Maria Ortiz and Nova Palestina) received the implementation of public leisure equipment, having their edges urbanized, and the other two (Grande Vitória and Resistência) up to the present date, are awaiting for the arrival of urban infrastructure of all kinds, including leisure.

Key-words: Leisure; citizenship; inequality; Northwest edge.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1. Teatro Mepômene.....	44
Foto 2. Cine Politeama.....	45
Foto 3. Café o Globo.....	46
Foto 4. Café Rio Branco.....	46
Foto 5. Parque Moscoso.....	48
Foto 6. Casas construídas ao longo do lixão.....	58
Foto 7. Piscina Flutuante.....	65
Foto 8. Estação de Bicicletas.....	65
Foto 9. Barco-taxi.....	65
Foto 10. Show na orla.....	65
Foto 11. Pérgola na Orla Pedra.....	69
Foto 12. Casas construídas sobre palafitas em São Pedro.....	123
Foto 13. Casa construída sobre elevado - Rua do Canal.....	125
Foto 14. Banco e mesa improvisados pela comunidade - Rua do Canal.....	128
Foto 15. Orla manguezal - bairro Grande Vitória.....	129
Foto 16. Privatização do espaço público - bairro Grande Vitória.....	130
Foto 17. Quiosque na Praia de Camburi.....	130
Foto 18. Campo de futebol (1) - bairro Grande Vitória.....	133
Foto 19. Campo de futebol (2) - bairro Grande Vitória.....	133
Foto 20. Rua Beira Mar.....	142
Foto 21. Praça Ofélia Candeias Coutinho.....	142
Foto 22. Apropriação espontânea da orla (1).....	143
Foto 23. Apropriação espontânea da orla (2).....	143
Foto 24. Campo de Futebol - bairro Resistência.....	144
Foto 25. Mini quadra de futsal - bairro Resistência.....	145
Foto 26. Antes da Urbanização da Orla - bairro Nova Palestina.....	154
Foto 27. Apropriação da orla - bairro Nova Palestina.....	154
Foto 28. Quadra de areia e Quadra Poliesportiva - bairro Nova Palestina.....	155
Foto 29. Playground - bairro Nova Palestina.....	156
Foto 30. Manguezal rente à área urbanizada - bairro Maria Ortiz.....	165
Foto 31. Ciclovia e rua - bairro Maria Ortiz.....	165

Foto 32. Orla não urbanizada - bairro Maria Ortiz.....	167
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma de Atividades (1).....	32
Figura 2. Fluxograma de Atividades (2).....	33
Figura 3. Município de Vitória - Relevo.....	34
Figura 4. Urbanização de Vitória em 1800.....	36
Figura 5. Proposta do Novo Arrabalde.....	38
Figura 6. Área de alagado do Parque Tancredo Neves em 1978.....	53
Figura 7. Área do Parque Tancredo Neves atualmente.....	54
Figura 8. Área das praças dos Namorados e dos Desejos em 1978.....	55
Figura 9. Área das praças Namorados e dos Desejos em 2014.....	56
Figura 10. Áreas de intervenção do Projeto Terra.....	57
Figura 11. Equipamentos propostos.....	66
Figura 12. Diferentes orlas do Projeto Orla Viva (1).....	67
Figura 13. Diferentes orlas do Projeto Orla Viva (2).....	68
Figura 14. Perspectiva humanizadas da Orla Água.....	70
Figura 15. Esquema do modelo de causação circular.....	102
Figura 16. Noroeste - região do bairro Grande Vitória em 1978.....	124
Figura 17. Noroeste - região do bairro Grande Vitória em 2012.....	124
Figura 18. Projeto Orla Viva - bairro Grande Vitória.....	132
Figura 19. Baía Noroeste - região do bairro Resistência em 1978.....	138
Figura 20. Baía Noroeste - região do bairro Resistência em 2012.....	138
Figura 21. Projeto Orla Viva - bairro Resistência.....	146
Figura 22. Baía Noroeste - região do bairro Nova Palestina em 1978.....	150
Figura 23. Baía Noroeste - região do bairro Nova Palestina em 2012.....	150
Figura 24. Perspectiva Humanizada - Projeto Orla - Nova Palestina (1).....	153
Figura 25. Perspectiva Humanizada - Projeto Orla - Nova Palestina (2).....	153
Figura 26. Proposta de intervenção na Ilha do Crisógono (1).....	158
Figura 27. Proposta de intervenção na Ilha do Crisógono (2).....	158
Figura 28. Baía Noroeste - região do bairro Maria Ortiz em 1970.....	161
Figura 29. Baía Noroeste - região do bairro Maria Ortiz em 2012.....	161

Figura 30. Perspectiva Humanizada - Projeto Orla - Maria Ortiz (1).....	164
Figura 31. Perspectiva Humanizada - Projeto Orla - Maria Ortiz (2).....	164
Figura 32. Projeto Orla Viva - bairro Maria Ortiz.....	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Tipos de Entrevista.....	25
Quadro 2. Colaboradores da Pesquisa.....	27
Quadro 3. Programa de Atividades de Lazer - bairro Grande Vitória.....	134
Quadro 4. Programa de Atividades de Lazer - bairro Resistência.....	147
Quadro 5. Programa de Atividades de Lazer - bairro Nova Palestina.....	159
Quadro 6. Programa de Atividades de Lazer - bairro Maria Ortiz.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População residente por sexo e grupo de idade - bairro Grande Vitória.....	127
Tabela 2. Equipamentos Públicos por área de atuação - bairro Grande Vitória.....	127
Tabela 3. População residente por sexo e grupo de idade - bairro Resistência.....	140
Tabela 4. Equipamentos Públicos por área de atuação - bairro Resistência.....	141
Tabela 5. População residente por sexo e grupo de idade - bairro Nova Palestina.....	151
Tabela 6. Equipamentos Públicos por área de atuação - bairro Nova Palestina.....	152
Tabela 7. População residente por sexo e grupo de idade - bairro Maria Ortiz.....	162
Tabela 8. Equipamentos Públicos por área de atuação - bairro Maria Ortiz.....	163

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Área de estudo.....	31
Mapa 2. Equipamentos de Lazer na orla - bairro Grande Vitória.....	136
Mapa 3. Equipamentos de Lazer na orla - bairros Resistência e Nova Palestina.....	149
Mapa 4. Equipamentos de Lazer na orla - bairro Maria Ortiz.....	169

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

BNH - Banco Nacional da Habitação

COMDUSA - Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano

HIS - Habitação de Interesse Social

PDM - Plano Diretor Municipal

PMV - Prefeitura Municipal de Vitória

PROMORAR - Programa de Erradicação da Sub-habitação

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória

SEMMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SIGs - Sistemas de Informações Geográficas

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. APRESENTANDO A PESQUISA	19
1.1 Caracterização da Unidade Territorial	34
1.1.1 <i>Evolução Urbana da Cidade de Vitória</i>	35
1.2 Evolução do Lazer na Orla de Vitória	41
1.2.1 <i>Do final do século XIX até meados do século XX</i>	41
1.2.2 <i>De meados do século XX até a década de 1990</i>	51
1.3 Evolução Urbana na Baía Noroeste	58
1.3.1 <i>Projeto Orla Viva</i>	64
1.3.2 <i>Orla Pedra</i>	69
1.3.3 <i>Orla Água</i>	69
1.3.4 <i>Orla Mangue e Orla Canal</i>	70
1.3.5 <i>Considerações sobre o Projeto Orla Viva</i>	71
CAPÍTULO 2. QUESTÕES QUE PERPASSAM O DEBATE TEÓRICO SOBRE O LAZER	73
2.1 Conceitos de Lazer na Sociedade Contemporânea	73
2.2 Ampliando o Diálogo da Geografia com o Tema Lazer	85
CAPÍTULO 3. O RECUO DA CIDADANIA E O DIREITO AO LAZER	93
3.1 O Recuo da Cidadania	93
3.2 Políticas Públicas de Lazer	100
3.3 Espaços Públicos e Equipamentos de Lazer	109
3.3.1 <i>Conceitos e Termos para alguns Espaços Públicos de Lazer</i>	113
3.3.1.1 <i>Rua</i>	113
3.3.1.2 <i>Praças e Parques</i>	115
3.3.1.3 <i>Jardim</i>	117
3.3.1.4 <i>Playground</i>	117
3.3.1.5 <i>Passeio e Calçada</i>	118
3.3.1.6 <i>Morros e Matas Nativas, Orlas de Mar, Rios e Lagoas</i>	119
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA ORLA NOROESTE DE VITÓRIA	122
4.1 Bairro Grande Vitória	123
4.1.1 <i>Contexto do bairro</i>	123
4.1.2 <i>Equipamentos na orla</i>	128
4.1.3 <i>Quadro de tipos de lazer</i>	134

4.1.4 Considerações sobre o lazer na orla do bairro Grande Vitória	135
4.2 Bairro Resistência	137
4.2.1 Contexto do Bairro	137
4.2.2 Equipamentos na orla	141
4.2.3 Quadro de tipos de lazer	147
4.2.4 Considerações sobre o Lazer na Orla do Bairro Resistência	148
4.3 Bairro Nova Palestina.....	150
4.3.1 Contexto do bairro	150
4.3.2 Equipamentos na orla	153
4.3.3 Quadro de tipos de lazer	159
4.3.4 Considerações Sobre o Lazer na Orla do Bairro Nova Palestina	160
4.4 Bairro Maria Ortiz	161
4.4.1 Contexto do Bairro	161
4.4.2 Equipamentos na Orla	164
4.4.3 Quadro de Tipos de Lazer	167
4.4.4 Considerações Sobre o Lazer na Orla do Bairro Maria Ortiz	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
APÊNDICE A	180

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como temática central o lazer na cidade contemporânea, reunindo um estudo de caso da orla da cidade de Vitória (ES), onde se percebeu, desde a década de 1990, uma série de intervenções urbanísticas voltadas à promoção de equipamentos urbanos públicos de lazer. Este estudo de caso foi embasado em uma perspectiva crítica sobre a espacialização desigual dos acessos aos equipamentos de lazer na cidade contemporânea, levando em consideração estudos de geógrafos, sociólogos, educadores físicos, urbanistas, entre outras perspectivas voltadas à discussão crítica do tema.

O município de Vitória evidencia ampla relação com o mar, na perspectiva de que a paisagem marítima está intimamente ligada às pessoas que habitam a cidade. O cotidiano de alguns indivíduos citadinos está atrelado à orla por meio do lazer relacionado aos banhos de mar, aos jogos na areia, à pesca, às caminhadas ao ar livre, aos encontros, à contemplação, entre outros. Apesar disso, percebe-se que muito pouco foi feito pelo Poder Público para aquilatar essa relação entre o cidadão e o mar. A cidade de Vitória passou por um processo de construção de parques e praças que não possuem qualquer tipo de relação ou identidade com a população do entorno, gerando espaços sem potencial de cuidados ou mesmo de apropriação para o lazer.

A crescente população do município ratificou um processo de segregação social, contribuída pela própria geografia da ilha, que culminou com o surgimento de bairros¹ a oeste e noroeste do maciço central, considerados carentes, abrigando o seguimento social mais pobre da população da cidade. A ocupação dessas áreas se efetivou por meio de invasões sobre os manguezais e encostas de morros, como alternativa ao déficit habitacional, principalmente na década de 1980. Historicamente, esses bairros foram desprovidos de investimentos públicos em lazer, sendo que as intervenções públicas foram marcantes, principalmente na reurbanização das orlas e na remoção de palafitas.

¹ A conceituação de bairro abordada neste trabalho, parte dos pressupostos de Souza (2010). Para o autor, a noção de bairro está ligada a características mais locais, onde se materializam processos compostos por identidades próprias e vivências reais. A identidade do bairro, portanto, está ligada a empatia dos moradores em relação a si mesmos e ao local onde vivem. E, ainda assim, pode ter significados diferentes para cada morador ou frequentador. Pode ser um lugar de moradia ou um lugar de vida, do cotidiano. Portanto, as formas de vivenciar um bairro ocorrem de diferentes maneiras, dependendo de cada morador que ali vive e suas intenções para o com o bairro.

Há cerca de duas décadas, o município de Vitória passou por diversas intervenções urbanísticas ao longo de sua orla. Especificamente nas administrações municipais da década de 1990, projetos de urbanização como o Projeto Terra e o Projeto Orla Marítima (Governo Federal) modificaram a paisagem da orla da capital. Na região² noroeste da cidade, especialmente, casas de palafitas foram retiradas da baía e bairros foram urbanizados. Ao longo da costa leste, no bairro da Praia do Canto, por exemplo, praças foram reformadas, como a Praça dos Namorados, a Praça dos Desejos e Praça da Ciência.

Durante a década de 2000, iniciou-se um processo intenso e oneroso de urbanização de diversas áreas da orla. Durante a administração municipal de João Coser (2005-2012), foram urbanizadas as orlas do bairro Maria Ortiz, Nova Palestina, São Pedro, Santo Antônio, além da criação do complexo esportivo e de lazer Tancredão no bairro Mario Cipreste, a reurbanização da orla da praia de Camburi, entre outros. Tais empreendimentos estiveram inseridos no Projeto Orla (Administração Municipal).

Além dos projetos já realizados, existem perspectivas para o futuro. A atual administração municipal de Luciano Rezende (2013 - 2016) lançou mão do "Concurso Nacional de Urbanismo para a Orla Noroeste de Vitória", que prevê uma primorosa intervenção urbanística em todos os bairros da orla noroeste e uma completa integração entre o ambiente humanizado, o suporte biofísico e as águas baía de Vitória.

Diante de tantas mutações e intervenções que a cidade sofreu desde os primórdios de seu surgimento, avançando cada vez mais sobre o mar e a baía, este trabalho buscou compreender o fenômeno do lazer ligado à orla da cidade, a fim de verificar, de que maneira ele se insere no cotidiano dos cidadãos de bairros específicos da cidade. Sabe-se que aqueles que vivem nas áreas periféricas estão sujeitos às mais diversas formas de exclusão social, estando privados da cidadania e do direito de acesso a um lazer de qualidade. Sabe-se também que o lazer tem sido alvo de debates e emergência cada vez mais proeminente nas cidades, onde há as mais diversas carências de infraestruturas para que os cidadãos possam aproveitar melhor seu tempo livre em equipamentos públicos de qualidade.

² O termo “região” é utilizado neste trabalho apenas para delimitar a área de estudo, levando em consideração que este conceito é utilizado pela administração municipal de Vitória para delimitar a área de estudo.

Nesse sentido, a fim de ampliar os debates sobre o lazer na cidade contemporânea, atrelando-o a um fenômeno espacialmente desigual, ou seja, anti-cidadão, nas cidades, este trabalho se estruturou da seguinte forma: no **Capítulo 1. Apresentando a Pesquisa**, o leitor terá acesso aos elementos norteadores da pesquisa, como os objetivos, a justificativa, a metodologia, além de uma prévia sobre o que será apresentado na sequência do trabalho. Além disso, aproveitou-se desse capítulo para apresentar o cenário de estudo da pesquisa, ou seja, a cidade de Vitória e os aspectos que envolveram e envolvem o lazer da ilha, relacionando-o com o mar e os cidadãos. Esta apresentação foi permeada pelos projetos de urbanização e de promoção do lazer na cidade ao longo dos anos, tendo como objetivo mostrar ao leitor uma prévia daquilo que foi feito e que está em fase de implementação na cidade, no que tange a produção de equipamentos públicos de lazer.

No **Capítulo 2. Questões que Perpassam o Debate Teórico Sobre o Lazer** é apresentada uma discussão de como o lazer se insere na sociedade contemporânea, além de ter sido realizada uma tentativa de aproximar o tema à Geografia.

No **Capítulo 3. O Recuo da Cidadania e o Direito ao Lazer**, a discussão teórica perpassa pela cidadania e o direito ao lazer, bem como é abordado o papel das políticas públicas na efetivação do lazer na cidade, seja através de políticas de animação ou de construção de equipamentos públicos específicos. Uma vez que se trata de um capítulo que elucida o direito de acesso aos equipamentos públicos, também foi feita nesse capítulo, uma abordagem conceitual sobre espaços públicos. Concomitante a isso, foi realizado um levantamento conceitual sobre alguns dos principais equipamentos públicos existentes nas cidades, balizado por aspectos e equipamentos abordados nos capítulos seguintes.

O **Capítulo 4. Análise dos Equipamentos e Apropriações de Espaços Públicos de Lazer na Orla Noroeste de Vitória**, traz à luz, a realidade da produção de equipamentos públicos de lazer em 4 bairros da baía noroeste de Vitória. Nesse capítulo, são apontados os aspectos da geohistória dos bairros, levando em conta, não apenas a produção de equipamentos públicos de lazer (objeto principal do estudo), mas também, as formas de ocupação dos bairros, a atuação do Poder Público em cada época da história, bem como as formas de apropriação da população nos equipamentos gerados. Para a produção deste capítulo, foi de fundamental importância, a história-oral

de líderes comunitários e moradores antigos, que ajudaram a contar a história de formação dos bairros. As análises das práticas de lazer existentes foram criadas através da observação não invasiva, com o uso de registros fotográficos e passeios pelas ruas dos bairros. Por fim, foram produzidos os "Quadros de Tipos de Lazer", levando em consideração as práticas de lazer e equipamentos públicos existentes nos bairros, com base nas funções e interesses de lazer, pressupostos de Iwanowicz (1997) e Marcellino (2006), respectivamente. Por fim, nas considerações finais, foi feita uma síntese das discussões empreendidas ao longo da pesquisa, bem como uma análise dos resultados finais.

CAPÍTULO 1. APRESENTANDO A PESQUISA

As transformações físicas e humanas pelas quais as metrópoles contemporâneas passam, saltam aos olhos daqueles que as observam mais atentamente e provocam mudanças profundas no cotidiano do cidadão e na sua relação com o meio em que vivem. O presente estudo pretende aprofundar as discussões e conhecimentos sobre o lazer na cidade contemporânea, bem como perfazer uma análise de como os espaços de uso coletivo, ou seja, os equipamentos públicos de lazer, além dos espaços não formais, como as ruas e calçadas, são apropriados pelas populações de bairros periféricos da cidade de Vitória.

Observa-se uma vasta quantidade de trabalhos reflexivos sobre o tema, principalmente entre os pesquisadores da Educação Física e da Sociologia, no entanto, acredita-se que cabe à Geografia, uma análise aprofundada, além de reflexiva, crítica, sobre a temática, que se materializa, essencialmente, no espaço. Por isso, urge que sejam feitas análises da implementação dos projetos de reurbanização na cidade de Vitória, de suas espacializações desiguais e de suas influências nas práticas de lazer.

Diversos foram os projetos de reurbanização de orlas na cidade, como o Projeto São Pedro (início da década de 1990), o Projeto Terra (meados da década de 1990), o Projeto Orla Marítima (Governo Federal - meados da década de 1990), o Projeto Orla (Administração Municipal - meados dos anos 2000), todos voltados, além da reurbanização, para a criação de áreas públicas de lazer.

Nesse sentido, este trabalho busca analisar o processo de implementação de políticas públicas de lazer, em específico, na orla de Vitória, relacionando esse processo a uma fragmentação socioespacial dos equipamentos gerados. É importante destacar que os projetos acima relacionados foram implementados de maneira seletiva. Até o final da década de 1990, os projetos de reurbanização, com a criação de áreas de lazer, eram quase estritamente realizados na zona leste e nordeste da cidade, ou seja, naquelas áreas onde os cidadãos abastados vivem, à exceção do Projeto Terra, que removeu palafitas da zona noroeste da cidade e reurbanizou orlas diversas. Para fins de análise, foi eleita

como área de estudo bairros da orla noroeste³, localizados em áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

A dinâmica da construção do espaço urbano da orla noroeste foi complexa e carregada de conflitos e mediações entre o Poder Público e sociedade civil organizada. Sabe-se da importância da participação popular na tomada de decisões sobre os rumos das políticas públicas a serem implementadas, por isso, verificou-se no decorrer do trabalho, se houve canais de participação entre a Prefeitura e os moradores, na escolha dos equipamentos e nas características dos projetos de reurbanização dos bairros contemplados por investimentos.

Objetiva-se, como essência deste trabalho, analisar a materialidade dos espaços e processos gerados, bem como a dimensão simbólica, sendo esta, as formas de apropriação dos espaços de lazer ao longo das orlas dos bairros pesquisados. Nesse sentido, para além dos espaços materializados pelo Poder Público, foi feita uma breve análise dos espaços não formais⁴, onde se desenvolvem: as brincadeiras de rua, a apropriação dos espaços públicos livres pelo poder privado, como é o caso de bares e quiosques localizados ao longo da orla, principalmente nos bairros não contemplados por políticas públicas de promoção de equipamentos públicos de lazer e de reurbanização.

Tal dinâmica, tão complexa, de apropriações diversas, insere a cidade de Vitória no contexto da globalização e das novas formas de vivenciar o espaço urbano, tão heterogêneo. Bairros pobres crescem ao lado de bairros nobres, em meio a uma explosão populacional. Os hábitos das pessoas acompanharam esse ritmo, culminando em uma nova forma de apropriação das cidades. Percebe-se certa tentativa de isolamento em condomínios fechados por parte das classes mais abastadas, bem como se verifica que o lazer vem se desenvolvendo cada vez mais em lugares fechados, privados e exclusivos, como os *shopping centers*. Diante disso, nos tempos atuais, as

³ Para fins de análise, a área de estudo foi delimitada de acordo com a proposta da Prefeitura Municipal de Vitória, através do Projeto Orla Viva (2014), que intitula como Orla Noroeste toda a faixa territorial de orla que se estende desde a Ponte Desembargador Paes Barreto (2ª Ponte) até o bairro Maria Ortiz. Esse recorte compreende os bairros adjacentes à rodovia Serafim Derenzi, bem como os bairros de Goiabeiras e Maria Ortiz, localizados às margens da Avenida Fernando Ferrari. Em específico, foram utilizados como base empírica, 4 bairros, sendo eles: Grande Vitória, Maria Ortiz, Nova Palestina e Resistência.

⁴ "Entendemos que em qualquer sociedade há códigos culturais que viabilizam a leitura, a apropriação e o aproveitamento dos lugares. As noções de localização, de territorializadade e do que lhes seja pertinente e adequado são constituídas através do recurso a estes códigos" (SANTOS E VOGEL, 1985, p. 23).

classes mais baixas da sociedade ficam excluídas do direito ao lazer, ferindo-se, dessa forma, um direito constitucional do cidadão. A intensa reprodução de equipamentos não específicos de lazer, como *shopping centers* e a supressão de equipamentos públicos específicos, que deveriam ser construídos em todos os espaços das cidades, dos mais pobres aos mais ricos, extingue o direito do cidadão ao lazer.

Há, portanto, a necessidade de se fazer uma reflexão de cunho geográfico sobre os rumos do lazer nas nossas cidades e, especificamente no caso de Vitória, onde se verifica uma privatização ou inutilização de áreas potenciais à prática do lazer público. Deve-se ainda fazer uma crítica ao papel do Poder Público nessa direção, pois este é o maior incentivador de políticas de lazer mercantilizado na atualidade. Na cidade de Vitória, percebe-se que a promoção de equipamento públicos de lazer favoreceu, durante muitos anos, as regiões mais nobres da cidade, como a orla leste, culminando, portanto, em uma distribuição desigual desses equipamentos. Nos últimos dez anos, houve certa desconcentração dessa política e o início da promoção de equipamentos na orla noroeste, mesmo que de maneira acanhada.

Urge, portanto, esforços que visem compreender a dinâmica socioespacial da distribuição de equipamentos públicos de lazer na cidade Vitória, compreendendo, criticamente, como o Poder Público corrobora com a desigual espacialização desses equipamentos através de suas políticas.

A amplitude dos métodos de pesquisa utilizados no decorrer do desenvolvimento deste trabalho é extensa. Para atender aos objetivos e à justificativa propostos, foi elaborada uma seleção de métodos, tanto qualitativos quanto quantitativos, adequados ao estudo de caso apresentado. A síntese dos métodos utilizados na pesquisa, por fim, buscou responder às questões pertinentes a esta pesquisa.

Podem-se enfatizar os seguintes métodos utilizados, preconizados por Veal (2011):

- Estudo científico
- Reflexão
- Fontes existentes - uso da bibliografia
- Fontes existentes - dados secundários
- Observação
- Métodos Qualitativos
- Sondagens com aplicação de um roteiro de entrevista

Além dos pressupostos de Veal (2011), a proposta de métodos perpassou por outras áreas, como as representações cartográficas e o uso de fotografias.

Nesse sentido, cabe ressaltar, que esta pesquisa fez uso de uma infinidade de métodos e técnicas, que buscaram dialogar entre si em todos os momentos da consumação do trabalho final. A escolha pela proposta de Veal (2011), se deu pela reconhecida expertise do autor em metodologia de pesquisa voltadas às temáticas do Turismo e do Lazer. Em sua publicação "Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo", o autor se debruça sobre diversas questões e enfoques de metodologias na área, dando à Geografia, um papel de destaque e importância em partes da publicação.

Como parte da metodologia, o **estudo científico** deste trabalho é marcado pelo levantamento de um material bibliográfico prévio, abordando as questões teóricas já produzidas sobre o fenômeno do lazer e sobre as outras temáticas, como: a cidadania, as políticas públicas, espaços públicos e a fragmentação socioespacial. Aliado ao estudo científico, foi feita uma **abordagem reflexiva e crítica** dos temas da pesquisa, em especial, por se tratar de um estudo de caso, onde, mais tardiamente, foram elaborados estudos locais sobre produção fragmentada de equipamentos públicos de lazer. Nesse sentido, neste trabalho, não é possível falar de um levantamento bibliográfico e conceitual para a criação de um estudo científico, sem uma reflexão crítica sobre a vivência cotidiana das temáticas propostas.

A experiência de se levantar uma bibliografia já existente, para a maior parte desta pesquisa, foi fundamental. É importante destacar, conforme afirma Veal (2011), que praticamente todas as pesquisas, mesmo que críticas, se utilizam de um material bibliográfico pré-existente. O lazer, principal objeto de levantamento bibliográfico, foi abordado segundo o enfoque de diversos autores. A princípio, foi feito um levantamento bibliográfico acerca dos estudos do lazer do sociólogo Joffre Dumazedier, além da busca por referenciais teóricos, visando abarcar trabalhos de estudiosos que versam sobre o lazer nos espaços públicos das cidades, mercantilização do lazer, apropriação de espaços públicos e cidadania, como os de Angelo Serpa, Gilmar Mascarenhas de Jesus, Ana Fani, Milton Santos, Nelson de Carvalho Marcellino, Jane Jacobs, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, entre outros.

O levantamento dos **dados secundários** foi feito através de idas aos órgãos públicos, em especial à Secretaria de Obras e à Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, ambas da Prefeitura Municipal de Vitória. De maneira geral, caracterizam-se como dados secundários, aqueles documentos relacionados aos equipamentos de lazer, como as plantas, projetos arquitetônicos (implementados ou não) e os dados referentes aos valores dos contratos das obras realizadas no bairros objetos da pesquisa. Esses dados secundários, juntamente com a observação em campo, foram fundamentais para a elaboração do Quadro de Funções do Lazer, feitos ao término da análise de cada bairro.

No decorrer das idas a campo, o trabalho de **observação** buscou uma sondagem inicial e não invasiva. Segundo Veal (2011, p. 250):

As técnicas não invasivas envolvem a coleta de informações sobre o comportamento das pessoas sem o seu conhecimento. Embora, em algumas ocasiões, isso possa levantar questões éticas, certamente apresenta vantagens sobre outras técnicas nas quais os participantes estão cientes da presença do pesquisador e podem, portanto, alterar seus comportamentos, ou quando é preciso confiar na memória dos próprios participantes para descrever seus comportamentos, que pode não ser precisa ou causar lembranças distorcidas.

A técnica de observação, para a realização deste trabalho, foi de valiosa importância, principalmente para uma abordagem inicial. Os primeiros campos realizados, ou seja, as primeiras vivências nos bairros, foram feitas sem que lideranças ou moradores soubessem da presença do pesquisador. A partir disso, surgiram as primeiras questões, indagações e devaneios que, posteriormente, foram colocados como necessários a serem pesquisados. Na pesquisa do fenômeno do Lazer, a observação é uma técnica importante, principalmente para se compreender o padrão de utilização dos espaços públicos, além da atitude dos moradores diante dos equipamentos de lazer em diferentes períodos do dia.

A observação envolveu incursões a campo, voltadas ao olhar e ao uso de fotografias para registrar não só os equipamentos de lazer existentes na área de estudo, mas também, envolveu a observação das práticas de lazer dos indivíduos no local. Optou-se por uma prática de observação não invasiva, uma vez que o pesquisador não tem envolvimento com a atividade de lazer que estaria sendo desenvolvida pelos moradores. Por isso, optou-se pelo contato visual direto com os locais de lazer, durante as atividades de campo.

Utilizando os pressupostos de Veal (2011, p.239), o tipo de pesquisa de observação foi a "observação não estruturada ou naturalista":

Nenhuma regra formal é estabelecida e nenhum procedimento de registro ou análise formal é realizado. O observador tenta descrever o fenômeno de interesse e desenvolver explicações e entendimentos no processo. Equivalente à entrevista aprofundada informal na pesquisa de sondagem.

Pelo fato dos espaços de lazer nas áreas periféricas das cidades apresentarem grande informalidade, no que diz respeito aos seus usos, a tendência à aglomeração de indivíduos que buscam a prática do lazer, encontra-se nas ruas e nas calçadas (quando existem calçadas). Alguns autores, como Ruddell e Hammitt (1987 citado por VEAL 2011), estudaram o comportamento das pessoas em espaços planejados para o lazer. Para eles, é comum que as pessoas se comportem de maneira não prevista pelos projetistas, resultando em espaços subutilizados, enquanto outros sofrem com a aglomeração. No caso dos bairros periféricos, é comum encontrar quadras de esportes vazias, enquanto crianças soltam pipas nas ruas e adolescentes ficam sentados em bancos ou nas calçadas conversando e paquerando.

De maneira geral, o **método qualitativo** se sobressai nesta pesquisa, haja vista que essa metodologia dispõe de uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados abrindo portas para diferentes análises e permitindo uma exposição da heterogeneidade do tema, em suas diversas representações sociais (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZASDER, 2004, p.163). Para tanto, esta pesquisa baseia-se no entendimento sobre os processos e formas espaciais, de acordo com os pressupostos de Corrêa (1989), pois, a partir destes é possível investigar melhor o espaço da cidade. De acordo com o autor:

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Esses processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1986, pág. 36).

Acredita-se que o método qualitativo possui uma abordagem mais flexível de pesquisa. A princípio, conforme já abordado, uma análise bibliográfica foi produzida, ao lado de uma reflexão crítica sobre a mesma.

O termo "qualitativo" é usado para descrever métodos e técnicas de pesquisa que utilizam e dão preferência a informações qualitativas em vez de quantitativas. Em geral, a abordagem qualitativa tende a coletar uma grande

quantidade de informações "ricas" sobre poucos casos, em detrimento de informações limitadas sobre um grande número de casos, o que é típico de uma pesquisa quantitativa (VEAL, 2011, p. 265).

Por ser uma abordagem qualitativa e com importante riqueza de informações, optou-se neste trabalho, por estudar 4 bairros de áreas constituídas como Zonas de Interesse Social (ZEIS), na baía noroeste de Vitória. Essas áreas são caracterizadas pelos Planos Diretores Municipais, como sendo de risco ambiental ou social, marcadas pela ocorrência de sub-habitações e famílias vivendo com renda abaixo de 3 salários mínimos (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). A imensa quantidade de informações coletadas nesses bairros, seja pelas falas de moradores e lideranças ou pelos documentos de dados secundários, possibilitou a elaboração de um rico material sobre a área. Vale destacar que ainda há outros bairros nas áreas ZEIS, ainda não estudados, que deixam um caminho aberto para novas pesquisas na região da orla noroeste.

Dentre os **métodos qualitativos** propostos por Veal e utilizados neste trabalho, podem-se destacar:

Quadro 1. Tipos de Entrevista

Entrevistas em profundidade	• Entrevista guiada por um roteiro em tópicos, e não por questionário formal. • Entrevista com tempo médio de duração de 30 minutos ou mais. • Entrevista repetida em caso de necessidade. • Entrevista gravada com prévia autorização do colaborador, caso necessário.
Pesquisa biográfica	• Foco na história de vida de um indivíduo ou parte dela. • Possibilidade de envolver entrevistas em profundidade e também evidências documentais e relatos escritos dos próprios sujeitos.

(Adaptado de VEAL, 2011, p.270)

Segundo Veal (2011), as **entrevistas em profundidade** possuem características muito importantes relacionadas a extensão, profundidade e estrutura. Isso porque é possível que elas sejam mais longas do que a aplicação de questionários formais, levando horas para serem feitas. Uma entrevista em profundidade, como o próprio nome diz, busca, investigar determinado tema, no caso deste trabalho, o Lazer, de forma mais complexa, de maneira que as respostas não sejam tão simples como as de um questionário, mas que elas abarquem a vida do colaborador, encorajando-o e instigando-o a falar e a

explicar detalhadamente respostas, tendo a oportunidade de repeti-las, quando necessário.

A busca pela profundidade nas respostas dos colaboradores objeto desta pesquisa ocorreu pelo fato de não se utilizar uma grande quantidade de colaboradores entrevistados, assim, buscou-se uma seleção criteriosa de indivíduos que pudessem dar o respaldo de respostas necessárias à pesquisa, a fim de não comprometer a arte final do trabalho. Em alguns casos, as perguntas foram formatadas de acordo com a circunstância e com o entrevistado. Por exemplo, no caso de moradores antigos dos bairros, pôde-se perguntar sobre as experiências durante a infância, no que diz respeito às práticas de lazer. No caso de jovens, adaptou-se para verificar quais são as práticas de lazer realizadas no cotidiano atual dos mesmos. Destarte, as entrevistas em profundidade propostas por Veal (2011) variam de uma para outra, ou seja, criam uma vida própria, dependendo da circunstância e do entrevistado. "A habilidade por parte do entrevistador é garantir que todos os tópicos relevantes sejam abordados - mesmo que em ordens diferentes e de diferentes maneiras em cada entrevista" (ibid., p. 272).

Como forma de registro, *a priori*, foi pensado na gravação. Em alguns casos, foi possível realizá-la, e, em outros, a gravação inibiu os entrevistados, além de, em alguns casos, não ter sido permitida. Como alternativa, rascunhos e anotações foram feitos no decorrer das entrevistas. As entrevistas gravadas foram transcritas palavra por palavra e as principais falas foram utilizadas no transcorrer do trabalho, sem a citação dos nomes reais dos colaboradores, a fim de resguardar a integridade dos colaboradores e do pesquisador.

A **pesquisa biográfica** possuiu valiosa importância para este trabalho, visto que através dela extraiu-se a história oral dos participantes. "[...] história oral envolve gravação em áudio de relatos de testemunhas oculares de eventos e, normalmente, a manutenção das fitas ou de sua transcrição" (VEAL, 2011, p. 279). Conforme fundamenta Bom Meihy (1996 citado por BORGES et al, 2008, p. 12): "a história oral possibilita a elaboração de registros e documentar experiências, saberes e práticas de pessoas, a respeito de suas vivências e concepções". Nesta abordagem de pesquisa, a história oral equivale às fontes escritas, possibilitando documentar uma realidade individual ou coletiva que

ainda não foi documentada. Foi utilizado um questionário aberto e semiestruturado⁵, como forma de obter as informações importantes sobre o colaborador da pesquisa e a sua vivência na área de estudo. Para tal, valeu-se, concomitantemente, do recurso das entrevistas em profundidade.

A definição do número de entrevistados foi feita com base na importância de cada colaborador da pesquisa e das suas vivências enquanto morador do bairro, liderança comunitária ou técnico da administração municipal. O **quadro 2** expõe com clareza essas informações:

Quadro 2. Colaboradores da Pesquisa

Prefeitura Municipal de Vitória	Secretaria de Desenvolvimento da Cidade	2 colaboradores
Prefeitura Municipal de Vitória	Secretaria de Obras	1 colaborador
Prefeitura Municipal de Vitória	Secretaria de Serviços	1 colaborador
Bairro Grande Vitória	Associação de Moradores	1 colaborador
	Morador	1 colaborador
Bairro Nova Palestina	Associação de Moradores	1 colaborador
	Morador	1 colaborador
Bairro Maria Ortiz	Associação de Moradores	1 colaborador
	Morador	1 colaborador
Bairro Resistência	Associação de Moradores	1 colaborador
	Morador	1 colaborador
Total de Entrevistados		10 colaboradores

Elaboração: Fernando Sartório, 2014

Conforme já abordado, esta pesquisa buscou o estudo de fenômenos específicos: o Lazer e a sua relação com a fragmentação urbana. Com o escopo de ir além de uma análise do fenômeno do Lazer em um **estudo de caso**, a pesquisa buscou um viés crítico, envolvendo, por exemplo, a caracterização da área de estudo, um breve estudo

⁵ Apêndice A - Modelos dos Questionários.

analítico do suporte biofísico, a geohistória do lugar, seus aspectos sociais e demográficos. Apesar da abordagem de pesquisa qualitativa, há, imbricado no contexto, questões quantitativas, como a quantidade de equipamentos públicos de lazer nas áreas de estudo e dados demográficos.

A abordagem do estudo de caso, balizada num estudo qualitativo, se efetiva essencialmente no espaço. Diante disso, uma análise da espacialização dos equipamentos públicos de lazer se fez necessária. No âmbito da Geografia, uma importante ferramenta para o diagnóstico da espacialização de eventuais objetos de estudo é o Sistemas de Informações Geográficas (SIG), entendido como “[...] um conjunto poderoso de ferramentas para a coleta, armazenamento, recuperação e visualização de dados espaciais do mundo real para um conjunto de propósitos específicos” (BURROUGH; MCDONNELL citado por FITZ, 2008, p. 23). Visitas a campo foram previamente realizadas, de onde extraíram-se suas coordenadas geográficas, através de um GPS (*Global Positioning System*), para então, georreferenciar as informações coletadas. O Geoprocessamento é entendido como [...] um conjunto de tecnologias, que possibilita a manipulação, a análise, a simulação de modelagens e a visualização de dados georreferenciados” (ROCHA, citado por FITZ, 2008, p. 24). Através do recurso Geoinformação (Sistemas de Informações Geográficas e Geoprocessamento), portanto, foi produzido, inicialmente, um material cartográfico, contendo informações sobre os equipamentos e os espaços de lazer públicos na orla da Baía Noroeste de Vitória. Dentro dessa conjuntura, o Geoprocessamento, caracterizado como um conjunto de ferramentas e técnicas utilizadas para manipular dados espaciais, tornou possível a compreensão da dinâmica espacial, por meio da análise do material produzido, ou seja, através dessa tecnologia de produção de mapas pôde-se verificar como é desigual a espacialização de equipamentos públicos de lazer na cidade de Vitória.

Os mapas e as figuras utilizadas para as análises espaciais foram adquiridos a partir da base de dados do Instituto Jones dos Santos Neves, Ortofotomosaico - Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) - sobrevoo do Estado do Espírito Santo de 2008, além de imagens mais recentes retiradas do Google Earth, além do uso do GeoWeb disponibilizado pela prefeitura de Vitória. Tais dados estiveram relacionados principalmente aos limites dos bairros, limites municipais, logradouros e áreas de ZEIS.

Para a construção dos mapas e das figuras, foi utilizado o *software* de geoprocessamento ArcGis 10.2.2. Nesse *software* foi possível elaborar e trabalhar imagens, adicionar e criar *shapes*, com o intuito de estabelecer critérios para posteriores análises.

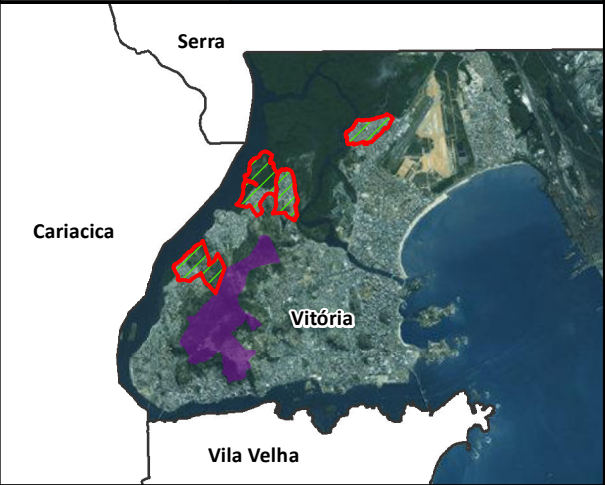
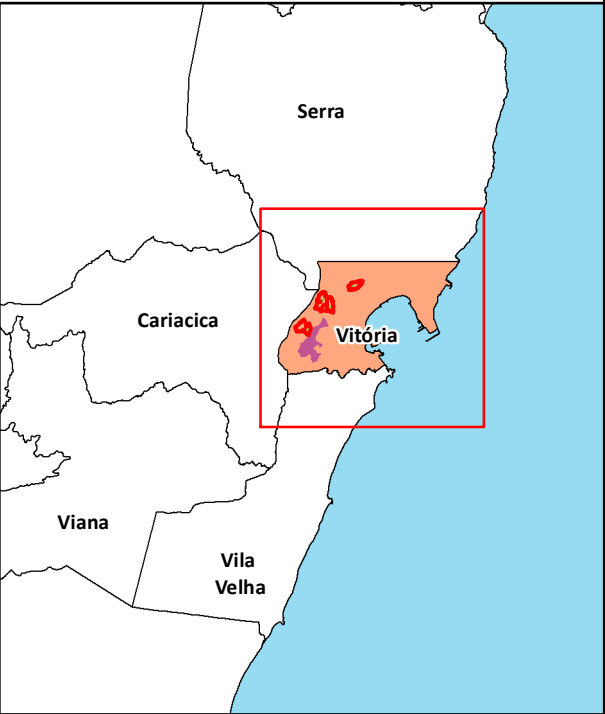
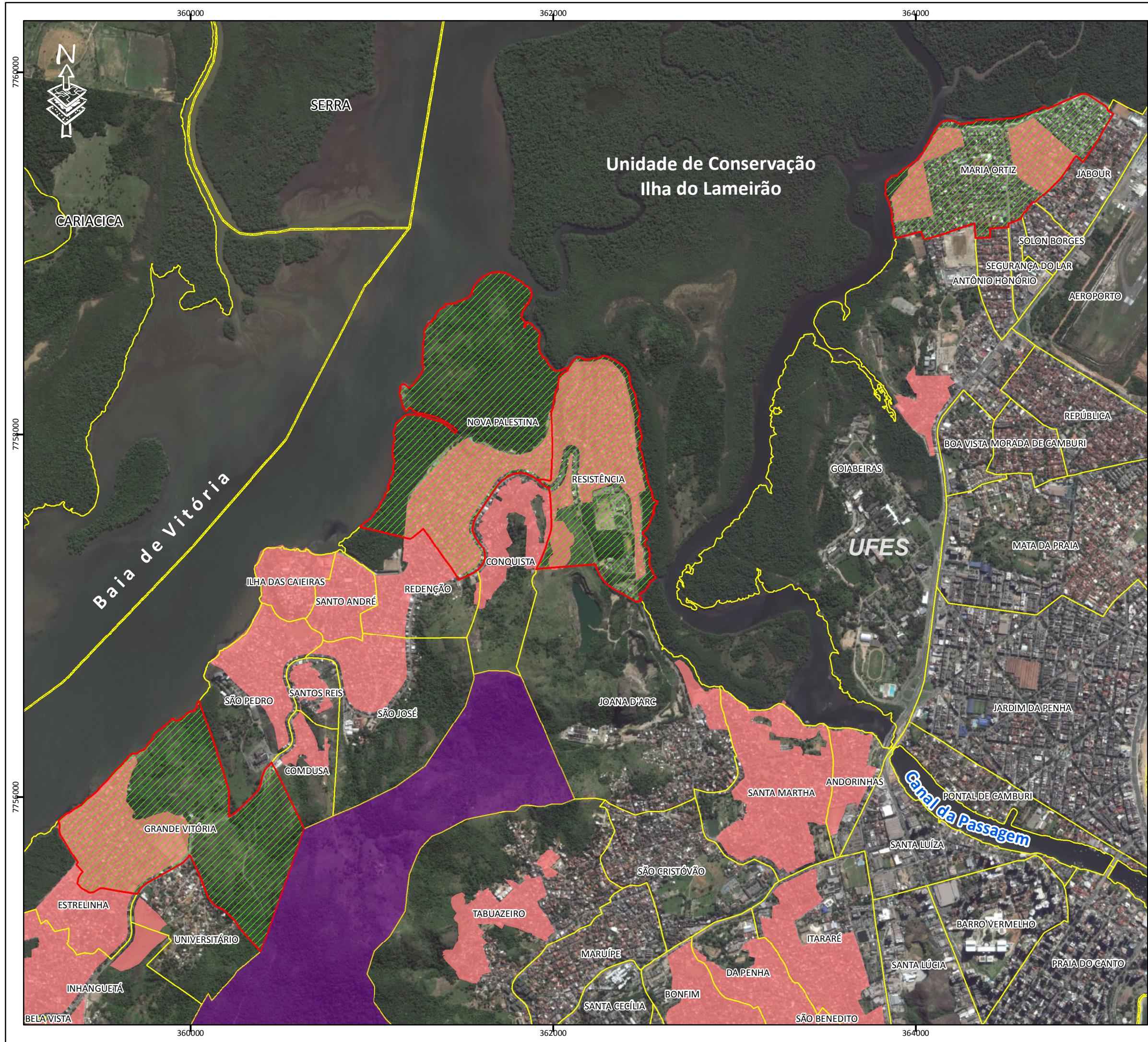
Segundo Câmara et al. (2006), os dados tratados pelo Geoprocessamento podem promover vários tipos de diagnósticos e estudos específicos, como análises ambientais, populacionais, agrícolas, urbanas e outras, através da elaboração de mapas temáticos, gráficos e tabelas. Essas análises têm o objetivo de mensurar a localização de dados objetos espaciais de maneira específica, podendo-se, portanto, compreender que as análises espaciais levam em consideração todos os aspectos do entorno especialmente quando se trata de estudos urbanos. No contexto deste trabalho, as análises espaciais feitas a partir do mapeamento puderam concluir que há uma centralização dos equipamentos públicos de lazer em determinadas áreas da cidade de Vitória, em especial na orla leste e, mesmo na orla oeste, verificou-se que, enquanto poucos bairros possuem orlas reurbanizadas, outros ainda encontram-se em situação precária.

A necessidade da **escolha do *locus*** de estudo, em uma cidade fragmentada como Vitória, se deu através da análise das áreas de ZEIS, já caracterizadas anteriormente. As unidades de análise, em específico, são: bairro Grande Vitória, bairro Maria Ortiz, bairro Nova Palestina e bairro Resistência (**mapa 1**). Esses bairros foram escolhidos por portarem características de formações muito semelhantes e por estarem, de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) de Vitória em áreas de ZEIS, áreas essas marcadas pela presença de aglomerados de residências subnormais, presença de manguezais e aspectos históricos de formação muito semelhantes. Tais bairros possuem, apesar disso, conformações de orla muito distintas. No caso dos bairros Maria Ortiz e Nova Palestina, quase a totalidade de suas orlas foram reurbanizadas na administração municipal de João Coser (2005-2012). Nesses dois bairros foram verificados, portanto, como se deu o processo de implementação da política pública - Projeto Orla - voltada à construção de equipamentos de lazer em suas orlas, além da análise dos projetos e dos equipamentos finais, bem como a sua apropriação por parte das comunidades inseridas. Os bairros de Grande Vitória e Resistência, por sua vez, não foram contemplados por políticas públicas de construção de equipamentos públicos de lazer. Não só na orla, como no restante dos bairros, a precariedade, no que concerne à construção de equipamentos

públicos, é grande. O bairro Grande Vitória, por exemplo, possui apenas uma quadra de futebol como equipamento de lazer. Nenhum dos dois bairros possui orlas urbanizadas e equipadas pelo Poder Público para a apropriação da população. De maneira geral, as orlas dos dois últimos bairros são subutilizadas, principalmente por estarem recobertas por vegetação de manguezal, tornando-se alvos de depósito de lixo e de todo tipo de degradação, não só ambiental, como humana.

Verificou-se que diversos projetos foram criados ao longo das duas últimas décadas, numa tentativa de distribuir melhor os equipamentos de lazer e de urbanizar a orla da cidade de Vitória. Apesar disso, o que se constata é que ainda há uma má distribuição desses equipamentos, especialmente na orla noroeste da cidade, área mais pobre, onde os equipamentos de lazer edificadas pelo Poder Público são poucos.

A seguir, serão apresentadas as áreas de estudo, bem como a sua localização, através do **mapa 1**, além dos fluxogramas de atividades propostas para a realização deste trabalho. Em seguida, será feita a caracterização da área de estudo, desde os seus aspectos fisiográficos, até a sua conformação histórica, atrelada, sempre, aos aspectos do lazer de cada época, até os dias de hoje.

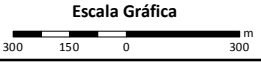


- Legenda**
- Maciço Central
 - Área de Estudo
 - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)
 - Limite de Bairros
 - Limite Municipal

Lazer, Cidadania e Desigualdade: Um Estudo Sobre Vitória - ES
Mapa 01: Localização da Área de Estudo

Local: Vitória - Espírito Santo - Brasil

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal WGS1984 - Fuso: 24S
Fonte de Informação: Geobases (2010)/IEMA (2008)



Área: 98,905 km ²	Escala: 1:20.000	Data Edição: 20/06/2014	Executado por: Fernando D. V. Sartório
--	----------------------------	-----------------------------------	--

Figura 1. Fluxograma de Atividades (1)

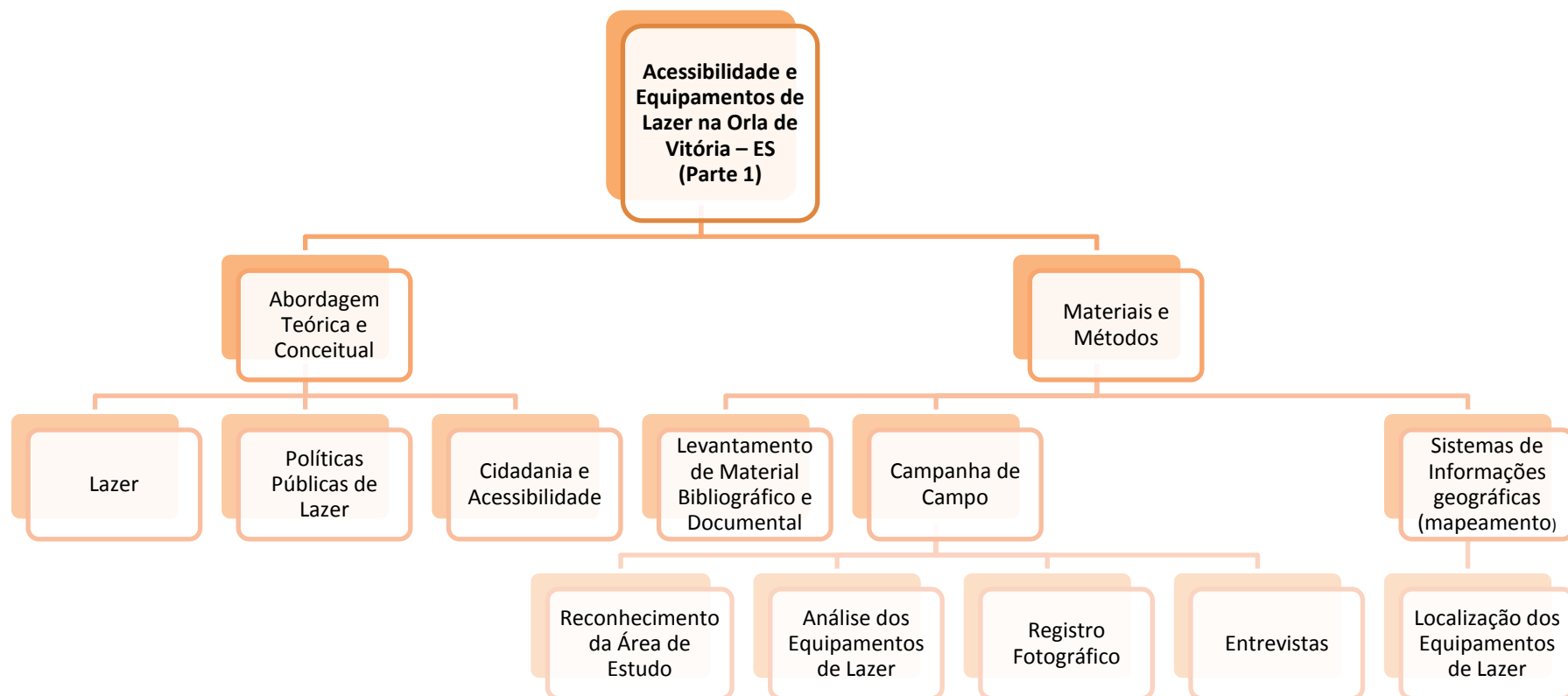
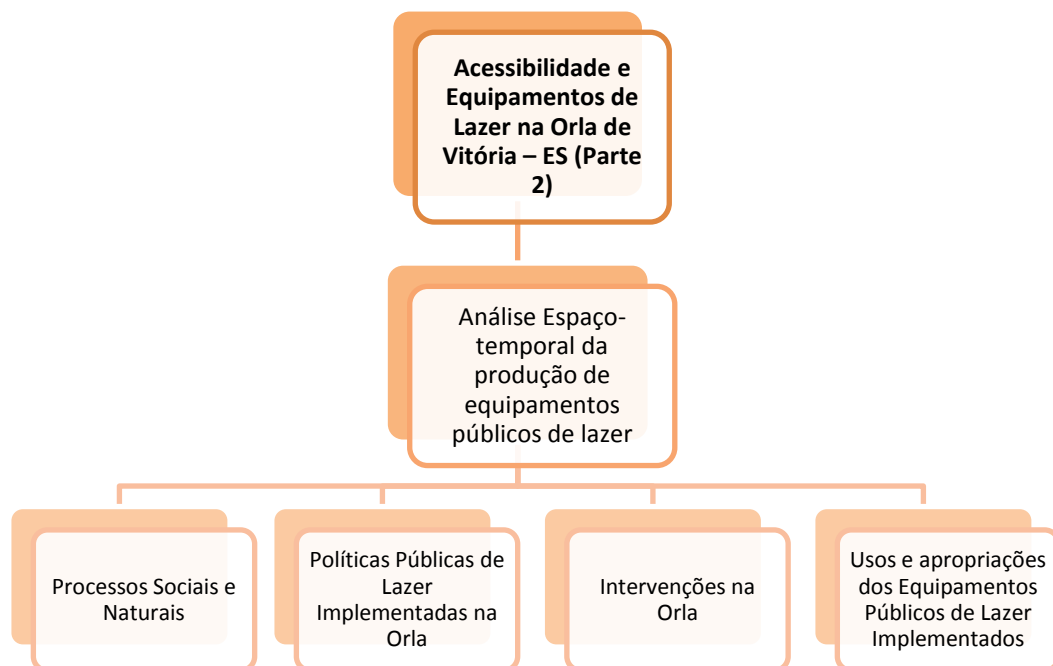


Figura 2. Fluxograma de Atividades (2)



1.1 Caracterização da Unidade Territorial⁶

As franjas da cidade de Vitória são marcadas pela baía de Vitória e pelo manguezal, que separam a cidade dos outros municípios da Grande Vitória (Cariacica, Serra, Vila Velha). Ao norte, e à oeste, o estreito Canal da Passagem e do Lameirão separam Vitória dos municípios de Serra e Cariacica. Ao sul, onde o canal possui uma largura mais acentuada e é mais profundo, o município faz divisa com Vila Velha e Cariacica, conforme é possível observar na **figura 3**.

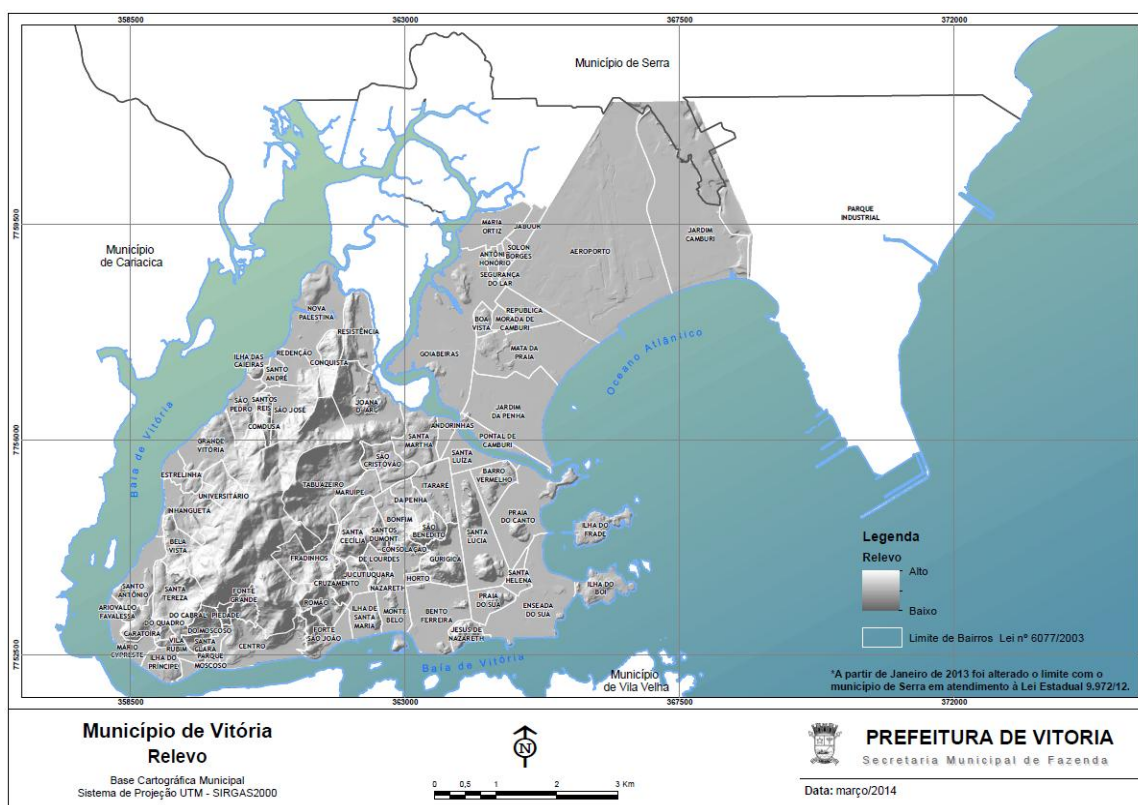


Figura 3. Município de Vitória - Relevo Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2014).

Para Ferreira (1989), o suporte biofísico da baía noroeste é marcado, pela presença de manguezais, onde ocorre intensa sedimentação (partículas finas de silte, areia e argila), formada pela ação das marés, correntes dos rios adjacentes, formando depósitos lamacentos e propício ao surgimento da exuberante vegetação de manguezal. Nesse espaço da ilha, existe a Reserva Biológica Municipal Ilha do Lameirão, criada pelo

⁶ Merecem destaque neste capítulo, os trabalhos sobre a história da cidade de Vitória, do historiador, engenheiro, topógrafo, astrônomo e apaixonado por Vitória, Derenzi (1995). Os trabalhos do jornalista e poeta, Elmo Elton (1984; 1986), que imortalizaram, de maneira singela e poética, cidade de Vitória do início do século XX. Além da importante contribuição de Castello (2007) e Klug (2009) que dissertaram sobre os projetos de lazer na orla marítima de Vitória- ES e sobre a conformação da paisagem de Vitória, respectivamente.

Decreto 3.316 de 11/09/86, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória. A criação dessa reserva, visou reconhecer a importância de se proteger o ecossistema de manguezal que, no período em que foi criada a lei, era alvo de grande supressão por parte dos ocupantes da orla noroeste. Ainda segundo o autor, apesar da intensa ação antrópica que esse ecossistema sofreu, a baía de Vitória ainda detém a maior área de manguezais do Espírito Santo (cerca de 18 Km²).

Segundo Ferreira (1989) a ilha de Vitória é formada pelo domínio de "mares de morro", alternados com "pães de açúcar" e bacias sedimentares. A região oeste, onde se localizam os bairros desta pesquisa, é formada por escarpas, com um paredão maciço e contínuo, seguindo até a baía. De maneira geral, esse grupo também faz parte da formação serrana do estado, caracterizada pela presença de rochas gnáissicas e graníticas, com remanescentes de mata atlântica. O maciço central de Vitória chega a 310 metros de altitude, abrangendo o Morro do Quadro, Fonte Grande, Jucutuquara, Morro do Macaco, Pedra dos Olhos, entre outros.

Boa parte da vegetação de mata atlântica que compõe o maciço central de Vitória foi conservada, graças as suas características escarpadas e com rochas expostas, que dificultaram a ocupação. Nesse sentido, foi criado o Parque da Fonte Grande, que integra a Área de Proteção Ambiental do Maciço Central, além de ser uma Unidade de Conservação Permanente (BARBOSA, 2004).

1.1.1 Evolução Urbana da Cidade de Vitória

A cidade de Vitória foi fundada em 1551 entre a rocha e o mar, na Ilha de Santo Antônio, a maior ilha do arquipélago, por sua vez, composto por diversas ilhas e ilhotas. Os colonos portugueses buscavam segurança e uma localização estratégica para implantar o novo núcleo urbano da Capitania do Espírito Santo. A localização geofísica escolhida foi de fundamental importância, uma vez que ali era possível instalar fortificações e proteger a vila contra ataques indígenas e estrangeiros (DADALTO, 1999).

Segundo Monjardim (1995), a vila antiga, conhecida hoje como Vila Velha, era muito vulnerável às incursões indígenas, já que estava em terras planas e de fácil acesso. A Ilha de Santo Antônio, por sua vez, tinha um terreno bastante irregular e muitos

afloramentos rochosos, tidos como pontos estratégicos para a instalação de infraestruturas de defesa. Ademais, para incrementar as suas qualidades de isolamento, o sítio físico era cercado por áreas alagadiças, manguezais, morros, enseadas e praias. O maciço central, que cercava o sítio, dava-o uma forma única de anfiteatro, conforme é possível observar na pequena área urbanizada da **figura 4**.



Figura 4. Urbanização de Vitória em 1800. Centro Histórico em destaque. Fonte: MEMÓRIA VISUAL DA BAÍA DE VITÓRIA. Banco de dados preparado por Clara Miranda.

Toda a vila de Vitória cresceu em torno da densa vegetação de mata atlântica e no dorso de uma colina pouco elevada, conhecida hoje como Cidade Alta, localizada no Centro da cidade atual. O mar sempre possuía forte presença no cotidiano da população, que vivia com sua face voltada para ele. Segundo Klug (2009), o elemento água era visto de todos os lugares e, juntamente com os morros, era o cenário caracterizador da cidade. As edificações da cidade eram pequenas, de no máximo dois andares e seguiam a topografia do sítio físico da cidade. "Da mesma forma, essa configuração espacial permitia que grande parte das edificações, através de suas janelas, tivessem contato visual com a baía de Vitória" (ibid., p. 21).

Até o início do século XIX, o desenho da cidade permaneceu inalterado e os limites impostos pela topografia e pelo mar eram as barreiras naturais que impediam o avanço da urbanização na cidade. Segundo Derenzi (1995), foi entre os anos de 1812 e 1819 que Vitória recebeu as primeiras intervenções urbanas na região central, possibilitando o

aterramento de áreas alagadiças nas proximidades do núcleo central, tornando possível o desenvolvimento da cidade. Foi realizado, entre o final do século XIX e o início do século XX, o aterro do manguezal do Campinho (atual Parque Moscoso) e o aterro do Largo da Conceição (atual Praça Costa Pereira). Os aterros tiveram os objetivos de abrir novas vias de circulação e de permitir o avanço na construção de residências próximas às áreas centrais.

Segundo Barbosa (2004), na administração de Jerônimo Monteiro (1908-1912), o objetivo era transformar Vitória numa cidade moderna, através de uma profunda remodelagem urbana na cidade, seguindo princípios de saneamentos básico, aterramento, ajardinamento de mangues e retificação de ruas. Tais ideais eram baseados nas propostas sanitaristas de embelezamento que vinham ocorrendo na Europa e influenciando diversos países do mundo, especialmente aquela proposta por Georges-Eugène Haussmann que, em meados do século XIX, promoveu a reforma urbana de Paris. O primeiro marco da urbanização de Vitória foi o aterro final da área ainda alagadiça, do Campinho, local do atual Parque Moscoso, que teve importante papel na instalação da elite capixaba em seu entorno.

Segundo Klug (2009), o século XIX foi um momento essencial no processo de urbanização de Vitória, pois representou o marco inicial do processo de aterramentos que a cidade viria a sofrer no século seguinte. As problemáticas principais que levaram a esse tipo de expansão eram: falta de terras para a expansão urbana e problemas com a salubridade e acessibilidade do sítio urbano. Ou seja, o que a princípio era fator favorável para os ocupantes (terreno acidentado e dificuldades de acesso), passou a ser um problema para a crescente população, que não tinha mais que lidar com incursões indígenas ou com ataques estrangeiros.

As mudanças mais expressivas começam a tomar forma no final do século XIX, especialmente em 1892, quando José Melo Carvalho Muniz Freire, eleito governador, abriu a possibilidade de uma política diferenciada, marcada por planos de intervenção urbana em grande escala, assinalando o início da mudança na paisagem bucólica e singela que marcava, até então, a cidade de Vitória. É possível fazer uma alusão aos ideais modernistas da época, que visavam um planejamento de cidade racional, higiênica e sem muitos adornos. A paisagem natural, que sobressaía aos olhos de quem chegava a Vitória, começou a ser transformada.

O objetivo das mudanças pelas quais a cidade viria a passar era atender aos interesses da elite cafeeira emergente. Para Klug (2009), as características ditas primitivas de Vitória, onde as ruas eram tortuosas e estreitas não permitiam que o comércio fluísse de maneira rápida e eficaz. Em 1896, Muniz Freire apontava:

Diversa porém é a situação quando se cogita a expansão material da cidade para desafogar a população existente, e permitir a fixação de novas correntes trazidas pelo seu desenvolvimento comercial. [...] Circulada pela mar e por montanhas, a área urbana pode se considerar esgotada [...] (ESPÍRITO SANTO apud CAMPOS JUNIOR, 1996, p. 152).

Nesse sentido, era preciso expandir a malha urbana da cidade. Foi encomendado ao engenheiro-sanitarista carioca Saturnino de Brito, o projeto Novo Arrabalde. O projeto previa uma cidade racional, com ruas paralelas e ortogonais, correspondendo a uma área equivalente a seis vezes a área de Vitória do século XIX. A área escolhida situava-se entre as planícies arenosas a nordeste da ilha e seguia por regiões alagadiças ao sul, perfazendo toda a costa leste, cortando morros, manguezais, brejos e braços de mar (figura 5).

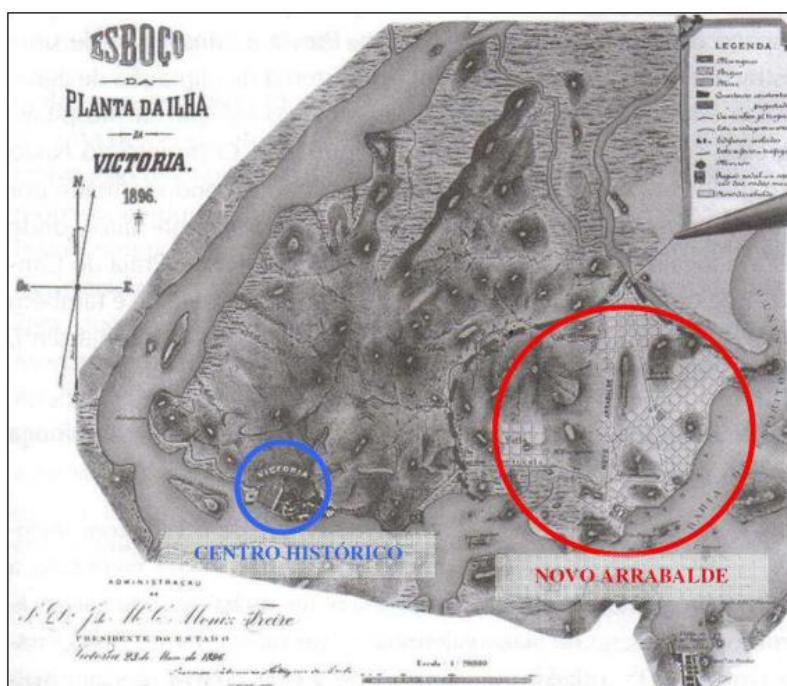


Figura 5. Planta do Município de Vitória com a proposta do Novo Arrabalde. Fonte: Campos Jr. 1998 in LANDIN, 2010.

Brito buscou em seu projeto, relacionar o mar com a cidade, por meio de vias que margeavam toda a orla do projeto, dando possibilidade ao cidadão de ter um maior contato visual, além do acesso à paisagem marítima. No período de implantação do

projeto Novo Arrabalde, o "arquétipo mar"⁷ passou a ser valorizado como área de moradia das elites emergentes, diferente daquelas passadas, que optavam por morar em áreas de relevo elevado.

O desenho racionalista fica claro quando se encontram elementos da geometria com a simetria, o paralelismo, a ortogonalidade, a presença de figuras regulares e a predominância de linha retas. O desenho da malha é complementado por duas vias litorâneas sinuosas que seguem a orla, permitindo que o habitante da cidade tenha sempre acesso ao mar e aos visuais dessa região (KLUG, 2009, p.29).

O desenho urbano proposto no Novo Arrabalde foi executado sobre a superfície plana e arenosa, previamente aterrada na região leste e nordeste da ilha de Vitória. Fato interessante, foi que o projetista Saturnino de Brito, preservou as particularidades e os elementos naturais que compunham a paisagem, como os morros, e a vista para o Convento da Nossa Senhora da Penha. Ao mesmo tempo em que Vitória se modernizava, Brito não queria deixar morrer o passado e seus elementos naturais, especialmente as formações rochosas, que sempre foram marcos paisagísticos da cidade. Entre eles: Morro da Gamela, Morro do Barro Vermelho, Bosque da Barrinha, Morro do Cruzeiro, Morro do Sua, entre outros.

Apesar de o projeto ter como principal objetivo, projetar uma nova área a ser ocupada, acreditando-se que haveria uma demanda para tal ocupação, não foi bem o que ocorreu. Os fluxos migratórios esperados não ocorreram em proporções necessárias que justificassem o crescimento da cidade para a região leste e nordeste. O centro continuou por algumas década como principal zona de desenvolvimento da cidade, abrigando os principais comércios e residências. As orlas leste e nordeste passaram a ser ocupadas, de fato, com maior intensidade, após as décadas de 1960 e 1970 (KLUG, 2009).

Segundo Campos Júnior (1996), os dois principais projetos de urbanização vivenciados por Vitória até meados dos século XX (aterro do Campinho e Novo Arrabalde), foram promovidos pelo Poder Público, no entanto apresentavam como objetivo principal, movimentar o mercado imobiliário privado da capital. Os gastos elevados com os aterramentos, seriam repostos com a venda dos terrenos para empreendedores interessados. Desse modo, o mercado imobiliário no início do século XX era produzido

⁷ "Assim, o idílio do "mar" contrapõe um mundo de sonhos, de areia branca e água azul, ao mundo cotidiano do trabalho, como uma compensação para usufruto do tempo livre, frequentemente associado às férias e ao "nada fazer". Mais uma vez podemos identificar uma relação estreita do "mar" e dos conteúdos do inconsciente coletivo, já que estes últimos funcionam também, de acordo com Jung, como compensação para a consciência humana" (SERPA, 2011, p. 129).

pelo Poder Público. O capital privado só entrou no mercado com a chegada dos grandes empreendimentos industriais a partir da década de 1960 que atraíram grande contingente de moradores para a Vitória e para Região Metropolitana como um todo.

Ainda na década de 1950, importantes aterros, como o da Esplanada Capixaba e dos mangues entre o Forte São João e o bairro Bento Ferreira foram feitos. Esses aterros foram realizados para corrigir o sistema de águas da baía de Vitória, de maneira a tornar mais acessível a entrada e saída de navios no porto de Vitória. Para Mendonça (2001), o processo de aterramento da Esplanada Capixaba foi marcado por um cunho político de apoio ao capital imobiliário, uma vez que, até então, os empreendimentos eram produzidos pelo Poder Público. A área do novo aterro, destinado aos novos empreendimentos, foi elaborada para abrigar edificações exclusivamente de oito a doze pavimentos, voltadas ao processo de expansão comercial da cidade a fim de atender também, às demandas das atividades portuárias.

É só no final da década de 50 e início da década de 60 que a construção civil se lança no mercado construindo edifícios para aluguel, e esta nova prática coincide com o período da política federal de erradicação do café. Com a queda do comércio cafeeiro a alternativa encontrada pelo estado para se reerguer economicamente foi a industrialização, direcionado pelo Plano de Valorização Econômica de Jones dos Santos Neves (1951-1954) (CASTELLO, 2007, p. 60).

A partir do Plano de Valorização Econômica de Jones dos Santos Neves, entre os anos de 1951-54, buscou-se preparar a infraestrutura do estado para receber os novos projetos industriais, que tiveram seu ápice na década de 1970. Essa política foi fundamental, porquanto criou infraestruturas como portos, energia elétrica, sistemas viário e fomento à produção). Foi na década de 1970, quando a ocupação da cidade se intensificou, que as áreas do Projeto Novo Arrabalde, de Saturnino de Brito, foram ocupadas com maior intensidade, ou seja, foi quando o mercado imobiliário se fixou na cidade de Vitória. Até então, a construção civil era de promoção pública e financiada para funcionários e associados dos Instituto de Aposentados e Pensões, que na época, tinham importante peso na política capixaba (MENDONÇA, 2001).

A queda do comércio cafeeiro e a ideologia desenvolvimentista, portanto, trouxe à Vitória uma nova tendência econômica, voltada ao terceiro setor da economia e ao setor industrial. Nesse período, chegaram importantes empresas, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia de Tubarão. Novos bairros surgiram da orla nordeste e leste, região do Novo Arrabalde, todos consequência do *boom* econômico pelo qual Vitória

passava. O inchaço populacional na década de 1980 trouxe sérios problemas populacionais. A verdadeira problemática era o déficit habitacional, ocasionado por indivíduos que migraram do interior do estado para Vitória, em especial, extrabalhadores das lavouras de café e indivíduos de outros estados, que viam na cidade, uma oportunidade para recomeçar suas vidas. A partir desse período, os problemas urbanos se agravaram, pois a cidade não dispunha de saneamento básico em todo o seu perímetro, ou escolas para todos os habitantes e imigrantes. Além disso, como abordado, o déficit habitacional era notório, uma vez que, as áreas do Novo Arrabalde eram muito valorizadas, dificultando o acesso dos mais pobres a moradia. Nesse período, iniciou-se a ocupação da baía noroeste de Vitória, área do lixão da cidade, tema que será abordado mais a frente. Antes, será feita uma abordagem das práticas de lazer na cidade de Vitória dos séculos XIX e XX, ou seja, no contexto abordado neste subcapítulo.

1.2 Evolução do Lazer na Orla de Vitória

1.2.1 Do final do século XIX até meados do século XX

As políticas públicas voltadas à promoção do lazer na cidade de Vitória iniciaram-se no final do século XIX e início do século XX, com os projetos de urbanização já expostos no subcapítulo anterior. De maneira geral, o processo de criação de equipamentos de lazer se deu com a necessidade de se melhorar a qualidade de vida da população sitiada, uma vez que as condições de vida ainda eram rudimentares. Segundo Derenzi (1995), foi durante as administrações do governador Muniz Freire (1892-1896 e 1900 - 1904), que a demanda por novos ciclos de desenvolvimento propiciou uma ávida urbanização da cidade.

A República veio como uma forma de planejar ou ao menos programar certas realizações dentro de um espaço-tempo determinado. "O governo tornou-se mandatário do povo e por ele fiscalizado através das assembleias legislativas. Os governos, enfim, eram locais, conhecedores das necessidades de seus territórios" (DERENZI, 1995, p. 139).

Em uma desmedida tarefa, o Conselho Municipal votou o Código de Posturas (Resolução de 5 de janeiro de 1893), exigindo o licenciamento de obras e plantas das

edificações, como uma das exigências. O mesmo código, organizou o serviço de limpeza, disciplinou o abastecimento de carne, que, numa carência ocasional, teve de ser importada da Argentina. Além disso, policiou as construções civis e protegeu as matas circum-adjacentes, abriu novos bairros. Data, de então, o loteamento do Campinho, hoje Parque Moscoso, e o da Vila Rubim, que infelizmente foi mal planejado pelo engenheiro responsável. A Vila Rubim tornou-se uma favela irrecuperável, sendo chamada de Cidade de Palha até 1910, legalizada de 1915 a 1930 (DERENZI, 1995; CAMPOS JUNIOR, 1996).

Nesse sentido, foi na administração de Muniz Freire, que se intensificaram as ações sobre as necessidades básicas da capital: saneamento básico, drenagem e aterramento, além do melhoramento da rede elétrica. Desse modo, costuma-se afirmar que a administração estadual de Muniz Freire propiciou o aumento populacional da capital em razão da concomitante valorização internacional do café a qual gerou mais recursos para o Estado.

Sobre o lazer na capital entre o final do século XIX e o início do século XX, destaca-se a área adjacente à rua General Osório, no centro da cidade, caracterizada, na época, como um "pontão", com intenso movimento marítimo, de lanchões e canoas, oriundos de Cariacica e Santa Leopoldina. Tal movimentação aflorou, no local, o comércio de botequins à beira-mar. Nasceram os quiosques, concessionados pelo capital privado. Mais tarde, esses locais foram invadidos e tornaram-se ponto de encontro de canoeiros e tripulantes, conforme Derenzi (1995, p. 144, grifos e notas do autor) explica:

Foi quiosque de fama o de Florêncio Coelho, português reforçado, que tinha o hábito de adormecer os fregueses maçantes com sôco lusitano: mão fechada, abarcando um pêso de quilo. Bebia-se "cariacica", "pernambucana" e "dois com goma" - cachaça com xarope. Comia-se linguiça ou manjuba frita. O último quiosque desapareceu em 1925. Situava-se no prolongamento da rua General Osório, onde hoje se ergue o Edifício dos Comerciantes. Das seis da tarde até o "tiro das oito"⁸ esses lugares eram perigosos para transeuntes pacatos. A "temperatura" se elevava e aos palavrões sucediam-se lutas de corpo-a-corpo e não raro com uso de achas de lenha⁹ e canivetes de marinho.

Os tradicionais botequins à beira-mar, também chamados de quiosques, eram hexagonais ou redondos, construídos com madeira e recobertos de zinco, sobrepostos

⁸ "O "tiro das oito" marcava a hora de fechar o comércio. Era dado pelo disparo de um foguetão, na praça do Quartel de Polícia, às oito da noite. Às seis da manhã começava o trabalho naquela época." (DERENZI, 1995, p. 144)

⁹ "O cais servia de depósito de lenha e materiais de construção, trazidos por canoas e lanhas." (DERENZI, 1995, p. 144)

por uma pintura a óleo. Era o local, definitivamente, do lazer dos mais pobres, onde bebia-se cachaça, café requentado, comia-se linguiça e manjuba frita, além de batata doce assada, bolos, rapaduras, bijus, bananas e outras coisas mais, trazidas do porto do Cachoeiro, do município de Cariacica, de Serra e das fazendas de Itaquari (ELTON, 1984).

Essa forma de lazer, como citado, era muito característica das classes mais pobres, em especial formada por trabalhadores do cais, sendo eles os estivadores, os canoeiros que transportavam o café da região serrana para a capital e mesmo os trabalhadores das casas de exportação, que se localizavam ao longo do porto da cidade. Fica evidente, na citação, que as formas de lazer dos mais pobres eram improvisadas e vistas à margem da legalidade pela elite vigente. Outro aspecto interessante, era a relação intrínseca desses trabalhadores com o mar, que gerava renda e, ao mesmo tempo, devido à proximidade, era o espaço de seu lazer. A ligação destes trabalhadores com a orla, mostra-se, portanto, evidente.

Os quiosques formavam o ambiente de lazer das classes baixas, onde bebiam e conversavam após o dia de trabalho, mas se tornava um lugar perigoso no final da tarde, com clientes embriagados e muitas brigas. Outro lugar de lazer das classes mais baixas era o Mercado, velho e sujo, que foi demolido no governo Avidos (CASTELLO, 2007, p. 67).

A orla marítima, zona leste, por sua vez: "[...] era coberta por intensa vegetação, quer de mangue, nos alagadiços, quer de cajueiros, palmeiras e arbustos próprios do solo arenoso" (DERENZI, 1995, p.147). As tentativas de se ocupar essa área da cidade foram fracassadas nas primeiras décadas do século XX, haja vista as dificuldades de abastecimento de água e de transporte na região. Ainda segundo o autor, foi construída uma pista para corrida de cavalos, que não logrou êxito na tentativa de atrair os moradores da cidade para o local. As ruas, no centro da cidade também esboçavam práticas de lazer, em especial para as crianças. Sobre a rua Professor Baltazar (uma ladeira), no centro de Vitória:

Porque fosse um terreno inclinado, a criançada da cidade alta se reunia, sempre a tardinha, aos meninos ali residentes, e, sentados em carrinhos de carrilhas, se despencavam morro abaixo, disputavam corridas, levavam tombos, brigavam, numa zoeira de quebrar o silêncio de toda a vizinhança (ELTON, 1984, p. 76)

Enquanto a vida hedônica dos mais pobres estava ligada às atividades portuárias e ao intenso contato com a orla, as classes mais abastadas, por sua vez, buscavam formas de lazer ligadas ao encontro e à contemplação em praças higiênicas e aprazíveis.

Era de fato uma "obsessão" para os governantes de Vitória entre o final do século XIX e início do século XX, organizar a vida na cidade, criar teatros, praças, abrir ruas e principalmente, melhorar as condições higiênico-sanitárias da capital. Na presidência do Estado, Muniz Freire (administração de 1892 -1896) construiu o Jardim Municipal e o Teatro Melpômene (**foto 1**), feito de pinho de riga. O Teatro foi construído no lugar da igreja Nossa Senhora da Conceição, em uma área denominada anteriormente como Prainha, onde trabalhavam os pescadores do Centro da cidade, e que passou se chamar Praça Costa Pereira, depois do processo de aterramento da área (ELTON, 1984).



Foto 1. Teatro Melpômene. Fonte: IPHAN-ES / CAR-UFES.

Pode-se conferir como importante espaço de lazer, que marcou época em Vitória, o Politeama (**foto 2**), caracterizado como um cinema dentro de um barracão, de propriedade do português José Ferreira Bento. Embora as instalações fossem precárias, o Politeama exibia filmes de qualidade e era frequentado por pessoas da melhor sociedade vitorienne, ou seja, pela classe abastada. Nas segundas-feiras, era a vez dos mais pobres frequentarem o espaço, que reexibia os filmes da matinê de domingo. Nesse dia, os frequentadores eram: operários, estudantes, empregadas domésticas, prostitutas e moradores da Vila Rubim (ELTON, 1984).

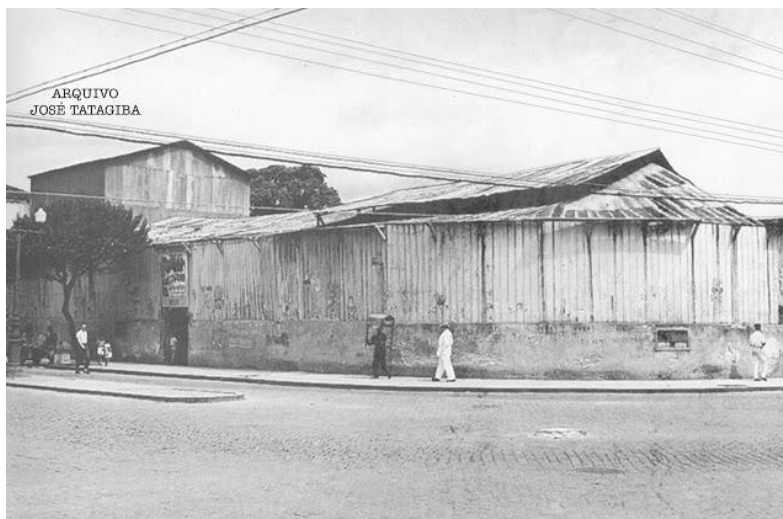


Foto 2. Cine Politeama. Fonte: Acervo José Tatagiba

A criação desses espaços mais sofisticados, segundo Derenzi (1995) esteve atrelada ao surgimento de uma elite cafeeira, que ascendia à medida que as casas de comércio estrangeiras exportavam cada vez mais. O contato da capital com o Rio de Janeiro e com Minas Gerais, criou uma elite mais sofisticada e exigente, que demandava mais do que praças, quiosques ou passeios públicos, por isso, pode-se afirmar que os clamores pela qualidade de vida vieram junto com a subida dos preços do café. Assim, entre o final do século XIX até finais do século da década de 1920:

A cidade se modernizava e a vida social se tornava ativa. Foram os anos de ouro do Centro da cidade: os clubes, Parque Moscoso, Praça Oito, etc., eram freqüentados pelas altas classes e intelectuais da época (CASTELLO, 2007, p. 65).

Mesmo após as intervenções urbanas realizadas por Muniz Freire, a cidade de Vitória ainda encontrava-se com traços coloniais expressivos. A principal rua da cidade: rua da Alfândega (atual Avenida Jerônimo Monteiro), enfrentava problemas de estreitamento, com as fachadas das casas mal alinhadas, além de não possuir um traçado linear e uniforme. Os hotéis do início do século XIX eram insuficientes e de má qualidade, as ruas eram iluminadas com lampiões a querosene. No sentido de continuar as melhorias urbanas iniciadas por Muniz Freire, o então governador Jerônimo Monteiro construiu jardins e parques, bem como reurbanizou áreas alagadas, ampliou as ruas existentes, tratou a água e o esgoto. O bonde elétrico, inaugurado em sua administração, possibilitou maiores deslocamentos, aposentando o bonde de burros (DADALTO, 1999).

Segundo Derenzi (1995), a melhor rua da cidade nessa época, era a Rua da Alfândega, onde estavam localizados os Correios, o Telégrafo e as lojas de grife da capital. Nessa rua, localizava-se a Praça Santos Dumont, que passou a ser chamada de Praça Oito de Setembro a partir de 1911. Derenzi afirma que a praça era “ajardinada, e alegrava-se às quintas-feiras com a retreta da Banda da Polícia e, de vez em quando, as Filarmônicas do Rosário e São Francisco, em notórios desafios, porfiavam em superar-se cada vez mais.” (ibid., p.142). Era, por essa razão, um local requintado, voltado ao lazer da elite capixaba.

Além da oferta de lazer mencionada, figuravam indivíduos no Café Rio Branco, importante ponto de encontro ao ar livre, em frente a Praça Oito, e também no Café O Globo, localizado nas proximidades (Rua Duque de Caxias), o que evidenciava o apreço da população ao hábito de frequentar cafeterias naquela época.



Fotos 3 e 4. Café O Globo e Café Rio Branco.

Fonte: Café Meridiano. Disponível em:
<http://www.meridiano.com.br/blog/tag/praca-oito/>.
 Acesso em 15 set. 2014.



Além das cafeterias, importantes pontos de encontro das classes média e alta da cidade, haviam os parques e jardins. Na atual Praça Costa Pereira, havia o importante Éden Parque, arborizado com castanheiras e com uma palmeira imperial. Esse espaço também contava com dois galpões: um com palcos para espetáculos, festas e bailes de carnaval e outro para o encontro de jogadores de bilhar, políticos e pescadores. Ainda nessa área, foi fundado em 1907 o primeiro cinema da cidade de Vitória, chamado de Éden Cinema (hoje, SESC Glória), onde se reuniam as famílias de classe alta do Rosário, da Capixaba e da Fonte Grande (CASTELLO, 2007).

Diante desse quadro mencionado, destaca-se também, que, as políticas públicas voltadas ao lazer da população, estiveram ligadas à construção de praças e às práticas sanitaristas. As prioridades mais importantes eram: energia elétrica, abastecimento de água potável e alimentos, transporte, aterramento de alagados, abertura de vias de circulação e construção de escolas (DERENZI, 1995).

Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, segundo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas; não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; mal abastecida de água; com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação da sua empresa, carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes; sem edifícios notáveis, repartições e serviços públicos mal acomodados e falta de prédios; sem teatro, sem Passeio Público, sem hospitais, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente; desprovida de toda ênfase sanitária; necessitando de construir novos cemitérios, devido à irrevogável condenação dos atuais... (DERENZI, 1995, pág.141).

A construção do Parque Moscoso (**foto 5**), inaugurado em 1912, era uma das práticas sanitaristas de eliminação de alagados. Havia de fato, uma nova demanda por equipamentos de lazer e por novos loteamentos. O Parque Moscoso tornou-se rapidamente um novo cartão postal para a cidade, visto que dispunha de ilhotas artificiais, fontes, "ruínas" neoclássicas e pontes de troncos que acabavam por encantar a todos que o visitavam. No parque, foi construída uma Concha Acústica, projetada por Francisco Bolonha, simulando um espaço de teatro ao ar livre. No entorno da concha, foi criado um espelho d' água, bem como bancos enfileirados. O local serviu para recitais e orquestras sinfônicas. A partir de 1973 a ambientação e a função do parque mudaram, pois o espaço foi fechado por meio da construção de um misto de muro e grades além da implementação de roletas e de cobrança de ingresso, conforme salienta Muniz:

O muro isolou o Parque das ruas, tornando o seu espaço estanque, sem continuidade, além de restringir a utilização como local de passeio, descanso, ou simplesmente de passagem de uma rua para outra. Aberto ou fechado, o Parque precisa de guardas para sua conservação, o que não justifica o isolamento espacial da área, e duvidamos que o ingresso cobrado cubra as despesas dessa cobrança. Sem nenhuma preocupação estética, foi construído um prédio para administração e sanitários públicos (1985, p, 73).

Nessa época, a autora fez críticas sobre a "industrialização" das práticas de lazer no Parque, uma vez que o espaço foi entregue a especulação comercial das práticas de lazer mercantilizadas, especialmente aquelas voltadas ao público infantil.



Foto 5. Parque Moscoso em 1930. Fonte: Derenzi (1995, p. 215)

No entorno do Parque Moscoso, ainda no início do século XX, desenvolveram-se o Clube Vitória e o dos Boêmios, fortalecendo os momentos hedonísticos das classes abastadas moradoras do entorno do parque. Derenzi (1995) expõe que as competições de futebol amador entre os dois clubes eram frequentes. Nesse mesmo período, a vida intelectual florescia.

Vitória cresceu intelectualmente. Na ante-sala do Cine Central, ouvia-se orquestra de câmara; o número de estudantes que frequentavam a universidade na capital federal era apreciável; trens e navios com horários regulares mantinham intercâmbio precioso com a cidade do Rio de Janeiro. (CASTELLO, 2007, pág.70).

Na década de 1920, Vitória experimentou mudanças morfológicas importantes, que deram fim ao Éden Parque, sucedido por um aterro para a construção da atual Avenida Jerônimo Monteiro, para a construção da Praça Costa Pereira no local. Na administração de Florentino Avidos (1924-1928), mudanças importantes ocorreram:

A morfologia da cidade foi alterada radicalmente: retificação, alargamento e abertura de novas ruas. Drenagem, pavimentação, reforço do abastecimento de água, redes de esgotos. Núcleos residenciais. Edifícios públicos. Cais do porto. Ponte sobre a baía (Ponte Florentino Avidos). Iluminação em combustores custosos, passeios de ladrilhos, jardins e monumentos. Estradas suburbanas, escadarias monumentais, viaduto e um cheiro de limpo de tinta fresca e cimento fundido (DERENZI, 1995, p.180).

Por ser provida de características de pacata cidade, os cidadãos de Vitória partiam para outras cidades do sudeste em busca de especialização em suas atividades profissionais. Consigo, ao retornarem, traziam as novidades dos grandes centros urbanos brasileiros.

A Capital do Estado apresentava uma série de carências que concorriam para torná-la uma cidade de tons provinciano e pacato, com reduzido número de habitantes e sem escolas de nível superior — o que obrigava a mocidade da

época a ir se especializar nos centros maiores nas profissões liberais, principalmente, no Rio de Janeiro. O próprio contato com a Capital do País era demorado e difícil, fazendo-se, usualmente, por via marítima ou ferroviária, através da Estrada de Ferro Leopoldina. Era a época de ouro dos Clubes Vitória e dos Boêmios, ambos no Parque Moscoso, e de recitais de música e poesia apresentados para público seletivo, quando o rádio ainda não era difundido e nem na cidade nem no campo, as notícias de fora chegavam via telégrafo ou pelos jornais e revistas distribuídos. Nesse ambiente, os cafés, os bares, as esquinas e praças convertiam-se em locais onde se divulgavam as novidades e de onde brotavam boatos e notícias. Dentre todos imperava a Praça Oito (CASTELLO, 2007, pág.72).

O grande isolamento fazia do lazer de Vitória único. O divertimento era o das calçadas, dos cafés, das praças, dos parques, dos banhos de mar e dos esportes náuticos. Os clubes da cidade, onde ocorriam os torneios de futebol eram uma das principais formas de diversão da população. Em especial, a cidade permanecia refém/aliada ao mar e às montanhas, ainda espremida entre os rochedos do maciço central, com um cotidiano típico de cidade do interior e ainda cheia de vida.

A cidade era simples, romântica, muito graciosa, e, embora contasse com pouquíssimos pontos de maior diversão, toda a população, mesmo assim, se sentia plenamente gratificada diante da beleza do cenário local". (ELTON, 1984, p 16).

Ao mesmo tempo em que os espaços se esgotavam nas áreas centrais e a região do Parque Moscoso era urbanizada, outras frentes de ocupação surgiam, como é o caso da Praia do Suá. O tempo, por sua vez, passou, e entre o início do século XX até 1950, o desenvolvimento oriundo da modernidade chegou à cidade de Vitória, colocando enfim, o projeto Novo Arrabalde, de Saturnino de Brito, em prática. A área do projeto, localizada na região da antiga Praia Comprida (bairro Praia do Canto), pode ser comparada a um subúrbio edificado para ricos, que buscavam no "arquétipo mar" um ideal para a qualidade de vida. O projeto, portanto, foi destinado a um público selecionado, contando com saneamento básico e toda infraestrutura necessária à ocupação.

Pode-se pressupor, que a prática de lazer ligada aos banhos de mar, ganhou força nesse período da história da cidade. Em especial, na região do bairro Praia do Canto, que passou ser um novo *point* para os jovens e turistas. Ainda nesse bairro, é importante destacar a presença do Praia Tênis Clube, que promovia domingueiras e gincanas semanais, chamadas de Jogos Praianos. Os clubes da época também eram tidos como importantes pontos de lazer, havendo intensas disputas, que atraíam multidões para

assistir aos jogos de futebol entre o Rio Branco e Vitória e, nas regatas, entre o Álvares e o Saldanha (SALLES, 1996).

O processo de reurbanização e ampliação da mancha urbana de Vitória, até meados do século XX, tentou tirar de Vitória, os aspectos coloniais, tão marcantes na "cidade presépio", até o final do século XIX. A partir daí, a cidade passou por um processo de modernização, construção de novas edificações, aterramentos, abertura de novas vias, mesmo que de maneira lenta, mas sempre buscando quebrar o vínculo com o passado colonial (ELTON, 1984).

Nesse sentido, o que se observava na Vitória do início do século XX, eram práticas de lazer típicas de uma cidade do interior, que começava a crescer. As idas às praças para a prática do lazer de contemplação ou mesmo o lazer festivo em datas comemorativas eram proeminentes na pequena cidade. Era notória a importância dos esportes de regatas, que reuniam importante contingente de pessoas às margens da baía de Vitória para presenciar as disputas entre os clubes locais, o que evidenciava, importante relação do cidadão com a água, mesmo porque, eram frequentes os banhos de mar na região da Praia do Suá. Ao contrário do que existe hoje, nesse período, os quiosques se faziam presentes na região portuária da rua General Osório. Ali, reuniam-se os trabalhadores do porto, bem como as pessoas pertencentes às classes de menor poder aquisitivo, buscando socialização e descontração após a extenuante jornada de trabalho. Os mais ricos, por sua vez, frequentavam os cafés mais famosos da cidade e desfrutavam de agradáveis momentos nos parques e praças da cidade, onde a prática do lazer contemplativo e de socialização eram preponderantes

Dessa forma, Vitória era de fato uma cidade pacata, com atividades de lazer não muito diversas, mas marcadas, principalmente, pelo contato direto entre os moradores. Eram as brincadeiras de rua e as conversas entre as vizinhanças que davam vida às calçadas e às ruas da cidade. As vésperas de eventos importantes, como as festas juninas, movimentavam o cotidiano dos moradores, que tinham a data, como um momento de encontro e de distração. E assim, a população de Vitória seguia, até que, em meados do século XX, a conformação física da ilha começou a mudar, imigrantes chegaram e novos projetos dos governantes da época foram implementados.

1.2.2 De meados do século XX até a década de 1990

*"Que pena imaginar
que a cidade-teteia
um dia há de crescer
e há de ter
torres, arranha-céus, ousados, atrevidos,
para cravar*

*Que pena imaginar
que o mar irá baixando a voz cantante
vendo-a bramar o jazz alucinante
das grandiosas metrópoles crescidas;
que pena ver o mar envergonhado
de soluçar uma canção qualquer,
depois de tantos anos ter acalentado
a cidade-menina, que se faz mulher!"*
(NICOLUSSI, Hayde apud ELTON, 1985, p. 14)

A partir da década de 1960, a cidade de Vitória passou por um importante crescimento industrial, vendo sua população ascender vertiginosamente nas décadas seguintes. A implementação de grandes projetos industriais como a inauguração do Porto de Tubarão (1966) e a produção industrial de minério de ferro, a partir de usinas de pelletização (1969), aliadas a crise do café, instaurada no interior, trouxeram importante contingente de mão de obra para a capital. A mão de obra não especializada era oriunda, em especial, dos estados de Minas Gerais e Bahia, os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, por sua vez, enviavam fluxos de indivíduos para os trabalhos gerenciais, a fim de suprir a necessidade de mão de obra especializada carente no estado. Esse processo fez a cidade de Vitória crescer para o norte, além dos limites do Novo Arrabalde. A região continental da ilha passou ser ocupada e novos loteamentos foram criados (IPES, 2001).

Ao mesmo tempo em que a população da cidade crescia vertiginosamente, as problemáticas urbanas também apareciam. Houve crescimento da poluição, da ocupação de ambientes de encostas e de manguezais, além de crises nos sistemas de transporte, de saúde e de educação.

Os novos interesses políticos davam à cidade de Vitória um novo aspecto, que visava transformá-la, enfim, no principal centro econômico do estado. A política de urbanização foi cruel com o suporte biofísico e com os mais pobres. Por outro lado, a cidade experimentou, a partir desse período, intenso crescimento cultural e de equipamentos urbanos de lazer, advindos da demanda da sociedade abastada que se compunha nas novas frentes de ocupação nobres da cidade.

Nesse contexto, emergiam como importantes figuras, com novos interesses para o lazer cultural: os estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, fundada em 1954. Esses reivindicavam música, cinema e teatro. A agitação cultural da cidade tinha seu foco em livrarias, como a Ancora, no bairro Centro, nos bares da região da Vila Rubim, também próxima ao Centro. Apesar da valorização experimentada pelas novas frentes de urbanização da cidade, até a década de 1980, o Centro continuou como importante ponto de encontro e lazer, já que ainda abrigava salas de cinema (São Luiz, Glória, Paz e Santa Cecília), teatros (Carlos Gomes e Glória), praças e bares (CASTELLO, 2007).

Foi definitivamente a partir da década de 1980 que a vida social se transferiu para o nordeste da cidade, com o crescimento do setor terciário nessa área. Surgiram os primeiros *shoppings centers* da cidade: o Shopping Boulevard e o Centro da Praia Shopping, tornando comum a prática do lazer ligado às compras em ambientes fechado. Some-se a isso, o lazer ligado ao encontro nas ruas, aos banhos de mar e a ida aos clubes, como o Álvares Cabral e Praia Tênis Clube, continuaram (CASTELLO, 2007).

Nesse mesmo período, portanto, as características de composição das práticas de lazer começam a se transformar, tanto no Centro como na região noroeste, tomando características próprias de grandes metrópoles. O investimento privado na construção de *shopping centers* é uma das principais marcas disto. Em paralelo, a degradação urbana pela qual a cidade passava e a construção de equipamentos específicos afastou, aos poucos, a população daquela vida cotidiana que acontecia nas ruas, extinguindo, rapidamente, o contato direto entre os moradores, as conversas e as brincadeiras de rua, tornando o tempo do lazer mais escasso e típico de lugares fechados, como os *shopping centers*.

Foi na administração municipal de Hermes Laranja (1985-1989), que os investimentos em espaços públicos de lazer foram retomados, com a construção da Praça dos Namorados e da Praça dos Desejos, ambos no bairro Praia do Canto, bairro nobre até os dias atuais. Além disso, na zona sul da cidade, em área de aterro feito pela COMDUSA (Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano), foi construído o Parque Tancredo Neves e o Sambão do Povo. O Parque Tancredo Neves foi projetado por Carlos Alberto Vivacqua, contando com *playground*, área de lazer, pista de *cooper*, anfiteatro e quiosques. O Sambão do Povo passou, desde então, a receber desfiles de escolas de samba capixaba (CASTELLO, 2007).

É importante ressaltar, que a área da cidade onde foram construídos tais equipamentos de lazer (Parque Tancredo Neves e Sambão do Povo - ver **figura 6**) estava localizada no entorno de uma frente de ocupação liderada pelas camadas mais pobres da sociedade. Nesse período, observava-se o crescimento da mancha urbana da cidade para região noroeste e uma pressão maior sobre o ecossistema de manguezal profundamente presente no local. O processo de industrialização trouxe consigo uma intensa crise urbana para "cidade presépio", que parecia a cada aterro e a cada novo habitante que chegava para ocupar seus espaços ambientalmente frágeis.



Figura 6. Área de alagado do Parque Tancredo Neves em 1978. Fonte: Veracidade (2014). Disponível em: www.veracidade.com.br. Acesso em: 12 de dez de 2014

Até então, não havia sido registrado nenhum tipo de implementação de políticas públicas voltadas à construção de equipamentos públicos de lazer em áreas pobres da capital. Como é possível observar na **figura 6**, a área correspondente ao Parque Tancredo Neves está próxima a encostas e em um terreno alagadiço. Do lado direito, encontra-se a Segunda Ponte, portal sul de entrada do município de Vitória. A falta de espaço para edificar novos equipamentos, demandou o aterramento da referida área, servindo também, como uma maneira de melhorar os aspectos urbanos da principal via de entrada da cidade. Com o passar do tempo, o parque acabou sendo abandonado pelas administrações municipais, ganhando notoriedade em reformas públicas, apenas a partir de meados da década de 2000.



Figura 7. Área do Parque Tancredo Neves atualmente. Fonte: Google Maps (2014). Disponível em: www.google.com/maps. Acesso em: 12 de dez de 2014

Reformado na administração municipal de João Coser (2005-2012), com um investimento de quase 43 milhões de reais, o Parque Tancredo Neves, mais conhecido como "Tancredão", ganhou nova forma após anos de abandono (**figura 7**). Sendo implementados calçadão na orla, ciclovias, pista para caminhada, piscinas de recreação e semi-olímpica, ginásio, quadras poliesportivas¹⁰, *playgrounds*, pista de skate, centro da terceira idade e campos de futebol, numa área total de 52.764,54 m², sendo mais de 5 mil m² de área construída. O Tancredão abriga também o projeto Escolinhas de Esportes, ligado à Secretaria de Esportes do município de Vitória, que oferece aos jovens entre 7 e 17 anos, aulas gratuitas de natação, remo, vela, canoagem, futsal, vôlei, handebol, futebol *society* e lutas (judô, karatê e jiu-jítsu). A entrada no parque é permitida mediante apresentação de documento de identidade com foto, não sendo permitida a entrada de menores sem o acompanhamento dos pais ou responsáveis legais, e nenhum tipo de comércio é permitido dentro da área do parque.

Outra importante área que sofreu intervenção durante a administração municipal de Hermes Laranja (1985-1989) foi a orla do bairro Praia do Canto, resquício artificial do aterramento do Novo Arrabalde. Essa área também demandava a construção de equipamentos de lazer voltados à população de renda elevada. Para tanto, nesse espaço

¹⁰ Tipo de quadra onde se desenvolvem diversas práticas esportivas, pois possuem diversas demarcações para o desenvolvimento de jogos de vôlei, futsal, basquete e tênis, entre outros.

foram construídas as Praças dos Namorados e dos Desejos. Em 1978, as praças ainda não existiam, conforme é possível observar na **figura 8**.



Figura 8. Área correspondente as praças dos Namorados e dos Desejos em 1978. Fonte: Veracidade (2014). Disponível em: www.veracidade.com.br. Acesso em: 12 de dez de 2014

Esse espaço foi reurbanizado através do **Projeto Orla Marítima**¹¹, passando a contar com calçadão, quadras de futebol e tênis, pista de skate, *playground* e lanchonete (Bob's). Além disso, a praça é conhecida por abrigar a Feira de Artesanato e Artes aos finais de semana. Essa feira começou a ser implementada há cerca de 20 anos e conta com diversas barraquinhas de alimentação, artesanato e brinquedos à venda.

¹¹ Criado na gestão do prefeito Luiz Paulo V. Lucas, sob responsabilidade da Secretaria e Desenvolvimento Urbano extinto em 2002. Era um o programa integrado de desenvolvimento social e econômico, urbanização, embelezamento, preservação ambiental e infraestrutura turística e viária em toda a orla marítima do município de Vitória. Tinha como objetivo promover ações integradas em toda orla do Município de Vitória, dotando as áreas a serem urbanizadas de infraestrutura de lazer, serviços e prática de esportes, incluindo o desenvolvimento do ecoturismo na Baía Noroeste de Vitória, preservando o Manguezal e promovendo o desenvolvimento social das comunidades locais (DECRETO Nº 10.243). Este projeto contemplava a reurbanização de regiões como a Praia de Camburi; a orla da Praia do Canto formada pelas praças dos Namorados e dos Desejos e pela Curva da Jurema1; a orla da Praia do Suá, ocupada pela Praça do Papa; além da urbanização do bairro Bento Ferreira e de parte do Porto de Vitória, dotando essas áreas de infraestrutura de lazer, serviços e prática de esportes. Com a dissolução da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o *Projeto Orla Marítima* perdeu sua força como uma unidade, porém as diretrizes desenvolvidas para a orla de Vitória continuam sendo prioridades na gestão atual. Muitos desses projetos tiveram continuidade na gestão seguinte e estão em andamento, como a urbanização da Praia de Camburi e da Praça do Papa que já estão em obra (CASTELLO, 2007, p. 78-79).

Atualmente, o entorno das Praças dos Namorados e dos Desejos é considerado um dos metros quadrados mais valorizados da capital capixaba, em especial, os bairros Ilha do Boi e Ilha do Frade que possuem valor de mercado mais elevado.

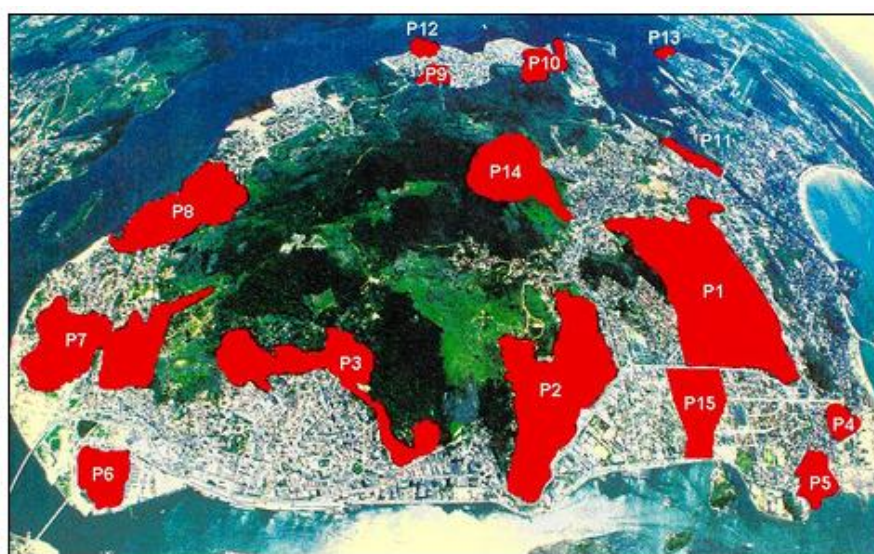


Figura 9. Área das praças dos Namorados e dos Desejos em 2014. Fonte: Google Maps (2014). Disponível em: www.google.com/maps. Acesso em: 12 de dez de 2014

Além das duas praças, o Projeto Orla Marítima criou a Praça da Ciência, localizada às adjacências da Praça dos Desejos. Essa praça possui uma proposta de lazer de cunho educativo. Trabalha-se a disciplina de Física, por meio de equipamentos/brinquedos específicos. O número de visitantes nesta praça é controlado, e visitas são monitoradas, em especial porque os brinquedos educativos demandam a explicação de um monitor da Prefeitura, que atende por meio de um pré-agendamento de visita.

Sendo assim, o Projeto Orla Marítima, da administração municipal de Luiz Paulo Velozzo Lucas (1997-2004) teve importante papel na reurbanização da orla de Vitória, uma vez que dotou de novas infraestruturas de lazer, as orlas dos bairros Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi, além da Enseada do Suá. Sob análise, chega-se a conclusão de que uma das características mais marcante desse projeto foi a sua implementação exclusivamente em áreas nobres da capital. Coube a outro importante projeto, o **Projeto Terra**, a reurbanização das orlas da cidade onde estavam localizadas as populações de baixa renda.

O Projeto Terra (**figura 10**), também criado na administração municipal de Luiz Paulo Velozzo Lucas, teve como princípio melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda de Vitória, criando um ciclo de desenvolvimento atrelado às ações sociais e urbanas, além da preservação ambiental, tendo em vista que essas populações localizam-se em áreas de encostas, morros e remanescentes de manguezais. Ademais, o Projeto Terra buscou fortalecer o desenvolvimento humano, através de programas de geração de renda, educação sanitária e ambiental. Esse projeto será melhor trabalhado no próximo subcapítulo, visto que possui intrínseca relação com o desenvolvimento urbano e humano da baía noroeste de Vitória, objeto desta pesquisa.



Poligonal 1 -	Consolação, São Benedito, Morro Gurigica, Alto Itararé, Engenharia, Jaburu, Constantino, Bonfim e Bairro da Penha	Poligonal 8 -	Bela Vista, Pedra do Bode e Orla de Santo Antônio
Poligonal 2 -	Cruzamento, Romão, Forte São João	Poligonal 9 -	Condusa
Poligonal 3 -	Piedade, Fonte Grande, Moscoso, Santa Clara e Capixaba	Poligonal 10 -	Conquista
Poligonal 4 -	Morro São José e Morro Santa Helena	Poligonal 11 -	Joana D'Arc, Andorinhas e Santa Maria
Poligonal 5 -	Jesus de Nazareth	Poligonal 12 -	Ilha das Caieiras
Poligonal 6 -	Ilha do Príncipe	Poligonal 13 -	Maria Ortiz
Poligonal 7 -	Alagoano, Morro do Quadro, Morro do Cabral, Bananal e Alto Caratoira	Poligonal 14 -	Morro do Macaco
		Poligonal 15 -	Morro de Monte Belo e Santa Maria

Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda

Figura 10. Áreas de Intervenção do Projeto Terra. Fonte: Legado Vitória. Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/secretarias/sedec/projterra.htm>. Acesso em: 28 fev 2014.

1.3 Evolução Urbana na Baía Noroeste

Enquanto parte da cidade de Vitória experimentava seu *boom* de desenvolvimento econômico e prosperidade econômica, a região noroeste da ilha crescia escondida, por detrás do Maciço Central, carregada de problemáticas urbanas de pouca visibilidade. Os próprios moradores do leste da ilha de Vitória, sequer tinham contato essa parte da ilha, uma vez que ela se mantinha invisível, por detrás do Maciço Central de Vitória.

O crescimento leste e nordeste da ilha de Vitória, em especial ao longo da orla marítima foi marcado pela elevada especulação imobiliária em torno dos novos empreendimentos que surgiam. Por outro lado, as áreas da baía noroeste, de manguezais, eram invadidas, como consequência de um processo de urbanização que segregava os cidadãos. Segundo Barbosa (2004), as casas cresciam sobre as áreas de manguezais, sendo construídas no modelo de palafitas, com o uso da madeira *Rhizophora mangle*, proveniente da própria vegetação do mangue.

A construção de edifícios, especialmente na região nordeste, trata da apropriação desse espaço. Nesse sentido, a apropriação do espaço pelas elites e a lógica mercantil buscam evidenciar as desigualdades espaciais de maneira que cada lugar, cada edifício pareça único para justificar seu valor enquanto mercadoria (BARBOSA, 2004, p. 109)

Os movimentos de luta pela moradia eclodiam nessa época, e a problemática de ocupação de manguezais não ocorria apenas na baía noroeste de Vitória. O município de Vila Velha, ao sul de Vitória, também enfrentava esse processo. Na realidade, a prática de ocupar manguezais, várzeas e encostas era uma alternativa para aqueles que não tinham acesso ao mercado imobiliário formal, como se observa na **foto 6**.



Foto 6. Casas construídas ao longo dos lixões de São Pedro. Fonte: Documentário São Pedro Lugar de Toda Pobreza. Direção: Amylton de Almeida. Produção: Rede Gazeta, 1983. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QyK-yusEtaY>. Acesso em: 28 fev. de 2015.

De maneira geral, pode-se enfatizar que a construção do tecido urbano da baía noroeste foi fruto de um processo espontâneo de ocupação. A princípio, o Poder Público reprimiu o processo, porém, como este se intensificara e não havia mais possibilidade de retirar todas as famílias da área, foram realizadas intervenções urbanísticas.

Sobre a ação do Poder Público, Andreatta (1987, p.01) destaca:

Pairava sempre a ameaça de expulsão do mangue. Medo dos fiscais e metralhas da PMV, medo da polícia, mas o povo entrando. Era uma massa inteira aos sábados e domingos, e muitos vinham armados. A maioria mandava a mulher ocupar e depois vinha. [...] Mutirão de homens, mulheres e crianças.

A essa época, ainda em meados da década de 1970, existiam apenas os bairros de Comdusa e de Ilha das Caieiras. O primeiro bairro foi criado destinado a habitação de interesse social (HIS), pelo Poder Público. O segundo já era uma colônia de pescadores, que além da pesca, trabalhava e trabalha até os dias atuais, com a coleta de crustáceos e mariscos.

Sobre as condições de habitação nos bairros, entre os períodos de ocupação, Freire (2004, p. 110), afirma:

A moradia sobre palafitas passou a ser a alternativa de habitação e de sobrevivência para muitos, não apenas porque do manguezal retirava-se alimento para consumo e comercialização, mas pelo fato de que essas áreas foram transformadas em lixões da Prefeitura. Ou seja, o lixo que servia de aterro (solo compacto), permitindo erguer barracos, também oferecia possibilidades de sobrevivência, em condições de extrema ausência de humanidade.

Segundo Kitoko (2007), o Poder Público aproveitou que a área de manguezal encontrava-se recoberta por lixo e utilizou-o como material para aterro, junto com a argila, compactando-os, assentando as famílias em HIS. Aos poucos, as infraestruturas chagaram aos bairros, através da própria municipalidade, com a construção da rede elétrica, além da água encanada para alguns bairros, como São Pedro.

Nesse sentido, o Poder Público encontrava-se sem alternativas. A pressão popular e a organização dos movimentos sociais no início da década de 1980 eram intensas. Os ocupantes venceram a disputa e, na medida em que a infraestrutura chegava, mais pessoas se deslocaram para o local, criando aglomerados populacionais na região. A criação de HIS também levantou expectativas nos ocupantes que ansiavam por moradia, pressionando o Poder Público.

Sobre a construção do bairro São Pedro, Zechinelli (2000, p. 73) destaca:

A apropriação do espaço sob a pressão constante da organização popular legitimou o processo de invasão e resultou na efetiva construção e uso definitivo do bairro, por seu moradores, demonstrando o poder político dos movimentos comunitários.

Como resultado das pressões populares citadas por Zechinelli (2000), durante a administração municipal de Carlos Von Schilgen (1979-1982), as primeiras intervenções voltadas à urbanização de São Pedro começaram a ocorrer. A princípio, foi implementado o Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR), sendo os bairros beneficiários - São Pedro e São José -, com recursos do governo federal, por intermédio do Banco Nacional de Habitação (BNH). Esse programa visava a melhoria de núcleos urbanos periféricos, marcados por habitações precárias e pela falta de infraestruturas. O objetivo principal era levar melhorias para essas áreas, sem a prática da remoção dos moradores (SILVA, 1984).

A política de urbanização implementada por Von Schilgen teve importante papel na reorganização do espaço urbano da região noroeste de Vitória, em especial nos bairros citados, que já estavam recebendo grandes contingentes populacionais. O Programa criou normativas específicas para o limite do tamanho das ruas e de suas localizações, além de apontar especificamente a localização dos espaços urbanos. De maneira geral, eram loteamentos públicos que começavam a trazer legalidade para os indivíduos do local. Mesmo assim, segundo Gurgel (2004), a população não se viu satisfeita, pois não participou do processo de elaboração dos projetos para a área.

Segundo Zechinelli (2000), durante a administração municipal de Hemes Laranja (1986-1988) surgiram as preocupações ambientais, resultando na criação da Reserva Ecológica Ilha do Lameirão, na baía noroeste e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM). Os objetivos eram impedir o avanço da ocupação sobre o manguezal e proteger as áreas ambientalmente frágeis. Apesar disso, houve avanço considerável na ocupação dos bairros e do manguezal, por meio de palafitas, agravando a crise ambiental. O despejo de lixo na região de São Pedro perdurou até o ano de 1990, quando a usina de lixo no bairro Resistência foi criada.

Foi na administração municipal de Vitor Buaiz (1989-1992), que mudanças efetivas passaram a acontecer. Em tese, devido a crise instalada na região da baía noroeste, a área passou a ser uma das principais prioridades do prefeito. O processo de urbanização

e de intervenção municipal tornou-se mais democrático, além disso, o processo de ocupação do manguezal foi parcialmente cessado. Bairros como Nova Palestina e Resistência tiveram suas áreas delimitadas e vias foram construídas como forma de impedir que a população continuasse avançando sobre o manguezal. O bairro Grande Vitória teve o seu processo de aterramento finalizado, passando por uma urbanização e as palafitas foram removidas. Foi durante essa administração que criou-se o Orçamento Popular, por meio do qual os próprios moradores dos bairros determinavam as prioridades de investimentos.

No período seguinte, durante a administração municipal de Paulo Hartung (1993-1996), a urbanização e melhorias nos bairros são consolidadas pelo **Projeto São Pedro - Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal**. Esse projeto abrangeu diversos setores - infraestrutura, transporte, lazer, esporte, educação, saúde, organização comunitária e geração de emprego e renda -. De fato, foi uma das políticas públicas mais integradas que ocorreu na baía noroeste, com uma gestão de elevada participação popular e integração de diversas secretarias. Foi nesse período que o bairro Resistência foi urbanizado e a ocupação das áreas de manguezal cessaram. Segundo o documento oficial do projeto¹², a taxa de mortalidade infantil nos primeiros anos de vida era de 33 óbitos por mil nascimentos em 1993, já no ano de 1996, a taxa foi reduzida para 13,8 óbitos por mil nascidos. Além disso, desenvolveu os seguintes projetos de urbanização e saneamento:

- a) delimitou a área de manguezal, com fiscalização permanente realizada por órgãos ambientais federais, estaduais e municipais e cadastrou as famílias habitantes dos bairros adjacentes ao manguezal preservado;
- b) definiu os critérios de parcelamento do solo, adotando o limite de 150 metros quadrados para o tamanho do lote, negociando a implantação do projeto urbanístico com todos os interessados para implantação, mantendo os moradores nos bairros e indenizando as benfeitorias aos posseiros que investiram em suas posses;
- c) implantou infra-estrutura urbana em toda a área passível de urbanização e melhorou o sistema viário, permitindo acesso a toda a região;
- d) removeu 475 famílias das áreas de preservação, reassentando-as nas áreas urbanizadas dos bairros adjacentes;
- e) forneceu materiais de construção para reposição de perdas ocorridas durante a remoção das famílias;
- f) construiu casas-modelo de 48 metros quadrados, em madeira (utilizadas pela prefeitura para postos de atendimento à população local), como forma de demonstrar a ocupação racional de um lote de 150 metros quadrados;
- g) regularizou os loteamentos e titularizou os lotes; e

¹² INSTITUTO POLIS, **Projeto São Pedro**. Dicas Polis-Ildesfes - Ideias para a ação municipal. Nº 103, 1998, p. 2. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/481/481.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

h) promoveu delimitação e contenção do aterro em toda a região e ações de educação ambiental (INSTITUTO POLIS, 1998, p. 01).

De maneira geral, o Projeto São Pedro foi resultado de uma síntese de todas as políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas na região desde 1988, durante a administração municipal de Hermes Laranja (1986-1988). Os projetos seguintes, lançados por Buaiz e Hartung, deram continuidade às políticas propostas por Laranja, contudo aprimoram-nas de maneira a levar a toda a região da baía noroeste, as benfeitorias urbanas e sociais, além da democratização do processo de construção da região. Foi nesse período, que o processo de regularização fundiária dos bairros tomou amplas dimensões, com um total de 9 mil famílias beneficiadas. Ainda que tal fato tenha ocorrido, até os dias atuais, ainda existem bairros que vivem à margem da legalidade no que diz respeito ao processo de regularização fundiária.

A descentralização das políticas voltadas à promoção de serviços na região teve continuidade na administração municipal de Luiz Paulo Velloso Lucas (1996-2004). Tal descentralização ocorreu por meio da criação de regiões administrativas que abrangiam bairros da cidade. Na baía noroeste, foi instaurada a Administração Regional de São Pedro, constituída pelos bairros: São Pedro, Santos Reis, São José, Ilha das Caieiras, Santo André, Redenção, Nova Palestina, Resistência, Comdusa e Conquista. De acordo com os moradores, a criação das regionais administrativas, que por sua vez, possuíam "prefeitinhos locais", eram de extrema importância, pois elas acolhiam as demandas locais por pequenas obras de manutenção dos bairros, além de aproximar as comunidades do Poder Público, através de um contato direto.

Ainda na administração municipal de Velloso Lucas, no ano de 1997, foi criado o Programa Integrado de Desenvolvimento Regional, Urbano e Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda, intitulado Projeto Terra, já citado. Esse projeto foi subsidiado pelos seguintes organismos financiadores: União, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tal projeto beneficiou bairros da baía noroeste, uma vez que, de acordo com o PDM, estavam em áreas de ZEIS. No Plano Diretor, essas áreas eram/são especificamente as de encostas dos morros e manguezais. Consoante o entendimento Martinuzzo (2002), esse projeto visou, a partir de ações públicas, reduzir as disparidades econômicas da cidade, melhorando a

qualidade de vida à beira-mar urbanizada, além das áreas de manguezais e de morros ocupados desorganizadamente.

Tal projeto teve importante papel nas reformas urbanas realizadas na baía noroeste, como um todo. Foram construídas praças, passarelas via beira-mar, que criaram uma maior proximidade do cidadão com a orla, além da criação de espaços públicos de lazer e de contemplação da baía. Nesse diapasão, projetos de esgotamento sanitário foram implementados na região, obras de construção de calçadas e retiradas de palafitas.

As orlas de bairros objeto desta pesquisa, por sua vez, passaram por importante mudança na administração municipal de João Coser (2005-2012). Intitulado **Projeto Orla**, consolidado através de discussões realizadas em orçamentos participativos. Esse projeto reurbanizou as orlas de Camburi, Maria Ortiz, Nova Palestina, São Pedro, urbanizou a Praça do Papa e construiu o novo Tancredão. Conquanto que tenha abrangido mais bairros de ZEIS do que os de áreas nobres, os investimentos não foram igualitários. A título de comparações, por exemplo, pode-se citar a orla de Camburi, na qual foram investidos quase 50 milhões de reais, perfazendo investimentos de paisagismo, elaboração de projetos, reurbanização, construção de quiosques, entre outros. Ao passo que nas orlas de Maria Ortiz e Nova Palestina foram investidos cerca de 15 milhões, perfazendo investimentos de paisagismo, dragagem no canal de Nova Palestina, elaboração de projetos e reurbanização das respectivas obras.¹³

¹³ Informações e valores cedidos pela SEMOB (Secretaria de Obras de Vitória) ao pesquisador em entrevista e levantamento documental.

1.3.1 Projeto Orla Viva¹⁴

Com o intuito de diminuir as disparidades entre as orlas noroeste e leste da cidade, foi criado o Concurso Orla Noroeste, durante a administração de Luciano Rezende (2013-2016). Neste concurso, o projeto vencedor foi o **Orla Viva**, que prevê uma total integração da população da região noroeste com a baía de Vitória.

A presença do rio navegável e as zonas de vegetação natural em bom estado de conservação são os valores mais importantes do lugar. Esse limite, que dá vida a lugares muito especiais, necessita crescer, expandir-se e cobrar mais significado do que ser uma simples fronteira entre a cidade e o rio. A cidade necessita abrir-se ao rio e ao mangue, a intenção é fazer com que a água e a vegetação adentrem ao tecido urbano, para alcançar essa meta foram projetadas conexões em sentido transversal, perpendicular a margem, se alarga o passeio, se prolongam ruas e se constroem plataformas, atracadores, pontes e passarelas sobre pilotis (Projeto Orla Viva, 2014, p. 06).

Nesse sentido, conforme o projeto aborda, é preciso resgatar a relação dos habitantes com o meio natural, trazendo a água como o elemento central do projeto, ao lado do manguezal, visto como um ecossistema diferenciador do local. Desse modo, a passagem entre a água, a terra e o manguezal será alvo principal de intervenção deste projeto.

Aliando a água à orla e à mobilidade, o projeto prevê um sistema de transporte composto por barcos-taxis, barcos locais e barcos turísticos, situados em pontos estratégicos, além de atracadouros por toda a orla, funcionando como marcos estratégicos, onde serão agregadas atividades de contemplação, shows, bares, associação locais, espaços de autogestão e de gestão pública, bem como estações de bicicletas, reforçando as características de um "transporte verde".

O projeto também traz à tona uma discussão sobre a desconexão existente entre o maciço central da ilha, o mangue e a água. Para sanar esse problema, é proposta a criação de trilhas e pontos visuais, que auxiliem a orientação e a recuperação da mata atlântica do maciço e da vegetação de manguezal.

Como a baía é marcada pela poluição, o projeto prevê a criação de piscinas flutuantes que teriam o papel de filtrar a água da baía de Vitória, sendo essa, uma maneira "divertida de limpar a baía". O granito, elemento de importância econômica para estado,

¹⁴ As informações deste subcapítulo estão na apresentação oficial do Projeto Orla Viva, de autoria de Patrícia Padilha, Sarah Wolfs, Jordi Puigvert e Paula Jofré. Tal apresentação foi disponibilizada ao pesquisador pela Secretaria de Desenvolvimento da Cidade em formato *power point*.

teria, nos projetos, destaque na criação de espaços singulares, como praças e elementos simbólicos ao longo da orla.

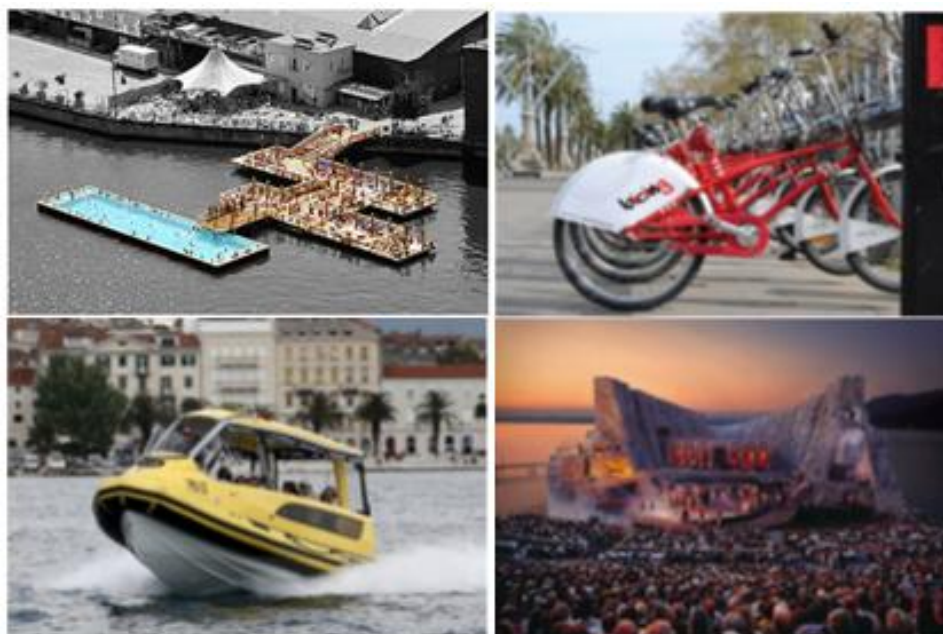


Foto 7. Piscina flutuante. **Foto 8.** Estação de bicicletas. **Foto 9.** Barco-taxi. **Foto 10.** Show na orla. Fonte: Projeto Orla Viva (2014, p. 02)

Conforme apresentado nas **fotos 7, 8, 9 e 10**, os equipamentos são os mais diversos e característicos de cidades desenvolvidas. Eles se dividem em dois grupos: aqueles voltados para a comunidade local, ou seja, equipamentos de microescala e aqueles voltados para a comunidade global, sendo estes, equipamentos de médio e grande porte.

Os equipamentos de lazer globais, ou seja, de grande porte, voltados a atender a toda a cidade, são aqueles culturais, educacionais e esportivos, mais conhecidos como *landmarks* (pontos de referência). Esses equipamentos abrangem os anfiteatros para shows, os bicicletários, as piscinas flutuantes, as praças e os monumentos, entre outros.

Também foi pensado em equipamentos de autogestão, ou seja, geridos pelas comunidades locais, que são os centros comunitários, pontos de encontro de indivíduos e lideranças locais, berçários de microempresas, para estimular o desenvolvimento e empreendedorismo locais, além de equipamentos de pequeno porte, voltados ao lazer, ao esporte e à autoajuda. Seria uma tentativa de transformar o modelo informal de gestão já existente, num modelo formal, auxiliado pelo Poder Público, conforme é possível observar na **figura 11**.



Figura 11. Equipamentos propostos. Fonte: Projeto Orla Viva (2014, p. 05)

Às margens da baía de Vitória, os passeios terão destaque de eixo vertebral de todo o projeto, isso porque, ocorrerão por toda a orla, valorizando o contato dos transeuntes, não somente com a água, como também com as rochas, o mangue e os canais existentes no seu trajeto. Para tanto, o Projeto Orla Viva, dividiu a baía noroeste em sessões: **Orla Água, Orla Mangue, Orla Pedra e Orla Canal**, todas compostas por passeios, ciclovias, zonas de descanso, mirantes, paradas de transportes públicos, mercados, além de, em alguns casos, o trânsito de veículos. O desenho das orlas pode ser observado na **figura 12**. As características de infraestrutura de cada uma das orlas é apresentada na **figura 13** e seus detalhes explicados a seguir.



Figura 12. Diferentes orlas do Projeto Orla Viva (1). Fonte: Projeto Orla Viva (2014, p. 04)



Figura 13. Diferentes orlas do Projeto Orla Viva (2). Fonte: Projeto Orla Viva (2014, p. 04).

1.3.2 Orla Pedra

Ao analisar o projeto das orlas que serão requalificadas, observa-se que na área do bairro Ilha das Caieiras (**Orla Pedra**), o foco principal serão os investimentos na criação do polo gastronômico, uma vez que no local já existem restaurantes, sendo esta a vocação inerente ao bairro Ilha das Caieiras, composto por uma colônia de pescadores desde o seu surgimento, no século XIX, além de abrigar grupos de desfiadeiras de siri, catadores de mariscos (mexilhões e caranguejos, por exemplo).

No projeto, a presença de deques de madeira é constante, bem como as áreas de passeio, ornadas com granito, além de uma cobertura de pergolado multiuso, por onde os pedestres terão a oportunidade de se deslocar à sombra. Sobre a pérgola:

Essa estrutura tem a intenção de deixar o máximo de espaço livre, eliminando a necessidade de plantio de árvores, uma vez que a caixa viária já não permite, e também eliminando a necessidade da iluminação pública por postes (Projeto Orla Viva, 2014, p. 17).

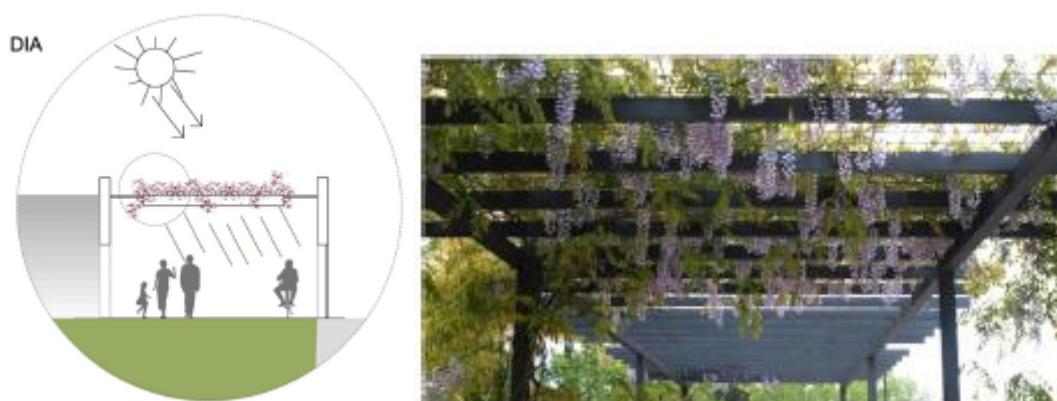


Foto 11. Pérgola na Orla Pedra. Fonte: Projeto Orla Viva (2014, p. 17).

1.3.3 Orla Água

As áreas que abrangem a **Orla Água**, por sua vez, são compostas por bairros que estão conectados diretamente com a baía de Vitória. O destaque no projeto fica com o bairro Andorinhas, onde será criado um cartão postal para a cidade, com a presença de mastros com as bandeiras do Brasil, do Espírito Santo e de Vitória, no meio do canal da passagem, próximo à Universidade Federal do Espírito Santo.

O conceito se baseia na criação de um novo cartão postal para a Vitória, chamando atenção à importância da água e seu contato com a cidade, o homem x a natureza, funcionando com o ponto de partida de um eixo de atividades que busca resgatar os valores da capital capixaba, abrindo

novamente os olhos da cidade e seus habitantes a orla noroeste e seus valores paisagísticos (PROJETO ORLA VIVA, 2014, p. 11).

Esse espaço público, além de ser um ponto de contemplação com mirante, voltado para o Convento da Penha também disponibilizaria práticas de lazer, como a ocorrência de shows, bares e feirinhas. A estrutura da ponte de carros e da passarela de pedestres existentes no local, seriam aproveitadas para a criação de uma pista de skate e de um centro comunitário. Além disto, o projeto prevê a criação de cafés, bares, quadras de esporte, estacionamentos paisagísticos e o plantio significativo de árvores.



Figura 14. Perspectiva humanizadas da Orla Água. Fonte: Projeto Orla Viva (2014, p. 17).

1.3.4 Orla Mangue e Orla Canal

Em se tratando das áreas que abrangem a **Orla Mangue**, a preocupação principal é de atrair os cidadãos para dentro do manguezal em razão de se perceber uma clara distância entre o meio natural e os cidadãos.

Atualmente, a separação entre a cidade e o mangue é clara, e no limite físico, não se encontram espaços que aproveitem a presença do mangue. A proposta para a orla mangue se baseia em criar esses lugares de encontro, de oportunidades para novas atividades geradoras de vida urbana. Para comunicar cidade e mangue, a primeira ação é deslocar o passeio de pedestre para dentro do mangue, esse trecho do passeio será uma passarela de exploração da natureza (PROJETO ORLA VIVA, 2014, p. 16).

Com a duplicação da rodovia Serafim Derenzi, principal eixo de ligação da baía noroeste, nota-se no projeto, a existência de uma distância entre o maciço central e o manguezal que contorna ilha de Vitória. Com o intuito de amenizar esse problema, são propostos os "dedos verdes", que são infraestruturas perpendiculares, que fariam a comunicação entre o manguezal e o maciço central. Tais estruturas teriam diversas

finalidades, entre elas: [1] a criação de hortas urbanas, com caráter familiar, visando a autoexistência dos proprietários locais; [2] criação de áreas para práticas esportivas, aproveitando os desníveis no terreno para a construção de arquibancadas, terraços, banheiros, etc; [3] criação de áreas de passeio livre, onde a população possa adentrar no manguezal.

O principal critério do projeto é a integração paisagística: materiais naturais característicos da zona, cores e texturas inspiradas na aparência do mangue, detalhes discretos nos elementos de mobiliário, iluminação ou sinalização. Uma plataforma de madeira serpenteando entre as árvores do mangue. Uma trilha descoberta, totalmente aberta à natureza. Um caminho sinuoso que tenta ampliar a vivência dos visitantes e a duração do seu reconhecimento ao mangue (PROJETO ORLA VIVA, 2014, p. 16).

A **Orla Canal** abrange exclusivamente o bairro Nova Palestina, cortado por um canal onde circulam pescadores, catadores de mariscos locais e moradores. Nessa orla, pretende-se criar uma entrada para o manguezal, na localidade da Ilha do Crisógono, seguindo o mesmo conceito do Orla Mangue.

1.3.5 Considerações sobre o Projeto Orla Viva

É importante ressaltar que o citado projeto ainda não foi implantado e não possui data prevista para que sejam iniciadas as primeiras intervenções. Em entrevista com técnicos da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, ficou constatado que os primeiros projetos implantados serão os do bairro da Ilha das Caieiras (Orla Pedra), no entanto, tais projetos ainda estão em fase de elaboração. Acrescente-se ainda que, para ocorrer a implantação, o projeto precisa passar pela aprovação de órgãos ambientais, pois as intervenções serão feitas em áreas de manguezais e do maciço central, ou seja, em reservas ambientais.

A criação desse projeto, em comparação com outros já implantados na baía noroeste, é, sem dúvidas, o mais arrojado, pois prevê o estabelecimento de uma conectividade entre os cidadãos e a água, além do manguezal, que, conforme será discutido neste trabalho, tem sido relegados, tanto pela população, como pelo Poder Público. Além disso, percebe-se que é um projeto macro e que prevê mudanças em toda a orla noroeste, sem distinção de bairros, como vinha sendo feito pelo Poder Público até a atualidade. Até hoje, as intervenções feitas pelo Poder Público na orla noroeste, são consideravelmente pontuais, priorizando certos bairros, em detrimento de outros. Nesse sentido, pode-se

afirmar que o Projeto Orla Viva é uma alternativa a longo prazo para a região e deve ser implantado pelas administrações municipais seguintes, aos poucos, tendo em vista os elevados gastos que podem advir de sua construção.

As discussões mais específicas sobre a implantação do Projeto Orla Viva, nos bairros desta pesquisa foram feitas no **Capítulo 4**. Nesse sentido, verificar-se-á de que maneira tal projeto impacta nos bairros de estudo, em especial nas práticas de lazer, chave deste trabalho. Nesse aspecto, antes de adentrar em questões pontuais e empíricas de bairros da pesquisa, é importante a realização de uma discussão teórica sobre o fenômeno do lazer na cidade contemporânea, bem como, sobre a cidadania, as políticas públicas e os espaços públicos, objetos tão importantes e norteadores do estudo aqui proposto.

CAPÍTULO 2. QUESTÕES QUE PERPASSAM O DEBATE TEÓRICO SOBRE O LAZER

2.1 Conceitos de Lazer na Sociedade Contemporânea

As concepções de lazer mencionadas neste trabalho estão de acordo com aquelas referidas por diversos autores de diversas áreas, como: sociólogos, filósofos, geógrafos, urbanistas e educadores físicos que perfizeram extensas discussões sobre os direitos sociais ligados ao lazer nas cidades modernas e contemporânea.

Especialmente entre os pensadores do século XIX, durante o advento da sociedade industrial, das lutas das classes operárias e do fortalecimento de sindicatos. O desrespeito a uma obrigatoriedade mínima de respeito à dignidade humana deu origem ao "primeiro manifesto" a favor do lazer dos operários, o clássico *O Direito à Preguiça*, do militante socialista Lafargue, publicado em 1880" (MARCELLINO, 2006, p. 03). A partir desse período da história, a classe operária inicia o processo de conquistas do tempo social de lazer, considerado como ocasião de "expressão individual ou coletiva de si, para si" (DUMAZEDIER, 2012b, p. 42).

Entre as principais discussões pós-1950 podemos citar: David Riesman (*A Multidão Solitária*), Friedmann (*O Trabalho em Migalhas*), e Mills (*A Nova Classe Média-White Collar*). E, mais recentemente, os autores mais influentes são: Parker, Kaplan, Grazzia, Fourastié e Joffre Dumazedier. Deste último, são retirados os principais pressupostos acerca da conceituação do lazer para este trabalho, atrelados a visão contemporânea de Nelson de Carvalho Marcellino, que faz uso de parte dos pressupostos de Dumazedier em seus estudos.

O lazer tornou-se um importante campo de discussão e vem aparecendo com certa frequência nas diversas mídias, em discussões e requisições de associação de moradores, anúncios em classificados de corporações imobiliárias, propostas eleitorais de homens públicos ou na venda de pacotes de viagens. Por isso, é preciso uma análise mais atenta à temática do lazer, com o respaldo necessário, para que os preconceitos em relação ao tema sejam reconsiderados.

Frequentemente, a palavra lazer foi associada (e continua sendo), a uma sociedade de consumo, envolvida numa trama de hábitos supérfluos, em contraponto a uma condição socioeconômica miserável, por conseguinte, sendo reduzida a visões parciais e a atividades muito especificadas e relevantes apenas às classes dominantes. Em razão disso, é preciso reverter esse quadro e orientar discussões para o lazer que perpassem pelo seu entendimento e ao seu significado na vida de todas as pessoas (MARCELLINO, 2006).

Segundo Marcellino (2000), não há uma uniformidade nas discussões a propósito do que seja de fato o lazer, entretanto, o autor distingue duas linhas: aquela que destaca o lazer como:

[...] aspecto atitude, considerando o lazer como um estilo de vida, portanto independente de um tempo determinado, e a que privilegia o aspecto tempo, situando-o como liberado do trabalho, ou como tempo livre, não só do trabalho, mas de outras obrigações - familiares, sociais, religiosas (ibid., p. 28).

Os aspectos atitude e tempo abordados por Marcellino podem ser, na verdade, combinados, porquanto sua divisão provoca equívocos e dificuldades de entendimento. A exemplo disso, se o lazer fosse visto apenas como atitude, o trabalho prazeroso, poderia ser considerado como lazer, já que atende a uma escolha individual de atividade. O trabalho, no entanto, é considerado uma obrigação para boa parte das pessoas e, por intermédio dele, dificilmente as pessoas atingem um elevado nível de satisfação pessoal, principalmente em uma sociedade marcada pela obrigação da produtividade. Essa perspectiva de contraponto, adotada por Marcellino é, na verdade, oriunda dos pressupostos de Dumazedier, sendo que Marcellino, enfatiza os aspectos tempo e atitude. As atividades de contraponto ao lazer também podem ser verificadas em outros ambientes, como o familiar, o religioso ou mesmo os sociopolíticos, conforme Dumazedier discorre sobre o tempo do lazer:

Este tempo é outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este desempenhou, segundo as normas sociais do momento, de suas obrigações profissionais, familiares, sócio-espirituais, e sócio-políticas. É um tempo que a redução da duração do trabalho e a das obrigações familiares, a regressão das obrigações sócio-espirituais e a liberação das obrigações sócio-políticas tornam disponível; o indivíduo se libera a seu gosto da fadiga descansando, do tédio divertindo-se, da especialização funcional desenvolvendo de maneira interessada as capacidades de seu corpo ou de seu espírito. (DUMAZEDIER, 2012b, p. 92).

Dumazedier (2012a, p. 31), elaborou itens como opostas ao lazer:

1. O trabalho profissional.
2. O trabalho suplementar (ou trabalho de complementação).
3. Os trabalhos domésticos (arrumação da casa, a parte diretamente utilitária da criação de animais destinados à alimentação, do *bricolage* e da jardinagem).
4. Atividades de manutenção (as refeições, os cuidados higiênicos com o corpo, o sono).
5. As atividades rituais ou ligadas ao cerimonial, resultantes de uma obrigação familiar, social ou espiritual (visitas oficiais, aniversários, reuniões políticas, ofícios religiosos).
6. As atividades ligadas aos estudos interessados (círculos e cursos preparatórios de um exame escolar ou profissional).

Nessa toada, podemos afirmar que o tempo do lazer não está em oposição apenas ao tempo do trabalho, mas em oposição à uma série de outras obrigações que o indivíduo possui, mesmo liberado desta atividade. Mesmo assim, é necessário ressaltar alguns aspectos entre o lazer e o trabalho. Segundo Marcellino (2006), o "tempo liberado" só existe porque o trabalho o pressupõe. Um indivíduo desempregado não dispõe de tempo liberado e sim de tempo desocupado. É considerado desocupado devido à incapacidade do sistema econômico em gerar trabalho, sendo assim, incapaz de desenvolver atitudes consideradas como lazer.

Dessa maneira, o lazer é a livre escolha de uma atividade ou contemplação, não estando atrelado a um caráter lucrativo e sim a um caráter hedonista. A premissa de um tempo ligado à liberação das emoções e à busca do prazer é a expressão mais completa da relação entre o coletivo e o individual para com o lazer.

Seguindo a perspectiva conceitual de Dumazedier, e partindo da premissa de que o lazer envolve a satisfações de aspirações daqueles que o praticam, Marcellino (2006) explica que o lazer pode ser classificado por seis áreas fundamentais: [1] interesses artísticos; [2] interesses intelectuais; [3] práticas esportivas; [4] interesses manuais; [5] interesses turísticos; [6] interesses sociais, e, contemporaneamente, fala-se dos interesses virtuais. O autor aponta para a necessidade do desenvolvimento de todas as áreas, para uma formação cidadã completa.

Os **interesses artísticos** estão atrelados ao imaginário, abrangendo as manifestações artísticas como um todo. Os **interesses intelectuais** podem ser classificados como uma busca pelo contato com o real, através de informações objetivas e racionais. As **práticas esportivas** são aquelas ligadas ao movimento, ou ao exercício físico, incluindo as

caminhadas, a pesca, a ginástica, entre outros. Os **interesses manuais** são aqueles atrelados à transformação de objetos ou materiais entre os quais pode ser o artesanato, as pequenas atividades de cuidados domésticos, de jardinagem ou para com os animais, muito conhecidas pelos autores do lazer como *bricolage*. Os **interesses turísticos** são aqueles de quebra da rotina temporal ou maçante do cotidiano das pessoas, podem ser considerados entre esses interesses, as viagens e os passeios. Por fim, existem os **interesses sociais** do lazer, que são os bailes, as festas, o encontro nos bares ou nos cafés e mesmo em associações (MARCELLINO, 2006).

O lazer ideal para o desenvolvimento pessoal não se figura em apenas uma das seis áreas do lazer. Acredita-se que as práticas de lazer devem abranger todas as áreas, conforme já citado, por isso, torna-se fundamental, exercitar no tempo livre, "o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual, o contato com outros costumes e o relacionamento social, onde, com que e da maneira que quisesse" (MARCELLINO, 2006, p. 19).

Iwanowicz (1997), autora da psicologia, aponta para a importância do lazer enquanto função de formação da personalidade, em que, no momento de descanso, exerce papel fundamental na regeneração psíquica e física, que foram previamente abaladas por tensões cotidianas das situações da vida. Outrossim, o divertimento que pode ser proporcionado pelo lazer, possui importância na liberação do cansaço causado pela monotonia do trabalho, protegendo o organismo da formação de comportamentos repetitivos e estereotipados da produção moderna. Roykiewicz (apud IWANOWICZ, 1997), aponta 4 funções do lazer, consideradas por ele profiláticas e de desenvolvimento da saúde psicológica, sendo elas: **[1]** função psicorrecreativa, **[2]** função psicocompensadora, **[3]** psicocorretivas, **[4]** psicocriativas.

A **função psicorrecreativa** está relacionada ao atendimento das necessidades humanas básicas, no que concerne a recreação psicofísica. Para os autores da psicologia, o termo "recreação" significa recuperação das forças, descanso depois de uma extenuante jornada de trabalho ou da realização de alguma atividade mais intensa, que exigiu um esforço físico ou mental/psíquico maior. Essa função do lazer, portanto, está ligada ao descarrego das tensões acumuladas em atividades anteriores. Para a autora, o principal papel da psicorrecreação "é a tonificação, a regulação e a diminuição do esforço psicológico, sendo assim uma forma de atuação psicoprofilática" (IWANOWICZ, 1997

p. 97). Ou seja, é a função de lazer que tem um papel essencial em prevenir o desencadeio e acúmulo de estresse psicológico nos indivíduos.

A **função psicocompensadora** do lazer, como próprio nome já diz, está relacionada a compensação, ou seja, a uma nivelção, a correção da falta de algo, complementando o potencial energético das aspirações, desejos e planos específicos. Essa função do lazer, portanto, tem como objetivo satisfazer as necessidades psicológicas essenciais que se formam ao longo da vida.

Nesse sentido, a função psicocompensatória de tempo livre compreende o preenchimento das faltas sentidas e resultantes da não-realização das necessidades e sua realização consciente ou inconsciente regulada através das atuações desenvolvidas exclusiva ou parcialmente em situação de lazer (IWANOWICZ, 1997, p. 98).

A **função psicocorretiva** é compreendida por um conjunto de atividades capazes de eliminar comportamentos socialmente indesejáveis. As ocupações realizadas pelas ações psicocorretivas buscam, nesse aspecto, eliminar comportamentos conflitantes através do desenvolvimento da personalidade e da reeducação. "Abrangem as psicoterapias leves e não profundas, trabalhos de reabilitação, organização de divertimento e distração, a reeducação e introdução de situações específicas exemplares" (IWANOWICZ, 1997, p. 98). Dessa forma, o tempo livre dos jovens que enfrentam problemas comportamentais na sociedade, por exemplo, pode ser melhor aproveitado através do lazer psicocorretivo, seja por meio da participação em programas culturais, filmes, produção de músicas, pinturas, jogos sociais, teatros ou mesmo na intervenção do próprio ambiente em que ele vive.

A **função psicocriativa** do lazer está diretamente associada a busca da autoeducação da personalidade, pela procura dos mais altos valores morais, intelectuais e emocionais, Segundo Iwanowicz (1997, p.99):

As funções psicocriativas ativam outros processos importantes para o desenvolvimento das pessoas, por exemplo, a atuação sobre si mesmo e a contemplação dirigida para a beleza da natureza, da arte, da filosofia de vida, entre outros. Essas funções são realizadas através de turismo ecológico, histórico ou cultural que envolve os espetáculos teatrais, filmes e museus.

O desenvolvimento psicocriativo do lazer perpassa pelo desenvolvimento da personalidade em seu nível mais alto, estando envolvido em dois tipos de criatividade: valores externos (expressão da personalidade) e valores internos (auto-realização e auto-aperfeiçoamento).

A abordagem psicológica do lazer baseia-se numa análise fundamental para o entendimento subjetivo deste fenômeno e do sujeito cidadão envolvido no processo. Isso porque, considera-se que quanto maior for a consciência do indivíduo em relação às suas práticas, maior será o seu papel de transformação social por intermédio da prática do lazer. Ou seja, é preciso que os indivíduos tenham mais consciência criativa e rica sobre a sua atuação no tempo livre, pois, desse modo, suas práticas serão mais autênticas e úteis, nos aspectos coletivos e individuais.

Ao associar o lazer ao fenômeno da psicologia, remetemo-nos também, ao lazer e sua intrínseca relação com a saúde, tendo em vista que o lazer também possui estreitos laços com a qualidade de vida do indivíduo que o busca, não se restringindo apenas à recuperação da força produtiva. De acordo com Moreira e Simões (2008), o lazer é realizado pelo indivíduo através do uso do seu corpo, que tem sido transformado, cada vez mais, em uma mercadoria, capturado por modismos de dietas, ginásticas utilitaristas, cirurgias modeladoras, tudo seguindo um modelo estético e padrão vigentes. Nesse diapasão, os autores buscam reforçar a necessidade se usufruir das práticas de lazer através do corpo, culminando em uma qualidade de vida e não de maneira utilitarista, como vêm sendo feito.

[...] constatamos que nosso modo de vida, no ocidente, pautou-se por valores que desprivilegiaram um corpo, sendo entendido este não como uma corporeidade existencial, mas como algo oposto ao espírito, à alma e ao pensamento. O dualismo psicofísico que para Platão não significava desprezo ao corpo acaba por consagrar essa separação, dando ao corpo o lugar do pecado e da prisão da alma. No cristianismo medieval, o corpo, lugar do pecado e da perdição do ser humano, deveria ser o menos ativo possível. Qualidade de vida, aqui, era sinônimo de renúncia aos desejos do corpo ou, em última análise, à vida. O importante era preparar uma vida com qualidade no futuro, vida essa desprovida do corpo. (MOREIRA; SIMÕES, 2008, p. 177)

Dessa forma, a educação corporal que prevaleceu foi a de que o corpo seria oposto ao espírito e ao pensado, estando ligado às práticas mundanas e pecaminosas, sendo necessário adestrá-lo e dominá-lo. Os autores ainda fazem uma crítica a esse adestramento à maneira como a educação corporal vem sendo implementada nas práticas escolares, prática essa desprovida do pensar e baseada apenas em movimentos repetitivos, padronizados e executados em movimentos uniformes.

A prática corporal no lazer, nessa perspectiva, não pode estar ligada a uma padronização e repetição de movimentos, pois o corpo não pode ser comparado às máquinas. Devido a isso, os Moreira e Simões (2008) pregam o desenvolvimento da corporeidade durante

as atividades de lazer. O desenvolvimento da corporeidade nos indivíduos está ligado ao trabalho das emoções, paixões, da sensibilidade corporal e do aprendizado através da motricidade. Assim, os autores inserem na discussão, a relação do corpo com a educação/saúde.

[...] a história mostra uma concepção de saúde separada de uma concepção de educação. Enquanto a primeira centrava suas preocupações na cura calcadas nas ciências biológicas, a segunda sempre ofertou soluções criadas a partir das ciências humanas, lembrando que ambas não dialogavam na perspectiva de um corpo unitário. Saúde e educação andavam, e ainda hoje hegemonicamente andam, em caminhos separados, e em alguns períodos históricos, em caminhos opostos (MOREIRA; SIMÕES, 2008, p. 180).

Buscar, pois, a transcendência do indivíduo, através da qualidade de vida e das práticas de lazer, pode ser considerado como uma volta das pessoas a uma perspectiva unitária e não dual, que separa o corpo da mente. "Corporeidade é buscar transcendência, em todas as formas e possibilidades, quer individual, quer coletivamente. Ser mais é sempre viver a corporeidade, é sempre ir ao encontro do outro, do mundo e de si mesmo" (MOREIRA; SIMÕES, 2008, p. 182). Nessa linha, os autores apontam para uma necessidade da vivência no espaço, em especial através da natureza, buscando na leveza e não no utilitarismo, uma nova forma de se praticar o lazer através do corpo. Ou seja, está mais ligado a um novo estilo de vida, com menos preocupações e mais ousadia no contato/encontro consigo mesmo.

O lazer, quando usufruído pelo humano na busca da qualidade de vida, deve ser um produto construído pela educação e pela cultura, e não advindo do entendimento de que os seres humanos são apenas determinados geneticamente a ser utilizado apenas como uma medicação para os males da sociedade atual. Sua função não pode ser, prioritariamente, compensatória (MOREIRA; SIMÕES, 2008, p. 183).

O lazer, portanto, além de se configurar como tendo um papel compensatório, já abordado nos aspectos psicológico, pode se configurar também, como educativo. No desenvolvimento da prática do lazer, o indivíduo está aberto ao aprendizado de novos valores, como os da cooperação, da qualidade de vida e da parceria, preconizados por Capra (1999), quando o lazer está conectado a prática esportiva, por exemplo. A vivência do lazer esportivo, segundo Moreira e Simões (2008), traz para o indivíduo a vivência momentos felizes, de reencontro com o amor, de fortalecimento de laços de respeito entre os diferentes, além de permitir o indivíduo a sempre querer mais, buscar um novo desafio, ter mais disciplina, ir à frente e transcender.

Jogar [...] palavra mágica, [...] Que seria do mundo sem jogos e sem brinquedos? A providência permitiu, felizmente, que o homem fizesse esta

descoberta essencial [...] As suas primeiras necessidades, as suas primeiras descobertas guiaram o homem para o jogo, no qual encontrou um remédio soberano contra o aborrecimento e contra o medo, uma ocasião para desenvolver os músculos e a perspicácia, um pretexto para medir força com outros homens. (BENTO, 1999,76-7, citado por MOREIRA; SIMÕES, 2008, p. 188).

Como se pode observar, de acordo com o autor, o ato esportivo de jogar, pode ser considerado como uma forma do homem se humanizar. Ao que se entende, seria a maneira pela qual o homem deixasse de se amedrontar diante das intempéries, tornando-se mais dinâmico e conquistador, através da interdependência com o outro, das trocas baseadas no risco e na experimentação.

É imprescindível destacar, a importância do esporte atrelado à prática do lazer e o seu resultado na promoção de valores que são amplamente utilizados cotidianamente pelos indivíduos. Bento (1999 citado por MOREIRA; SIMÕES, 2008), destaca os diversos valores apreendidos através da prática esportiva:

[...] colocar paixão e emoção naquilo que fazem; exercitar a disciplina a autodisciplina para gerir bem o tempo do dia-a-dia; interagir com os outros companheiros ou adversários; agir segundo as regras do jogo que são as da correção e da ética; desenvolver e testar competências do tipo motor, técnico, afetivo e cognitivo, dentre outras; incorporar o gosto e o risco de tomar decisões; cultivar a imaginação, a criatividade, a alegria e o otimismo (p. 189)

À vista disso, o esporte, tão presente nas práticas de lazer das cidades, torna-se momento de experimentação da corporeidade. São muitas as formas de aprendizagem através da convivência. O esporte, a saúde e o lazer, atrelados, são vínculos de um processo educativo para a convivência e para o corpo. Perpassam, pois, pelo desenvolvimento pessoal e social, já abordados por Marcellino (2006), cumprindo objetivos consumatórios, como o de relaxamento, prazer, contemplação, além de permitir uma melhor visualização da realidade, do contato com o outro (desenvolvimento social). O estímulo ao desenvolvimento pessoal tem a potencialidade de abrir os horizontes dos indivíduos não só para as necessidades pontuais e pessoais, mas também para o contexto das responsabilidades sociais, reforçando o desenvolvimento da sensibilidade e da solidariedade.

Seguindo a linha de discussão sobre as práticas do lazer e seu caráter, podemos dizer que, de maneira geral, ele atrela-se a uma "busca pelo prazer", mesmo que esse fim não seja alcançado, espera-se obtê-lo, seja qual for a área de interesse daquele que o pratica. Melo e Alves Júnior (2003) unem dois parâmetros que ajudam a definir as atividades de

lazer: o tempo, de caráter mais social e objetivo e o prazer, de caráter mais subjetivo e individual:

- as atividades de lazer são *atividades culturais*, em seu sentido mais amplo, englobando os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações;
- as atividades de lazer podem ser efetuadas no *tempo livre* das obrigações, profissionais, domésticas, religiosas, e das necessidades físicas;
- as atividades de lazer são buscadas tendo em vista o *prazer* que possibilitam, embora nem sempre isso ocorra embora o prazer não deva ser compreendido como exclusividade de tais atividades (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003, p. 32).

Entende-se, dessa maneira, consoante preceitos de Melo e Alves Júnior (2003), que o lazer deve ser visto como fruto de atividades culturais, compreendidas em seu sentido mais amplo, levando em consideração não apenas a variedade de linguagens/manifestações, como "também um conjunto de valores, normas e princípios que regem a vida na sociedade" (ibid., p. 39).

Assim, acredita-se que um dos grandes desafios da atualidade, é permitir que o lazer mostre as verdadeiras necessidades e os aspectos peculiares das necessidades livres de cada indivíduo, ao invés de ser relegado à indústria cultura de massa, que reforça o individualismo em contraponto aos aspectos culturais populares (práticas coletivas e espontâneas). Entende-se que nas últimas décadas, com o avanço da sociedade capitalista de consumo, tais práticas de lazer, atreladas ao tempo livre, tem sido cada vez mais voltadas para o que preconiza a indústria da cultura e do lazer.

Mas, o que seria uma indústria da cultura e do lazer? No entendimento de Almeida e Gutierrez (2004), a indústria cultural foi concebida ao término da Guerra Fria, através do desenvolvimento da tecnologia e da transformação dos meios de produção. Essa transformação ocorreu em comunhão com a massificação de meios de comunicação, sobretudo pelo seu barateamento, como a televisão, o rádio, a internet, o cinema e o universo eletrônico mundial. Por outro lado, formas de expressão não consumistas, como os museus, o teatro, a música erudita e popular ficaram para trás em um processo que ficou conhecido pela produção de moldes de vida comuns, ou seja, a padronização da vida, dos costumes e das relações interpessoais. O lazer, por ser associado às práticas de tempo livre, encaminhou-se pelo mesmo processo, pois houve a substituição da busca de um prazer não consumista, por aquele voltado às práticas de consumo.

Sob essa perspectiva, entende-se que o lazer e a cultura popular podem ser agentes transformadores da sociedade, visto que o tempo livre seria o momento da construção coletiva - contraponto do trabalho alienado. Segundo Camargo (1986), o lazer é um momento onde o indivíduo tem a oportunidade de desenvolver a sua criatividade e, ao mesmo tempo, ampliar a sua ação e participação na sociedade. No entanto, para atingir tal objetivo, a lógica do lazer não pode estar voltada para o mercado privado, conforme Padilha afirma:

[...] enquanto o lazer estiver entregue à lógica do mercado privado, ele contribuirá para reforçar as desigualdades sociais. [...] há, pois, nas sociedades capitalistas, uma impossibilidade real de acesso de todos os seres humanos aos bens materiais e simbólicos, o que impede a concretização da 'utopia do tempo livre', da 'civilização do lazer' ou, ainda, como preferem alguns, do "ócio criativo" (PADILHA, 2002, p.113).

A reprodução do lazer como mercadoria na sociedade é prática crescente ao mesmo tempo em que uma indústria cultural emerge, reforçada por políticas públicas neoliberais, que afastam o lazer das necessidades reais dos cidadãos, pois, "a carência de política públicas eficientes de lazer alimenta a privatização dos espaços de lazer, limitando o acesso aos incluídos sociais (os que têm emprego e salário e fazer parte da sociedade de consumo)" (PADILHA, 2002, p113).

O capitalismo, por conseguinte, se apropriou do lazer, tendo-o como um grande potencial de acumulação, já que, por meio da indústria cultural do lazer, foi possível criar uma nova modalidade de mercadoria a ser consumida, as mercadorias lúdico-culturais. Isso porque, no lugar de estarem com o tempo liberado do trabalho, momento este propício à prática e a vivência de valores que poderiam estar contribuindo para mudanças pessoais, sociais e culturais, os indivíduos acabam dedicando o seu tempo de lazer à indústria cultural (ZIGONI, 2002).

Rodrigues (1997) perfaz uma importante discussão relacionando o tempo livre do trabalhador à apropriação capitalista vigente. Para a autora, o capitalismo se utiliza de diversas estratégias, entre elas o marketing através da mídia, que captura o trabalhador, levando-o ao lazer consumista, impedindo-o de projetar uma maneira melhor de viver. A perspectiva do tempo do lazer, adquirido ao longo dos anos, pela luta de sindicatos e de movimentos trabalhistas também é colocada como uma forma de apropriação capitalista, sendo essencial, portanto, para a sua reprodução:

Na verdade, essas chamadas conquistas sociais se concretizariam independentes dos movimentos trabalhistas, não só para evitar a superprodução, uma vez que a automatização da indústria amplia enormemente a produtividade da empresa, mas também para contornar o grave problema social do desemprego em massa e, indiscutivelmente, para reposição da energia das forças de trabalho [...] (ibid., p. 106).

É possível afirmar, que o tempo do lazer é um tempo controlado na sociedade contemporânea, sendo, pois, um período com atividades previamente estabelecidas pelas grandes estruturas responsáveis pela reprodução do capital. Existe, nesse sentido, a ilusão de que o indivíduo vivência atividades de livre escolha e de vida privada, quando na verdade, tudo já foi previamente pensado por estruturas maiores. Para Portuguese (2001, p.33), "os espaços de lazer são definidos, e é para esses oásis de felicidade que as pessoas se dirigem durante o tempo de descanso, para fazerem exatamente o que tantas outras fazem".

Ainda sobre o tempo de lazer e a produção capitalista, Rodrigues (1997) relembra que a concepção burguesa do ócio, é reforçada pelos princípios do puritanismo protestante, que relaciona o tempo livre a anarquia, ao desejo pelas atividades mundanas, regadas de vícios e perversões, sendo necessário, destarte, ser controlado pelas diversas instâncias, como: família, religião, coletividade, empresa e até mesmo pelo Estado. Nessa perspectiva, a prática do lazer torna-se vigiada coletivamente e reproduzida padronizadamente pelos indivíduos.

À luz do filósofo Robert Kurz (2000), foi a própria modernidade que criou o trabalho e o lazer no sentido atual. Para o autor, antes da modernidade, não havia separação entre os períodos trabalho e vida íntima, trabalho e cultura, trabalho e moradia e trabalho e lazer. A transmutação da ideia de que "dinheiro gera mais dinheiro" ao mesmo tempo em que "trabalho gera mais trabalho" é moderna. Para o autor, antes da modernidade, o ócio:

[...] não era fração da vida isolada do processo de atividade com fins lucrativos, mas estava presente até nos poros e nichos da própria atividade produtiva. Em termos atuais, é por este motivo que a jornada de trabalho não era apenas mais curta e sim ainda menos concentrada (ibid., p. 41).

Com o passar do tempo, o processo de modernização, em princípio, relegou ao tempo livre, um mero espaço de infantilidade e inutilidade, ou seja, vago e sem conteúdos próprios uma vez que o trabalho no espaço funcional abstrato passou a ser prioridade na vida dos indivíduos. Em consequência disso, acredita-se que, a invasão do trabalho como principal esfera da vida do homem na modernidade, trouxe uma série de

problemáticas relacionadas à necessidade do tempo livre e da apropriação do capitalista sobre o mesmo. A indústria da cultura e do lazer passa a ocupar esse "espaço de tempo vazio". Kurz (2000, p.43) aponta para uma "ditadura da própria finalidade capitalista, aqui também condicionado pela ditadura da oferta quanto fora da produção". Quer dizer, o autor fala de um lazer previamente elaborado pelo capitalismo, pronto para ser consumido por aqueles que anseiam por uma emancipação do trabalho.

Deste modo, a indústria da cultura e do lazer não somente constituiu novas e secundárias esferas do trabalho abstrato e, portanto da oferta capitalista, mas ironicamente o lazer torna-se para o consumidor continuação do trabalho por outros meios. Não apenas quando ganha dinheiro, mas também quando o gasta o homem capitalista é um trabalhador. A ditadura do tempo abstrato também ocupou o lazer (KURZ, 2000, p. 43).

Nesse sentido, logo, um dos espaços secundários de acumulação capitalista, é o espaço do lazer. Isso porque, o tempo do ócio passa a ser um tempo funcional para o consumo permanente de mercadorias.

A crise fundamental entre o trabalho e o lazer surge a partir da terceira revolução industrial, próximo ao fim do século XX. Para Kurz (2000), a mecanização excessiva do trabalho e sua relação com a redução das jornadas de trabalho tem lançado no mercado, um elevado contingente de trabalhadores desempregados e, juntamente com o desaparecimento de sua renda, desaparece também a sua capacidade de consumo do espaço do lazer. Por outro giro, os indivíduos que não foram dispensados pelo mercado, passam pela superexploração e exigências de desempenho nas empresas, através dos arrochos salariais e do prolongamento das jornadas de trabalho. Temos uma composição binária, portanto: uma sociedade que exige cada vez mais do trabalhador, aumentando suas jornadas de trabalho (acúmulo de mais de um emprego para complementação de renda) e, por outro lado, os trabalhadores, desesperadamente, a procurar pelo tempo livre na vida.

O tempo do lazer passa a ser vislumbrado com o objetivo de definição da personalidade daqueles que possuem um trabalho sem sentido para si. Dessa forma, o desenvolvimento das atividades de lazer passa a valer como uma alternativa para a promoção e afirmação da personalidade de si para o mundo, como salienta Kurz (2000, p. 46):

As pessoas, principalmente homens, já totalmente esgotadas e desmoralizadas pela ameaça permanente da concorrência, reunindo suas últimas forças, arrastam-se para um esporte de prestígio e simulam

competência hedonística com a finalidade de demonstrarem a si próprios que ainda existem.

Destarte, podemos concluir que o trabalho não é algo criativo, livre ou decidido pela maioria dos trabalhadores. Na realidade, o trabalho não passa de um meio de acumulação capitalista, essencial para a sociedade contemporânea. De acordo com Sader (2000), há uma separação radical entre trabalho intelectual, trabalho físico e entre capital e trabalho, na perspectiva de que, o aprimoramento do trabalho intelectual funciona como fuga das formas de trabalho mais insuportáveis e penosas da sociedade, realizada por aqueles que desempenham o trabalho físico. Há também, a distinção entre o trabalho e o capital. Segundo o autor, o capital financeiro é oposto ao trabalho, pois "é um capital que, como dizia a Bíblia, vivo do suor do rosto alheio. Algum tempo atrás, até criava emprego pelo menos nos bancos, agora nem com isso, com a automatização do sistema bancário" (SADER, 2000, p. 199). Por isso, o capital financeiro pode ser considerado um dos obstáculos para o desenvolvimento da humanidade, porque dificulta as potencialidades da tecnologia e da força disponível para a produção, reduzindo a atenção às necessidades humanas e impedindo que se propicie o bem-estar das pessoas e o lazer para a massa da humanidade.

2.2 Ampliando o Diálogo da Geografia com o Tema Lazer

Durante a trajetória do pensamento geográfico, poucos foram os estudos feitos relacionados ao lazer. No decorrer do século XIX, a tradicional escola francesa definiu a Geografia como uma ciência voltada ao entendimento da ação do Homem sobre a Terra, tratando o ser humano como principal agente de modificação das paisagens, desprezando, assim, as discussões sobre o ócio e o lazer. Dessa maneira, o estudo das formas de sobrevivência, com base nas relações do homem com o meio, esteve, desde o início, no cerne das discussões geográficas (JESUS, 2010).

Mesmo em meados do século XX com o advento da *New Geography*, as atividades de produção não deixaram de ser o foco dos estudos geográficos. Nessa época, a geografia deixou de ser uma ciência de síntese para se ramificar em especializações – geografia econômica, geografia urbana, geografia agrária, geografia da população, etc (JESUS, 2010).

Nesse momento da história, marcado pelo pós-guerra, a Geografia parecia estar mais atrelada às preocupações com o desenvolvimento econômico capitalista e com os projetos desenvolvimentistas das ditaduras militares que se espalhavam pelo mundo, além da expansão das indústrias e mapeamento dos recursos. Jesus (2010) corrobora essa ideia, afirmando que as produções acadêmicas de Geografia nas décadas de 1960 e 1970 estavam bastante atreladas aos “[...]estudos relacionados ao progresso material, como a evolução dos transportes, industrialização, crescimento urbano, planejamento regional, etc” (p. 143).

Diante dessa tônica de assuntos econômicos na Geografia, surge timidamente na década de 1970, nos Estados Unidos, a "geografia da recreação", acoplada a algumas discussões que começavam a ser feitas na França, nessa mesma época (SILVA, 2008). Podemos relacionar as discussões desse período, nesses países, ao *welfare state*, que surge no bojo desse processo, conclamando a necessidade de políticas públicas de promoção de lazer em massa.

Alguns temas, hoje em voga na Geografia, como o turismo, as festas populares, a música, o esporte e o cinema ainda eram escassos nos periódicos da geografia brasileira ao longo da década de 1980. Era comum a Geografia crítica da época, priorizar o estudo das dinâmicas do capital no território e a geração das desigualdades. Também eram comuns os estudos das frentes de lutas sociais em busca da transformação radical do sistema. Diante disso, o lazer continuou a ser um tema longe das discussões da geografia crítica, pois era incapaz de detonar as forças revolucionárias, sendo visto como parte da indústria da cultura alienante. No sentido em que a Geografia possui um importante papel na produção de conhecimento para o lazer, Jesus destaca:

Cabe aos geógrafos, indubitavelmente, o estudo de suas implicações territoriais ou, no sentido mais geral, de sua espacialidade. Entretanto, esta dimensão espacial permanece pouco estudada, pois quando examinamos a trajetória do pensamento geográfico, o que se percebe em seu extenso e mutante repertório temático é justamente a escassez de preocupações quanto ao uso do tempo livre. (JESUS, 2010, p.08).

Não obstante isso, alguns estudos começam a surgir no Brasil nessa época, principalmente aqueles publicados por Odete Seabra (1987), Ricardo Mendes (1996) e Milton Santos (1996). Foram exceções à época, mas com temáticas bastante interessantes, relacionando o lazer com o fenômeno da globalização e da segregação socioespacial nas cidades capitalistas. Esses estudos sobre o lazer começaram a trazer à

tona a natureza instrumental do lazer na sociedade capitalista. Desse cenário, pode-se verificar a relevância do lazer para os estudos geográficos. O lazer, estando intimamente ligado à dinâmica socioespacial, seja no processo de acumulação de capital, seja na reprodução das condições sociais de acumulação, possui um papel na reprodução social.

Na sociedade contemporânea, ou no atual meio técnico-científico-informacional, proposto por Santos (1996), vivencia-se a aceleração dos processos de produção e da união indubitável entre a técnica e a ciência, além do aumento das trocas de informações e do espaço temporal. Na perspectiva de Santos, a ciência precede a técnica. Nessa linha, é importante que se associe os estudos do lazer ao meio técnico-científico-informacional tendo em vista que significa pensar em um momento onde há a redução das jornadas de trabalho, graças à evolução das técnicas e da rapidez dos processos de produção, sendo possível pensar em uma melhoria na qualidade de vida, por intermédio do tempo livre, proporcionado pela redução das horas de trabalho. Contudo, ao mesmo tempo em que há a liberação para o tempo livre, existe a preocupação com o desemprego, resultado das necessidades das empresas em reduzir os custos de produção.

Nessa mesma sociedade, observa-se o aumento da preocupação com as horas de lazer, em especial daqueles indivíduos que dispõem de recursos financeiros para a prática do lazer mercantilizado, ou seja, aqueles que dispõem recursos, são os mais beneficiados por diferentes práticas de lazer, uma vez que, em uma sociedade onde quase tudo se encontra mercantilizado, os que podem subsidiar o lazer saem na frente.

Temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (SANTOS, 1987, p. 64)

Vive-se um tempo de mudanças e de inovações tecnológicas, que afetam diretamente as relações de trabalho, de vizinhança, familiares e de lazer. O novo sistema que emerge na sociedade, muito bem articulado e coerente, é marcado pelo empobrecimento do espaço, empobrecimento este: material, social, político, cultural e moral. A impotência do cidadão em reagir a tais mudanças, reflete em sua falta de atuação política, para o autor

"a própria existência vivida mostra a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos" (SANTOS, 1987, p. 65)

O lazer, por isso, é um fenômeno essencialmente espacial, que se materializa no território e, no âmbito deste raciocínio, Seabra (1997, p. 66) chama a atenção para o fato de que:

[...] a vida pressupõe espaço. Sem território, à escala do indivíduo, não há vida [...] o espaço é objeto de múltiplas estratégias, nele e por ele se travam confrontos e conflitos, defrontam-se estratégias do Estado, dos moradores da cidade, usuários e usadores do espaço.

Admite-se que o lazer tenha papel fundamental nas estratégias de valorização do espaço¹⁵. Essa valorização parece estar ligada ao momento histórico em que a sociedade capitalista instituiu a terra como mercadoria, criando diversos meios de valorização dos espaços por meio dos poderes hegemônicos e, outrossim, está ligada aos processos materiais e simbólicos, incluindo a instalação de benfeitorias e infraestruturas em geral, além das estratégias de *marketing* voltadas à valorização de um lugar por via do cultural.

Serpa (2011) identifica os parques de Paris como elementos de valorização dos bairros novos, que surgem nos antigos terrenos industriais. Demonstra também de que forma os parques de Salvador “coroam” um atual processo de valorização imobiliária em terrenos de *waterfront* (de frente para o mar). Serpa faz ainda uma discussão sobre as novas modalidades de espaços de lazer voltadas às classes média e alta das cidades contemporâneas, como os *shoppings centers*, os cafés, os campos de *golf*, quiosques de comidas e bebidas, entre outros. Para o autor, os parques públicos com seus novos espaços de lazer são um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, que são o destino final das políticas públicas, procurando multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nas áreas em que são criados.

A partir do momento em que as leis de mercado dominam a esfera dos negócios e do trabalho, penetram também na vida privada dos indivíduos, “reunidos” artificialmente em um “espaço público”, a capacidade de julgamento – a razão – tente a transformar-se em consumo. A comunicação – pública – perde em coerência e dissolve-se em estereótipos para o consumo individual (PRADO, 1995 apud SERPA, 2011, p. 17).

¹⁵ Essa valorização está ligada aos preceitos de Carlos (2007), que toma a valorização do espaço como sinônimo de aumento do valor do solo.

No mundo contemporâneo ocidental, o lazer e o consumo passaram a ser o motor do desenvolvimento e das transformações econômicas das cidades, pois modificam áreas industriais, residenciais, comerciais decadentes, recuperando e tornando “prósperas” essas áreas, agora regadas de um lazer “festivo” (SERPA, 2011).

As intensas transformações morfológicas espaciais pelas quais as metrópoles vêm passando mudam, a todo o momento os lugares, suas modalidades e seus tempos de uso. Ou seja, os espaços das cidades vêm experimentando sucessivas reorganizações e sobreposições de elementos. Dessa forma, conforme pondera Carlos (2007), as relações tradicionais desaparecem, as funções do lugar mudam: "a rua é agora lugar da passagem, a praça está cercada e vigiada, o *shopping center* se descobre como lugar de lazer - a compra como lazer" (p. 57). Para a autora, a articulação entre os elementos que modificam as características da metrópole funcionam como uma estratégia para a valorização do solo urbano e, ao mesmo tempo, deteriora seus usos, já que acaba com a diversidade urbana, transforma as relações sociais e obriga as pessoas a se readaptarem a nova cotidianidade. A exemplo da mudança na dimensão da sociabilidade, pode-se citar a retirada das crianças das calçadas e o ritmo acelerado da vida adulta, modificando as relações entre público/privado, construído/não construído, coletivo/individual.

Para Rolnik (2000), a cidade pode ser o lugar que impede ou que propicia a fruição do tempo livre. Isso porque, nela existem equipamentos de lazer, dispostos para a utilização da população, apesar disso, por exemplo, "ao dirigirmo-nos a um parque ficamos presos em um congestionamento durante quatro horas, estamos diminuindo radicalmente o tempo para o relaxamento, para o lazer" (ibid., p. 180). O exemplo dado pela autora faz uma alusão à crise urbana vivenciada pelos moradores da cidade, relacionando o lazer à problemática da mobilidade. A cidade pode ser um lugar inóspito, quando restringe o deslocamento das pessoas por seu espaço, não permitindo que elas pratiquem o lazer de forma abrangente visto que os equipamentos de lazer também encontram-se centralizados em lugares muito específicos nas cidades.

Em decorrência disso, o lazer deveria estar encarnado na cidade e sua relação com os cidadãos deveria ser estreita, com suas funções sociais e pessoais, identificado com a dimensão pública da cidade. A dimensão pública do lazer, aqui suscitada, tem como premissa a democratização dos espaços públicos de lazer e não na delimitação de

espaços segregados, oásis de lazer avulsos na cidade. Para Rolnik (2000), "a vida na cidade constitui-se não só pela convivência das pessoas diferentes, como também por sua participação de um contrato social que tem um caráter público" (p. 182). Coloca-se em questão o fato dos espaços públicos, não só para a manifestação do lazer, como para a manifestação da vida em geral, estarem desaparecendo, dando lugar a espaços privados para a circulação de mercadorias, vazios de uma dimensão coletiva e de uso multifuncional das ruas, do lugar, de encontros, de espetáculo e de venda.

Na relação entre o espaço urbano e o lazer, existem diversos descompassos, em especial nas cidades que crescem aceleradamente, buscando a implantação de infraestruturas voltadas à solução de problemas imediatistas. Ao mesmo tempo em que a cidade cresce, com ela vem o incremento populacional, não acompanhado pela chegada de novas infraestruturas e pela qualidade de vida que a população demanda. Devido a isso, como já discutido, formam-se bolsões de pobreza afastados das cidades, mais conhecidos como periferias, que diferenciam-se marcadamente das áreas centrais, regadas de diversas infraestruturas essenciais para o bem estar dos cidadãos. Desse modo, observa-se também uma centralização dos equipamentos específicos de lazer, como os teatros, cinemas, bibliotecas parques, etc. São áreas de lazer voltadas para um público segmentado, uma vez que estão dispostos em áreas muito específicas da cidade. O deslocamento de uma área para outra também é dificultado, devido à distância e à precariedade do transporte público. Para Marcellino et al (2006), esses equipamentos são vistos pelos excluídos da cidade legal como "santuários", quase que intocados pelos mais pobres, que possuem seu lazer restrito principalmente aos seus lares, aos bares e às escolas de seus bairros.

Sobretudo na cidade contemporânea, pouco resta do lazer voltado à coletividade e ao desenvolvimento pessoal, tendo em vista que o mesmo foi capturado pelos grandes investidores, pela mídia e pelo marketing e passou a ser vendido como mercadoria. Assim, conforme ressalta Sassen (2000, p. 120): "há muito a cidade deixou de ser basicamente um espaço público, neutro, sem querer chamar a atenção. A própria cidade é um produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas". Na sociedade capitalista, não só o lazer é visto como uma oportunidade de consumo, mas o espaço, antes de tudo, é objeto a ser consumido.

O consumo, que é o grande fundamentalismo deste fim de século, acaba presidindo tudo, ou quase tudo, inclusive o lazer. E isso é facilitado pela

extraordinária mercantilização das relações, com a subordinação do mercado invasor, tornado tirânico com a globalização (SANTOS, 2000, p.33).

A constituição de espaços específicos e mercantilizados de lazer passa a ser muito comum nas cidades contemporâneas. Esses espaços ou núcleos segmentados são assentados segundo interesses econômicos, concebidos como locais de produção ou de consumo. O lazer moderno pode ser chamado de "indústria do lazer", pois a partir dele, criam-se indústrias que operacionalizam diversas peças e formam um sistema, tratando-se de um sistema fechado e autosustentado: "dele fazem parte a produção de eventos e suas infraestruturas, a produção e a reprodução dos atores da cena, a sua difusão massificada, a convocação para o consumo" (SANTOS, 2000, p. 32).

A preocupação com o crescimento desordenado das cidades, baseada nos aspectos já mencionados neste texto, demonstra que o futuro não é promissor. Observa-se no espaço urbano, um enfeitamento voltado à contemplação estética, em nome da economia e da funcionalidade, baseados em interesses imediatistas do lucro. Em áreas periféricas, a premissa principal é a política de infraestrutura pontual, que vem a sanar aspectos básicos cotidianos, como o asfaltamento de ruas, a criação de quebra-molas, a limpezas de terrenos baldios, entre outros. As reformas estruturais mais importantes e a implantação de políticas públicas de intervenção a médio e longo prazo de fato parecem escassas.

Muitos espaços públicos de lazer parecem ser criados com a ausência de critérios que os associem à vida cotidiana dos moradores e mesmo aos interesses locais. São políticas dissociadas da realidade e padronizadas em todos os espaços do urbano. Como consequência, há a descaracterização do patrimônio ambiental e urbano, bem como a perda da ligação afetiva do morador e o habitat. Assim, há o favorecimento de pequenos grupos sociais em detrimento dos moradores locais (MARCELLINO et al, 2006).

É relativamente crescente nas áreas periféricas brasileiras, o interesse das elites pelos ambientes pitorescos das franjas urbanas. A turistificação de espaços como o manguezal, a favela e as várzeas de rios, tem derrubado o binômio que separava os mais ricos dessas áreas, antes vistas como insalubres e pobres. Muitos são os movimentos que levam as classes mais abastadas para um almoço à beira do manguezal, atraídas pelo consumo da paisagem privilegiada, bem como são atraídos para as favelas, a fim vivenciarem novas experiências, criando um turismo diferenciado, marcado pela

presença do "inesperado" e do "desconhecido". Este tipo de turismo evidencia aquilo que Marcellino (2006) propõe como a perda da identidade e da afetividade, através da criação de equipamentos voltados para indivíduos de fora, e não para aqueles se apropriam de fato e que vivem aquele espaço cotidianamente.

São necessários, por isso, espaços públicos de lazer, criados por políticas públicas multissetoriais, onde pessoas de todas as idades possam frequentar e transitar livremente, caracterizados por uma natureza lúdica, que abarquem todas as formas de lazer, sem que as pessoas tenham que, necessariamente, pagar por isso e assim, haja o exercício mais efetivo das relações sociais produtivas em termos humanos.

Implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da ideia de uma cidade que conecte usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável (ROLNIK, 2000 p.184)

O desenvolvimento do tema, relacionando a Geografia, o Lazer e os Espaços Públicos da cidade contemporânea, abre uma possibilidade multidisciplinar de se "pensar a cidade" através de uma perspectiva crítica, superando a fragmentação que a Geografia vem sofrendo. Coloca-se aqui, a cidade como produção social, relacionada à acumulação e ao empobrecimento de seu conteúdo da prática sócio-espacial, que tem impedido os cidadãos de se apropriarem dos espaços públicos e da cidade como um todo, o que limita seus usos (CARLOS, 2007). Pensa-se a cidade contemporânea, como um lugar onde as relações sociais de apropriação se transformam e se redefinem a todo o momento. Uma cidade para os cidadãos, que redefina suas práticas de produção social do espaço serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3. O RECUO DA CIDADANIA E O DIREITO AO LAZER

3.1 O Recuo da Cidadania

Como ponto de partida é importante dizer que a análise dos problemas urbanos do Brasil e das metrópoles de países em desenvolvimento perpassa por diversos fenômenos, como o fenômeno do crescimento da mancha urbana, seguido, por exemplo, do processo de periferização¹⁶. O lazer é utilizado, de maneira intensiva, tanto pelo capital imobiliário, como pelo Poder Público, como instrumento de valorização do espaço das cidades, em especial, naquelas áreas criadas e equipadas com infraestruturas voltadas para tal finalidade. A valorização do espaço, destaca-se aqui, é propulsora da segregação, tendo em vista o seu caráter de seleção de apropriação dos espaços metropolitanos.

No centro dos debates, reforça-se que o fenômeno da urbanização está atrelado às concentrações econômicas, populacionais, culturais, técnicas, etc. Nesse sentido, tendo um caráter acumulador, as cidades são propulsoras de problemas e soluções, ou seja, atraem indivíduos ao mesmo tempo em que expulsam e segregam outros tantos. A lógica de produção do tecido urbano, a circulação e consumo crescem em ritmo frenético, ultrapassando as barreiras da qualidade de vida adequada à vivência da diversidade urbana. Dessa maneira, o tempo para vida e para a apropriação dos espaços públicos, especialmente aqueles voltados à promoção do lazer e do descanso, acabam sendo abstraídos diante de tamanha rapidez.

O crescente fenômeno da urbanização em direção às áreas rurais, que passam a ser consideradas urbanas, além da ocupação de áreas de risco (morros, baixadas, mangues, etc.) para habitação, seja ela a espontânea, seja ela promovida pelo Poder Público, exige, cada vez mais investimentos (sempre insuficientes) em equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, postos policiais, áreas de lazer, entre outros. Desse modo, o fenômeno da periferização se agrava e as desigualdades se ampliam na metrópole. Dentre os problemas enfrentados, podemos destacar: desigualdades, ocupações irregulares e precárias, segregação, degradação do suporte biofísico, riscos

¹⁶ A título de exemplo sobre tal processo, pode-se citar as obras de Santos (1994), Mike Davis (2006), Raquel Rolnik (2011), Ermínia Maricato (2011), entre outros.

ambientais, concentração econômica, concentração da população em áreas inapropriadas e insalubres, carência de serviços públicos, concentração de oportunidades de trabalho em áreas centrais, especulação imobiliária, mobilidade urbana deficiente, violência de toda ordem, entre outros (MARICATO, 2011).

Lefebvre (2010) chama a atenção para a fragmentação do tecido urbano, por meio da amplificação da divisão (técnica e social) do espaço. Nesse tecido urbano, as populações se amontoam, atingindo grandes densidades demográficas, ao mesmo tempo em que as áreas urbanas mais antigas deterioram-se ou explodem. Há também, o deslocamento das pessoas para as periferias ou subúrbios distantes. Os centros, agora deteriorados, podem passar por reformas, dando lugar a áreas comerciais e a escritórios de negócios ou podem abrigar os pobres, formando guetos para os desfavorecidos.

As configurações que se estabelecem na morfologia urbana é que são capazes de gerar a segregação socioespacial da população pobre das cidades. As desigualdades começam entre centro x periferia, onde há um solo de valor elevado nas áreas centrais e solos mais desvalorizados nas áreas periféricas¹⁷. Os centros possuem aglomerações de "renda", que os separam das áreas de moradias populares. Deve-se apontar, além dessas questões, o empobrecimento da vida urbana, preconizado por Jacobs (2009), como "morte das cidades", onde há o esfacelamento da vida urbana, ou seja, a separação de zonas residenciais, das zonas comerciais e mesmo industriais, gestadas por uma política de zoneamento e racionalização da produção do espaço urbano.

As consequências desse processo são várias, como as já citadas anteriormente. Os pobres são os mais afetados, principalmente por dependerem exclusivamente dos serviços públicos em seu cotidiano. O acesso aos meios de transporte é prejudicado, consequentemente, esses indivíduos são cerceados do direito de ir e vir, além de serem "impedidos", por esse motivo, de acessar os diversos espaços da cidade.

A parcela mais carente da população (classes D e E) é a que encontra maior dificuldade para realizar deslocamentos. Esse segmento corresponde a quase 45% da população total das metrópoles nacionais, mas representa menos de 30% dos usuários de ônibus urbanos (RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR, 2007, p. 32).

Diante desse quadro, é considerado desafiador encontrar uma saída para a realidade tão complexa sobre a qual vivem as metrópoles brasileiras. As alternativas propostas pelo

¹⁷ Existem periferias chamadas de "subúrbios", voltadas às classes média/alta, que podem ter valor de solo elevado. Esta questão será discutida mais a frente.

Poder Público são, de maneira abrangente, paliativas e pontuais, que muitas vezes não chegam a sequer amenizar as problemáticas urbanas, tornando tais situações, insustentáveis. Mediante isso, ao longo dos anos, os projetos propostos e implementados pelos governos têm viabilizado um fator mínimo de sobrevivência e o funcionamento das cidades. Fazer valer as leis, normas e mecanismos gerais de desenvolvimento urbano ainda é um verdadeiro desafio, por isso pensar e refletir sobre o assunto ainda se faz importante, de maneira que situação não chegue a se tornar um "caos urbano".

Harvey (2011) aduz que o desenvolvimento urbano periférico, na qualidade de alvo do capital tem mudado de acordo com as transformações do estilo de vida dos cidadãos. O fenômeno da suburbanização foi incentivado, em meados do século XX, nos Estados Unidos, com o objetivo de dar melhor "qualidade de vida" para as pessoas que viviam nos centros das cidades. Ou seja, a qualidade de vida se tornou mercadoria na cidade, em conjunto com uma perpétua relação com a economia do espetáculo, com as indústrias culturais e de conhecimento, bem como o consumismo. O consumo do espaço suburbano, mesmo que monótono e sem alma, continua a vigorar em muitas cidades do mundo, por intermédio de um movimento chamado de "novo urbanismo", que "apregoa a venda da comunidade (supostamente íntima e segura, assim como muitas vezes fechada) e um suposto estilo de vida boutique "sustentável" como um meio de cumprir os sonhos urbanos." (ibid., p. 144).

Esses espaços, sejam centrais, sejam em periferias pobres ou em subúrbios de classe média/alta, são, atualmente, estratégicos no que se refere ao crescimento econômico. Assim, confere-se aos mesmos, enorme relevância, uma vez que dinamizam diversos setores da economia interligam-se no interior de um território que se constituem como região-chave, onde são criadas todas as condições para que a mesma cumpra, assim, papel fundamental na reprodução do capital.

Freire (2006) afirma que a cidadania em seu sentido concreto está atrelada ao envolvimento e à participação integral do indivíduo no lugar em que ele vive em diversas escalas, indo do micro, no bairro, ou macro, na grande cidade. Muito se fala que a própria Constituição de 1988 aborda a temática da cidadania e do acesso do indivíduo aos direitos básicos, como a moradia, educação, saúde, segurança o trabalho, entre outros; porém, cabe ressaltar que o lazer e o desenvolvimento artístico e cultura,

além da participação política e o bem-estar socioeconômico são essenciais para o estabelecimento de um cidadão pleno, em uma cidade mais democrática.

A conquista da cidadania e de direitos sociais deve ser considerada com atenção, principalmente pelo Poder Público, por intermédio da promoção da qualidade de vida das pessoas e por meio da promoção de maior igualdade social e material. Nesse sentido, cabe ao Estado planejar uma conjunção de políticas públicas, especialmente nas cidades, no sentido de impedir que haja um recuo da cidadania, atendendo às amplas necessidades dos indivíduos e que, efetivem, de fato, a busca do bem estar para todos. As Políticas Públicas devem ser permeadas de fiscalização e de cobranças dirigidas ao poder econômico.

Destarte, cabe enfatizar a problemática urbana, especialmente das metrópoles brasileiras, onde se verifica a construção e a reprodução de desigualdades. Novos bairros surgem e as periferias urbanas avançam sobre as áreas rurais, novos loteamentos rasgam a terra e suprimem terrenos ambientalmente frágeis, as novas habitações são construídas rapidamente, por indivíduos que buscam minimamente o direito de habitar. A problemática para essas pessoas reside em não possuir uma moradia própria, vivendo de aluguel ou em casas de familiares (FREIRE, 2006).

O processo atuante na formação das cidades não é a favor da diversidade urbana e da vivência da população em seu espaço. As relações entre os indivíduos, cada vez mais, se reduzem ao habitar e ao trabalhar nas cidades.

[...] o espaço apropriável para a vida (...) o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio que pipoca na metrópole, aproximando seus moradores que podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias, pois criam possibilidades de encontro e guardam uma significação como elementos de sociabilidade (...) as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida (...) laços profundos de identidade habitante-lugar, lugares que ganham o significado dado pelo uso marcado pela presença (CARLOS, 2001, p. 35).

É inútil discutirmos e aprofundarmos aqui a problemática urbana sem levar em consideração o uso que as pessoas fazem da cidade e a maneira como elas se apropriam dos espaços públicos de maneira desigual. Conforme levantado por Carlos (2001), a cidade é composta por elementos de sociabilidade, ou seja, as pessoas utilizam as ruas por algum motivo, mesmo que sejam como caminho para algum lugar. A importância da presença humana é fundamental, pois, a presença de pessoas atrai pessoas. Segundo

Jacobs (2009, pág. 38) "os planejadores e projetistas partem do princípio de que os habitantes das cidades preferem o vazio, a ordem, o sossego palpáveis. O prazer das pessoas de ver o movimento de outras pessoas é evidente em todas as cidade".

Por esse motivo, é importante salientar, que o direito à cidade está além da forma física ou da morfologia urbana. O morador do espaço urbano precisa apropriar-se do espaço, inscrever suas territorialidades, para que o indivíduo consumidor se torne um cidadão. Para se inscrever no espaço, o cidadão precisa de tempo, de tempo para o lazer, tempo para a socialização, ou seja, tempo para a vida, conforme salienta Oliveira (1997), sobre a dialética tempo espaço:

Ainda que a ausência de bens e serviços seja abominável, são igualmente abominosos a falta de tempo, de lazer, de informação (...) o resgate da cidadania contém a dimensão das condições necessárias à reprodução da vida no seu sentido mais ampla (ibid., p. 270).

Nesta perspectiva, urge colocar em discussão a cidadania que inclui o direito ao lazer (e também à cultura) em espaços públicos por parte de todas as camadas da população. Segundo Costa (2002), a cidadania possui uma matriz territorial que advém da Grécia Antiga. Para o autor, o poder do cidadão surgiu da confrontação dos habitantes de Atenas contra as oligarquias rurais poderosas que controlavam o poder político, a produção de riquezas e o acesso aos lugares. Com a queda das oligarquias, a cidadania passou a ser praticada dentro de determinada distribuição territorial.

Decisivo dessa liberdade política era o fato de ser ela vinculada espacialmente. Quem deixava sua polis ou era dela degradado perdia não apenas sua terra natal ou pátria, mas também o único espaço no qual poderia ser livre. Perdia a companhia daqueles que eram seus iguais (ARENDT H., apud COSTA, 2002, p. 50).

Extraí-se, então, que a cidadania não é apenas um sentimento de nacionalidade ou de relação com o Estado, mas relaciona-se às vivências cotidianas das pessoas, dentro de um quadro territorial, marcado pelas hierarquias e pelas restrições de acessos. A apropriação da cidade não territorializada, por parte dos cidadãos, é capaz de reduzir as desigualdades tão marcantes nas metrópoles, amortizando, assim, a frequência dos "espaços sem cidadãos" (SANTOS, 1987, p. 43). Os espaços sem cidadãos, para Santos, seriam aqueles onde não há a presença do Poder Público em nenhuma das esferas vida humana, sendo algumas delas elas: lazer, saúde, educação, segurança pública ou saneamento básico.

A metrópole da maneira que se constitui, pouco democrática e que não amplia a possibilidade de cidadania plena, cresce marcada pelo modelo urbano desmesurado, abordado anteriormente, modelo este que não atende às requisições e necessidades dos cidadãos e trabalhadores, que necessitam se deslocar, por falta de opção, para imensos e distantes bairros precários, longe de tudo, dos bens e serviços urbanos essenciais, da vida e da relação cotidiana entre as pessoas, culminando em uma vivência pobre do espaço urbano, resumindo suas vidas em longos deslocamentos (casa-trabalho-casa). Bonduki e Rolnik (1982, p. 04) chamam atenção para esse processo:

O espaço urbano vai se reproduzindo, indiferenciadamente, pelos bairros, loteamentos, jardins e vilas afora, repetindo o mesmo ritual de precariedade. Os trabalhadores vêm junto, seguindo seu rastro como única forma de sobreviver nas condições superexploradoras e depredadoras corolárias da grande cidade.

Segundo Lefebvre (2010), o urbano, em seu intenso crescimento, ataca o meio rural, corroendo-o e dissolvendo-o, e a cidade passa a ser o centro do poder e da acumulação do capital. As metrópoles, por conseguinte, acabam sendo destino de milhares de trabalhadores que se deslocam do meio rural para as pequenas e médias cidades, que polarizam o poder dessas regiões. Muitas vezes são poucas as ofertas de trabalho e melhorias econômicas que essas populações migrantes podem vir a receber, especialmente pela baixa capacitação profissional. Santos (1994, p. 22) reforça essa discussão: “as grandes cidades continuarão a crescer, enquanto novas grandes cidades surgirão”.

O processo de urbanização no Brasil vem apresentando mudanças no que concerne ao crescimento das cidades, especialmente com a ascensão das cidades médias nas regiões Sul e Sudeste, a partir do aparecimento de empresas/indústrias de setores diversos, que terminam por interiorizar a urbanização e a população que antes vivia em grandes centros. Diversas são as mão de obras atraídas, que vão desde a do trabalhador menos especializado, em busca de uma colocação no mercado de trabalho, até a do trabalhador mais especializado, que sofre com as consequências dos arrochos salariais nos grandes centros urbanos, com a baixa qualidade de vida e com as dificuldades da concorrência entre trabalhadores. É importante ressaltar que o fenômeno da urbanização e da metropolização, que cria áreas centrais de atração de investimentos, bens e pessoas, não está mais associado ao fenômeno da industrialização, mas trata-se da reprodução do espaço enquanto parte de ciclos mais amplos e complexos. A cidade:

[...] atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela *centraliza* as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem a troca, sem a aproximação, sem a proximidade, isto é, sem *relações*. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas *diferentes* advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo diferenças (LEFEBVRE, 2008, p.109).

Para o referido autor, a cidade é lugar do "espaço diferencial", local onde as diferenças emergem e se instauram no espaço. Essas diferenças são fruto do que se instala no espaço, não sendo, dessa forma, natural dele. A realidade urbana é formada por diferenças, justaposições, oposições, superposições que substituem as distâncias espaço-temporais, isso porque o espaço urbano se transforma com tempo, com as esferas e atividades humanas atuantes.

A opção por ocupar as áreas periféricas das cidades, segundo Davis (2006), aparece como uma alternativa para os mais pobres excluídos da cidade formal. Embora estejam atreladas à distância dos grandes centros urbanos, Ronilk (2010) afirma que as periferias estão muito mais ligadas aos ambientes de elevada precariedade de escassa assistência pública e recursos, embora exista a modalidade de periferia que abriga condomínios de alto padrão. Consequentemente, o conceito de periferia acaba abarcando características de uma população de elevado padrão com aquela que vive em estado de extrema pobreza. Por isso, as periferias são vistas por geógrafos, sociólogos e urbanistas, como áreas "indefinidas", porquanto suas características ainda não estão muito claras. De maneira geral, nos Estados Unidos, as periferias de melhor padrão são chamadas de subúrbios, locais de moradia dos trabalhadores das áreas centrais, dotados de infraestruturas completas e adequadas à ocupação.

Há, porém, a constituição de periferias pobres, segregadas pelas distâncias e, via de consequência, lugares cheios de contradições, compondo parte da metrópole, especialmente falando. No entanto, compõem a metrópole apenas fisicamente, pois a vida cotidiana que lhes é destinada e programada, não é a mesma das áreas centrais das cidades; estão fadadas ao abandono num espaço (híbrido) que não é nem cidade nem campo ou, nas palavras de Lefebvre (1999, p. 168):

[...] meio cidade, meio campo [...] em lugar de uma absorção e reabsorção do campo pela cidade, em lugar da superação de sua oposição, tem-se uma deterioração recíproca: a cidade explode em periferias e o vilarejo se decompõe; um tecido urbano incerto prolifera no conjunto do país. Uma massa pastosa e informe resulta desse processo: favelas, megalópoles.

Nesse sentido, conclui-se que o urbano é o lugar da expressão dos conflitos, no qual se verifica a separação entre os lugares e as pessoas, bem como há o desaparecimento da expressão individual ou coletiva. Há, no meio urbano, o estabelecimento de signos de poder e separação. O urbano também é visto como o "lugar do desejo", almejado por muitos, lugar que cria necessidades (aquelas induzidas). Para Lefebvre (2008), é preciso que o homem se reaproprie do espaço urbano, inscrevendo suas características no espaço, no tempo e nos objetos. Ou seja, trata-se de um direito à vida urbana transformada e renovada, tendo o Poder Público, importante papel nesse processo, conforme será abordado no próximo subcapítulo.

3.2 Políticas Públicas de Lazer

Conforme já abordado no subcapítulo anterior, as mudanças nos processos produtivos da sociedade capitalista têm alterado as estruturas da sociedade por intermédio da criação de áreas periféricas anticidadãs e da divisão de uma sociedade que se percebe como duas: um grupo capitalista dominante e outro formado por uma massa de trabalhadores. Tal fato culmina num processo socioespacial de exclusão, percebido pelo crescimento maciço de zonas periféricas pobres e ricas (as ricas conhecidas como subúrbios e não como periferias). Usualmente, as zonas centrais ou subúrbios ricos são dotados de comércios, bens e serviços sofisticados, além das residências de alto padrão. As periferias pobres, por sua vez, fruto da segregação - uma vez que as pessoas se dirigem para esses locais por falta de opção -, são dotadas de parques investimentos públicos em melhorias de infraestrutura urbana.

Em se tratando de políticas públicas, ressalta-se aqui, a seletividade com que as mesmas se impõem na cidade capitalista. Trata-se da distribuição desigual dos investimentos urbanos voltados aos meios de consumo coletivos. É importante destacar a importância do Estado enquanto gerador de renda do solo, ou seja, na valorização de espaços muito específicos na cidade. As intervenções públicas seletivas são capazes de valorizar terrenos e bairros, por meio da especulação. A exemplo disso, pode-se citar a chegada de infraestruturas primordiais (saneamento básico, asfaltamento, eletricidade, transporte público, etc.), em áreas antes desprovidas destes serviços. É fato que isto sobrevaloriza o solo, proporcionando um meio de acumulação para o capital (HARVEY, 2005).

Nesse diapasão, a escolha de locais específicos para receberem bens e serviços públicos culminam na geração de desigualdades, tendo como principal resultado o favorecimento de uns em detrimento de outros. Ao mesmo tempo, à medida que as benfeitorias públicas chegam, as áreas beneficiárias sofrem como a valorização do solo ao mesmo tempo em que o valor da moradias também aumenta. Como consequência, há a segregação residencial e a redistribuição de grupos socioeconômicos (ricos x pobres) (VETTER; MASSENA, 1981).

Essa segregação residencial significa altas concentrações espaciais de poder político e econômico. As áreas em que residem famílias com níveis de rendimento mais altos tendem a receber, em termos proporcionais, mais benefícios líquidos das ações do Estado, uma vez que essas famílias normalmente têm maior poder político (ou seja, maior capacidade de influenciar decisões públicas em seu favor). Tais benefícios são apropriados pelos proprietários da terra na forma de rendas fundiárias (ibid., p. 58).

Compreender esse processo significa identificar de onde vêm as demandas por melhorias públicas e como os sujeitos demandatários têm o poder de influenciar diretamente neste processo. Consoante é possível observar nas cidades, locais onde as famílias com maior poder aquisitivo moram, onde os benefícios públicos chegam com mais rapidez e eficiência. Tal fato relaciona-se com um poder político exercido por essa camada da sociedade, que vê, a todo momento, suas terras cada vez mais valorizadas e mais equipadas com as benesses infraestruturais urbanas.

É importante salientar que os investimentos realizados pelo Poder Público e aqueles priorizados pelo capital privado possuem expressa relação com o estilo de vida das populações do entorno deste investimentos. De maneira geral, investimentos de alto padrão, como *shopping centers*, amplas redes viárias, áreas verdes (parques), juntamente com a deficiência de escolas públicas ou postos de saúde, são típicos dispositivos de segregação socioespacial, que impossibilitam a mistura social entre diversos grupos em um mesmo espaço.

Conforme é possível observar na **figura 14**, em esquema proposto por Vetter e Massena (1981), o Estado possui importante papel na segmentação espacial dos investimentos e conseqüentemente, na distribuição socioespacial da população.

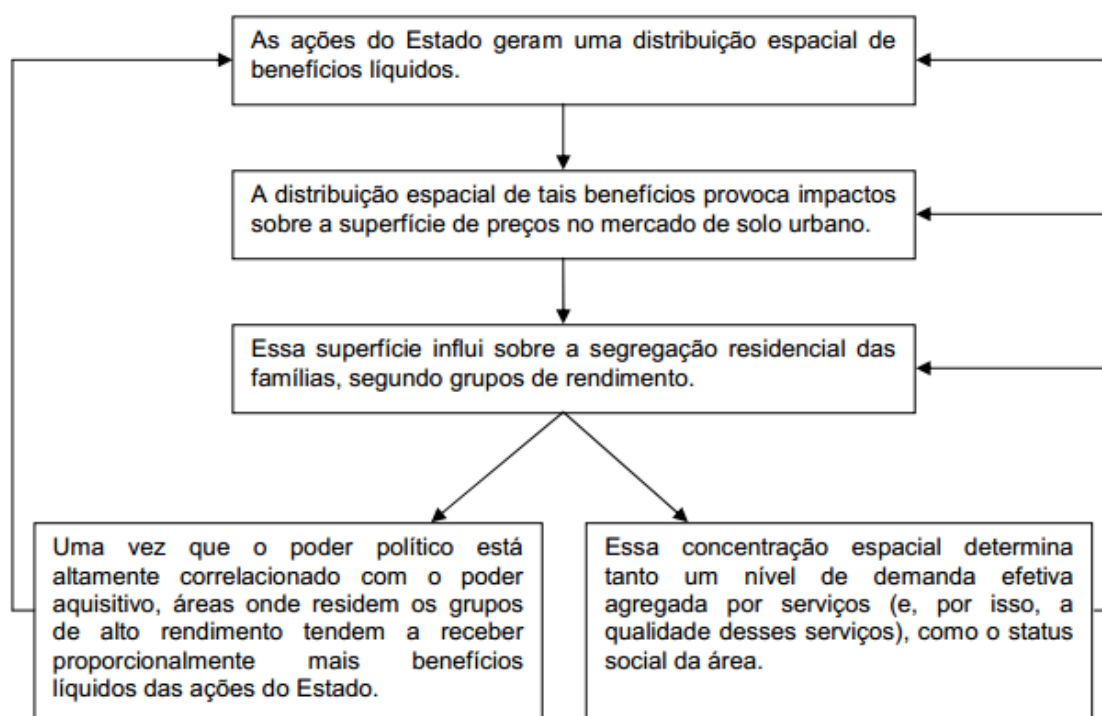


Figura 15. Esquema do modelo de causalidade circular da apropriação dos benefícios líquidos das ações do Estado. Fonte: VETTER; MASSENA, 1981, p.59

A cidade social, por sua vez, aquela voltada a atender as demandas de saúde, lazer, transporte, educação, segurança e outros bens básicos, torna-se refém da especulação imobiliária, aqui entendida como a valorização do solo, ocasionada pelo capital imobiliário em consonância com o Poder Público. Por viverem mais longe das áreas centrais, dotadas de diversas infraestruturas, os pobres acabam pagando mais para viver, gastando mais com deslocamentos, ou seja, com o transporte, além de ficarem distantes das benesses que Poder Público pode lhes oferecer.

Assim, um primeiro momento do processo especulativo vem com a extensão da cidade e a implantação diferencial dos serviços coletivos. O capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores de receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social. A lei da escassez se afirma, então, com mais força, e se ampliam as diferenças já existentes entre lugares urbanos, do ponto de vista das amenidades. (SANTOS, 1994, p. 96).

Diante dessa discussão, sobre o que a cidade de fato é e daquilo que ela precisaria ser, para atender às demandas de todas as camadas da sociedade, urge destacar que, em se tratando dos aparatos legais vigentes no país, o direito à cidade é de todos e, em específico o é, o lazer, também inserido na lógica da especulação e das dificuldades de acesso. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 marca o início da regulamentação do

lazer, expressado como um direito social, de acordo com o art. 6º, ao lado de outros direitos tão importantes como a saúde e a educação:

Art. 6º. [...]

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Nesse aspecto, a observância do Poder Público sobre o lazer é obrigatória, ao passo que tal observância deve ocorrer por intermédio de políticas públicas de acesso ao lazer, com o escopo de se obter melhoria da qualidade de vida entre as pessoas, o bem-estar social e a efetivação da igualdade social material.

Segundo Chemin (2008), para a efetivação de uma política de lazer abrangente, é preciso considerar as políticas de desenvolvimento urbano, conforme preceitua o **artigo 182¹⁸** da CF/1988; uma política educacional que vise o pleno desenvolvimento da pessoa humana (art. 205 da CF/1988); política de defesa e preservação do meio ambiente; e política de promoção, proteção e recuperação da saúde pública (art. 196 da CF/1988).

É papel do Poder Público municipal efetivar a política de desenvolvimento, considerando os preceitos do art. 182, pois, de acordo com o art. 30, VIII, CF/1988, cabe ao município "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano".

O exercício cotidiano do lazer, desse modo, é assegurado pela constituição, porém, pouco é feito no sentido de implementá-lo na prática da vida dos cidadãos, em especial

¹⁸ Constituição Federal. Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

dos mais pobres. Muito falta, no sentido de investimentos diretos, para que os benefícios realizados pelo Estado cheguem nas áreas das cidades que mais precisam. Conforme já abordado, tais investimentos diretos se concentram em espaços muito específicos, mesmo diante de uma lei que prevê um ordenamento territorial mais humano e uma distribuição e controle da ocupação do solo urbano adequados.

Mesmo com um papel dual, ou seja, de gerar a especulação e a valorização de áreas, dotando-as de diversos equipamentos, inclusive de lazer, o Estado pode contribuir para minimizar este processo, ou mesmo diminuí-lo. Para tanto, os planos de combate a segregação socioespacial devem estar em primeiro plano nas agendas políticas do Estado. Mesmo as propriedades privadas devem ser fiscalizadas, para que cumpram sua função social, ou seja, trazer benefícios para a população de seu entorno, através da integração espacial e social. A existência da propriedade privada deve ser vantajosa para os municípios e para os cidadãos. Cabe ao município fiscalizar sua existência e garantir que a prevalência do interesse público sobre os individuais no que diz respeito à existência da propriedade privada.

Art. 1.228. [...]

§1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Com o escopo de direcionar eficazmente as políticas públicas de desenvolvimento urbano e promover uma política específica para lidar com as problemáticas urbanas, incluindo nelas, o acesso ao lazer foi elaborado o Estatuto da Cidade, promulgado pela lei nº 10.257/2001. Esta lei foi um marco regulatório da instrumentalização do município para o exercício pleno do desenvolvimento das funções sociais da propriedade, já abordada anteriormente. Segundo Castellani Filho (2006), o Estatuto da Cidade:

Ao estabelecer princípios e diretrizes de gestão democrática, visa garantir a possibilidade da participação da população em todas as decisões de interesse público, prevendo-a - através de suas associações representativas - no processo de elaboração, implantação e avaliação do plano diretor e na formulação, execução e acompanhamento dos demais planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal (p. 122).

Sendo assim, o Estatuto busca uma distribuição das benesses e dos prejuízos do processo de urbanização para todos os cidadãos, de forma justa, garantindo acesso aos serviços básicos, aos equipamentos públicos e às melhorias urbanas em geral.

Nesse aspecto, o Estatuto da Cidade cria uma importante demanda, que surge como instrumento de melhor planejamento das cidades brasileiras com população acima de 20.000 habitantes ou situadas em áreas metropolitanas, ou mesmo em aglomerações urbanas: o Plano Diretor. Tal instrumento, que deve ser elaborado pelos municípios, é caracterizado como:

Um instrumento para garantir a todos os cidadãos do município, um lugar adequado para morar, trabalhar e viver com dignidade, proporcionando acesso a habitação adequada, saneamento ambiental, ao transporte e mobilidade, ao trânsito seguro e aos serviços e equipamentos urbanos [...] (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

De acordo com Castellani Filho (2006), as dificuldades na implantação dos planos diretores são: a) a falta de estrutura administrativa; b) pessoal qualificado; c) instrumentos apropriados para o trabalho. Desse modo, o planejamento da cidade depara-se com uma condição muitas vezes precária e despreparada para lidar com as problemáticas urbanas que a cerca. A política pública voltada para o lazer, inserida nesse plano diretor, também sofre as consequências das dificuldades administrativas dos municípios. Nesse sentido, o mesmo autor, ao abordar as políticas públicas de lazer, dá enfoque ao planejamento que deve ser inserido nos planos diretores.

Ainda, segundo Castellani Filho (2006), o planejamento das políticas públicas de lazer, no exercício do papel do gestores, deve ser feito com base nas seguintes questões: 1) Que lazer temos?; 2) Que lazer desejamos?; 3) Que acordo podemos firmar para alcançar a situação desejada?

Entende-se que para a realização de uma política pública de lazer bem planejada, é necessário responder a essas três perguntas, levando em consideração, 1º - a fase do capitalismo em que vivemos, baseado no consumismo exacerbado, onde, aqueles que possuem melhores condições econômicas são os mesmos que possuem acesso a equipamentos culturais de lazer e aos espaços de entretenimento. 2º - é preciso criar, portanto, uma política pública contra-hegemônica, que resgate o direito de todos os cidadãos ao acesso inalienável à qualidade social e à cidadania, conforme previsto na CF/1988. 3º - é preciso mudar o entendimento hegemônico de que o lazer é apenas um

produto tipicamente moderno, voltado às classes dominantes, mas antes de tudo, é um fenômeno cultural, que se materializa no tempo e no espaço de vivências lúdicas de todos os indivíduos citadinos (CASTELLANI FILHO, 2006).

É preciso, por conseguinte, que as políticas públicas pensem o lazer como uma questão de cidadania e de participação cultural. A participação cultural deve ser crítica e criativa, por intermédio de sujeitos historicamente situados. Para Marcellino (2008, p.14):

Entendo, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura. Isso não significa o isolamento do plano cultural, do social e do econômico mas, tão somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa.

Nessa linha de raciocínio, o autor se refere ao lazer como uma forma de participação cultural que alavanque o desenvolvimento sociocultural das pessoas, no qual o lazer possui um caráter educativo, mesmo em momentos de descanso, divertimento ou de desenvolvimento pessoal e social. As políticas públicas, por essa razão, devem integrar os grupos populares existentes na cidade, principalmente aqueles que possuem forte atuação cultural, capazes de criar uma política de animação sociocultural. As barreiras socioculturais desses grupos, segundo Marcellino (2008), precisam ser superadas através da criticidade e da criatividade, especialmente, as barreiras que têm como pano de fundo, questões econômicas, de gênero, faixa etária, entre outros estereótipos criados, que hierarquizam a cidade e fragmentam-na. Ou seja, como já discutido anteriormente, é necessário que a cidade seja acessível à todos, especialmente àqueles que cotidianamente não são atendidos. E, por fim, segundo o autor, a administração pública deve levantar questões, antes de promover políticas de animação cultural, a fim de potencializa-las:

- Há equipamentos públicos subutilizados?
- Como os equipamentos estão distribuídos?
- Como são gerenciados?
- Há possibilidade de adaptação e utilização de equipamentos não específicos?
- Existe uma estrutura de animação capacitada e atuante? (MARCELLINO, 2008, p. 15).

Tal política pública de lazer revestir-se-ia de características próprias, menos condizentes com aquelas propostas pela "industrial cultural" ou "indústria do lazer", portadoras de características um tanto vazias, sem interesse em realidades específicas, além de serem pobres culturalmente.

Na acepção de Marcellino et al. (2006), a população brasileira, característica de um país periférico, não dispõe de condições financeiras para vivenciar o lazer da maneira como é colocado na atualidade, ou seja, criado para ser desfrutado em espaços de lazer pagos. Como consequência desse processo, o que se vive é uma individualização do lazer, restrito ao lazer doméstico, amparado por todo o aparato eletrônico atual: videogames, computador, televisão, entre outros. Busca-se o lazer entretenimento individual e deixa-se de lado o lazer da convivência social. Dessa forma, é papel do Poder Público criar novos equipamentos e espaços, além de revitalizar antigos espaços para que a população como um todo tenha a possibilidade de ter acesso a atividades de lazer diferenciadas, garantindo, dessa maneira, o direito constitucional ao lazer. Bonalume (2002 citado por MARCELLINO et al., 2006), afirma que existe uma eminente problemática relacionada ao Governo e as políticas globalizantes, que dão ao Governo, o ínfimo papel de preparar o terreno da cidade para receber os novos padrões de produção do espaço. Ou seja, o Governo estaria apto apenas a levar a infraestrutura aos locais que receberiam grandes empreendimentos privados. Por isso, o autor aponta para a necessidade de criar uma política de ocupação do solo que seja harmônica, onde as oportunidades sejam democráticas e, acima de tudo, que a funcionalidade e qualidade dos logradouros públicos sejam melhoradas, favorecendo a circulação das pessoas, o convívio, a integração e o encontro.

Nas cidades brasileiras, grande é o descaso em relação aos equipamentos de lazer já existentes. De maneira geral, as administrações públicas criam equipamentos, os entregam às comunidades e os esquecem. Não há conservação e não há política de animação. Assim, acredita-se que é preciso recuperar e revitalizar os já existentes, adaptando-os à realidade e às necessidades de lazer das comunidades nas quais estão inseridos. Democratizar um espaço público de lazer está além de apenas construir um espaço público em locais necessitados. É preciso, antes de mais nada, incentivar a apropriação e a utilização dos espaços, seja através da divulgação ou da dessacralização (MARCELLINO et al., 2006). Equipamentos de lazer, de importância voltada aos interesses intelectuais, como as bibliotecas, os museus, as galerias de arte e os teatros

são pouco frequentados e nada democráticos, pois, simbolicamente expulsam os pobres, por terem um ar de santuário, graças a forma como suas construções são revestidas e sua apropriação continua sendo feita pelos indivíduos de alto poder aquisitivo, ao mesmo tempo em que a história e a herança colonialista reforçam algumas características de esnobismo tão marcante nesses ambientes.¹⁹

Apesar da importância dada a garantia qualitativa do direito ao lazer, seja esse direito relacionado à apropriação de espaços públicos ou a promoção de novos equipamentos de lazer, acredita-se ser imprescindível que as políticas públicas sejam de fato integradas, abrangendo áreas essenciais, como a saúde, a educação, a habitação, o acesso ao trabalho e à renda, bem como a cultura, entre outros. Um cidadão pleno e feliz, gozando de seus direitos, será mais atuante no espaço e terá sua apropriação potencializada pelo sentimento de pertencimento aos espaços públicos urbanos. Ou seja, valores que ampliem o cuidado, a solidariedade e a cidadania devem preconizar o desenvolvimento urbano das nossas cidades, culminando em uma política eficaz de promoção do lazer.

Silva e Versiani (2011) consideram a articulação de políticas públicas de lazer e as diversas outras políticas (saúde, educação, segurança, bem-estar social, meio ambiente etc), como um dos principais entraves da atualidade. É preciso, para as autoras, que nessas políticas, não só as famílias sejam contempladas, mas os diversos segmentos populacionais envolvidos, principalmente as crianças e os jovens. Carlos (2007) questiona a ação do Estado, muitas vezes racional e marcada por contradições, que efetiva ações pontuais, sem levar em conta o quadro geral da cidade:

O momento atual produz novas contradições que as políticas urbanas, sob a égide do Estado, pretendem resolver sem, todavia, colocar em questionamento sua racionalidade, criando formas de intervenção pontuais, a partir da consideração da cidade enquanto quadro físico, o que nega a prática sócio-espacial (ibid., p. 15).

Nesse aspecto, é preciso uma nova forma de "pensar a cidade", de maneira que se projete uma nova vida no ambiente urbano, assegurada na existência de novos espaços

¹⁹ Para Serpa (2011), o direito do cidadão de acesso ao lazer, portanto, é colocado em xeque diante dessa constatação. A acessibilidade aos espaços públicos passa a ser territorializada, de forma que se percebe uma privatização dos espaços públicos em detrimento de espaços públicos não mercantilizados para todas as classes que vivem na cidade. Essa "privatização", muitas vezes, é simbólica e da mesma maneira, não permite o acesso de todos os cidadãos na cidade territorializada. Por isso, conforme destaca Santos (1996, p.122), "o território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário."

de lazer, e que os espaços públicos de lazer, principalmente, sejam valorizados, por intermédio da criação de possibilidades e da democratização desse direito, preconizados na CF/1988 e no Estatuto da Cidade. Muitas são as dificuldades para que esses objetivos sejam alcançados na sociedade brasileira, porém, é preciso colocar em debate a ampliação do direito das pessoas a todos os espaços urbanos, marcando assim, um novo momento de desenvolvimento humano, da oportunidade de se distrair e de ser distraído sem a cooptação destrutiva da racionalidade capitalista.

3.3 Espaços Públicos e Equipamentos de Lazer

Segundo Bobbio (2010), não se pode deixar de falar da esfera pública do espaço urbano, sem considerar a sua condição contraditória. É preciso relacionar a esfera privada ao espaço, já que o Estado e o capital privado, apesar de defenderem interesses diferenciados, por vezes, misturam-se e complementam-se. O ente público refere-se ao que é do povo, ou seja, está ligado à coletividade, enquanto grupos sociais. O ente privado refere-se aos membros particulares da sociedade. Seriam do domínio público, teoricamente, as praças, as ruas e os parques, por exemplos. Privados seriam as residências e edificações particulares. Para Harbemas (1997):

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, ao ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (p.92).

Por isso, acredita-se na diferenciação entre a esfera pública e o Estado, sendo este um organismo político administrativo regulador das normas de ordem pública e dos interesses da sociedade. Ao mesmo tempo, o Estado democrático de direito é regulado por uma constituição. Sendo assim, o Estado é diverso e atua por meio de instituições, seja através da coerção, da deliberação e da normatização do uso e ocupação do espaço (BOBBIO, 2010).

Os espaços públicos são arena de amplas discussões na geografia pois estão atrelados a um componente espacial e ao conceito de cidadania, aqui resgatado da *polis* grega, que surgiu como uma forma de dar o poder ao cidadão para deliberar sobre as necessidades da *polis*: "o poder cidadão surgiu da confrontação dos habitantes, concentrados em uma certa área, no caso a cidade de Atenas, contra o poder de uma oligarquia rural que controlava o poder político e a produção da riqueza dessa sociedade" (GOMES, P. C. da C, 2012, p.130). Falar na atualidade sobre os espaços públicos, também é falar da cidadania e do seu recuo. O recuo da cidadania compreende a um projeto espacial e social.

Em uma sociedade que caminha para a consagração do individualismo como um modo de vida amplamente almejado, falar de espaços públicos na cidade contemporânea é um desafio. Historicamente, percebe-se uma redução de espaços livre públicos, para a socialização e vivência humana. Segundo Serpa (2011) e Jacobs (2009), em bairros populares, a integração entre os indivíduos é maior, uma vez que a pobreza, o medo e a necessidade, unem as pessoas, de forma a gerar uma ajuda mútua e, acima de tudo, satisfazer uma necessidade individual do espaço. Sobre o processo de apropriação dos espaços públicos, Santos e Vogel (1985) afirmam que existem iniciativas populares, capazes de transformar a vida cotidiana das periferias das cidades. Sem espaços públicos formais construídos para o lazer, o melhor aproveitamento da vida cotidiana é feito nas ruas e nas calçadas, através de bate-papos em encontro com os vizinhos, as festas que fecham as ruas, além das tão presentes, brincadeiras infantis. Por isso, acredita-se que os espaços públicos desempenham funções relevantes no espaço urbano e a sua importância está mais atrelada à qualidade de sua apropriação, ou seja, das relações que esses espaços guardam, juntamente com as atividades sociais realizadas, do que com a quantidade de espaços existentes. Há que destacar que a abrangência dos espaços públicos de lazer está além da esfera dos equipamentos produzidos pelo Poder Público. Identifica-se no meio nas cidades, espaços urbanos denominados alternativos, tendo em vista a ausência de infraestruturas.

É importante salientar que as apropriações, mesmo quando intuídas e adaptadas não implicam, necessariamente, em inadequação ou indícios de marginalidade. Podem, ao contrário, indicar criatividade, capacidade de melhor aproveitamento das infraestruturas públicas e fornecer subsídios que alimentem o projeto e a construção futura de ambientes desta natureza (MENDONÇA, 2007, p.297)

Levando em conta os conflitos de classes que existem nas esferas públicas da cidade, Serpa (2011) debate a demarcação de territórios urbanos marcados pela alteridade, além do contraponto da dimensão simbólica (e abstrata) à dimensão física desses espaços. Tal relação feita pelo autor está intimamente ligada à acessibilidade, que não está restrita ao ir e vir, e sim, ao significado que cada um dos espaços possui, significado este, atrelado ao público que o frequenta, ou seja, a frequência de um público mais elitizado em espaços determinados espaços públicos, expulsa os mais pobres, criando o que se chama de "apropriação seletiva" do espaço.

Democratizar um espaço público de lazer está além de apenas construir um espaço público em locais necessitados. É preciso, antes de mais nada, incentivar a apropriação e a utilização dos espaços, seja através da divulgação ou da desacralização (MARCELLINO et al., 2006).

Nesse sentido, falar de espaço público envolve os agentes públicos, responsáveis por sua criação e a própria população, responsáveis por sua apropriação, que se apropria dos espaços públicos constituídos, e que, bem como, através de sua criatividade e dinamicidade inerentes cria novos espaços de lazer, mesmo que estes não tenham sido constituídos para tal finalidade. Compreender a maneira como a população se apropria dos espaços públicos pode ser uma forma de identificar, por este viés, quais são as reais necessidades dos cidadãos que vivenciam o ambiente urbano. Destarte, além dos espaços formais, pré-concebidos pelo Estado, é preciso uma análise mais aprofundada de tais espaços públicos, ditos informais.

No centro deste debate, Paulo Cesar da Costa Gomes (2012) expõe o espaço público como uma arena de problematizações, debates e diálogos, pois, na cidade contemporânea, diagnostica-se um espaço público fragmentado, carregado de apropriações privadas, tribalizadas, impossibilitando o encontro com o diverso. Tal ideia traz consigo um processo anticidadão, ligado ao recuo da convivência social entre o diverso que, para o autor, empobrece a vida urbana.

As relações entre o público e o privado são complexas no entendimento de Harvey (2005), visto que, ora o Estado promove as mais diversas condições para a acumulação capitalista e para o avanço das atividades econômicas, ora ele busca atender os interesses sociais. Por isso, sabe-se que os dois poderes agem concomitantemente no

espaço, na medida em que o Estado, a todo momento, reestrutura as condições espaciais para a atuação dos entes privados.

É em razão disso que os espaços públicos acabam tornando-se vítimas do complexo jogo de poderes entre o capital privado e o Estado, especialmente nos centros urbanos. De maneira geral, o que se percebe, é a submissão do Estado aos interesses do capital privado, onde as estratégias econômicas de consumo se espalham pelo espaço, fazendo com que o mesmo perca o seu valor de uso, passando a ser um espaço-mercadoria. Assim, de acordo com Santos (1996), é importante ressaltar que a produção do espaço não está ligada apenas às esferas pública e privada, mas a um conjunto diverso de relações solidárias e contraditórias.

Diante dessa realidade, as cidades vêm se transformando em um processo de mutação urbana, a partir do crescimento de novas formas urbanas, graças ao desenvolvimento de um novo modelo de cidade, atrelado às mudanças ocorridas nas tecnologias, nos transportes, na informação e na ordem econômica, principalmente. Esse processo cria um espaço de crescimento e formas urbanas desiguais e descontínuos. A criação desses espaços descontínuos dá margem para o aparecimento de espaços públicos livres, entretanto, com potencial sensibilidade para um planejamento urbano adequado. Os espaços públicos livres podem ser uma alternativa de intervenção urbanística, regados de atributos e potenciais, capazes de aglutinar as peças fragmentadas da cidade (TARDIM, 2008).

Acredita-se, diante do exposto, que a existência de espaços públicos nas cidades deve ser preservada aos interesses coletivos e não privados. Pelo contrário, com a supressão dos espaços públicos ocorre o empobrecimento da vida urbana, conforme salientado Serpa (2011). A mixagem social promovida pelos espaços públicos é importante palco para a emanção da cultura, da troca e da acessibilidade, tão escassas na cidade contemporânea. Para Souza (2006), o Estado dispõe de recursos financeiros e técnicos para promover ocupação e apropriação dos espaços públicos das cidades, sem se esquecer do saber empírico dos moradores e usuários do espaço. Assim, é necessária uma relação amigável entre Estado e população: "se houver uma consistente abertura à participação popular, serão os técnicos que, mesmo sem abrir mão de alertar e propor, terão humildemente de curvar-se perante a vontade deliberante da população" (SOUZA, 2006, p. 205).

3.3.1 Conceitos e Termos para alguns Espaços Públicos de Lazer

"Na prática, é só com os adultos das calçadas que as crianças aprendem - se é que chegam a aprender alguma coisa - o princípio fundamental de uma vida urbana próspera: as pessoas devem assumir um pouquinho de responsabilidade pública pelas outras, mesmo que não tenham relação com elas" (JACOBS, 2009, p 19)

A fim de se classificar e fazer uma análise dos espaços públicos de lazer a que este trabalho se propõe, considera-se importante enquadrá-los numa classificação que possibilite uma comparação do ponto de vista ambiental, funcional e comportamental dos espaços gerados. Segundo Cunha (2002), não existe um consenso nem um pensamento único sobre o que sejam praças, parques e outras áreas públicas. Geralmente esses espaços são classificados de acordo com o impacto que eles geram no seu entorno.

Como este trabalho busca elaborar um diagnóstico das políticas públicas de promoção de equipamentos de lazer, foi necessário relacionar neste subcapítulo, os equipamentos que, de maneira geral são produzidos pelo Poder Público e apropriados pela população.

3.3.1.1 Rua

As ruas são locais onde a vida na cidade floresce. São nelas que ocorrem as passagens, os encontros, as idas a outros espaços das cidades, dando ao cidadão, a possibilidade de realizar as suas atividades cotidianas. Para Santos e Vogel (1985), as ruas são consideradas extensões das casas em diversas comunidades, onde se observa a prática de atividades cotidianas, como as brincadeiras infantis, os encontros entre vizinhos ou mesmo as festas sazonais. É importante destacar esta realidade neste trabalho, uma vez que, observa-se nas cidades, em especial nas periferias pobres, onde a interdependência entre a vizinhança é maior, uma apropriação visivelmente predominante das ruas, para a realização destas atividades. Como este trabalho aborda a prática do lazer em bairros periféricos, considerados pobres, verificou-se um considerável uso das ruas para diversos tipos de apropriação.

Sendo assim, as ruas são espaços flexíveis, pois mesmo sendo construídas para um uso formal, pré-estabelecido - a passagem - , também é utilizada para outros tipos de

apropriação. Jacobs (2009) salienta que, não se pode esquecer, que parte das ruas também é dedicada aos pedestres. Ruas prósperas, para a autora, são aquelas onde há a vida, o "balé humano" circulante nas calçadas. Assim, as ruas e as calçadas são os principais espaços públicos da cidade. São, pois, seus organismos vitais e precisam parecer interessantes para os cidadãos, já que, se parecerem monótonas, a cidade será monótona. A mesma autora dita três princípios fundamentais para que as ruas sejam prósperas: em primeiro lugar, deve-se haver uma clara distinção entre o que é público e o que é privado nas cidades, de maneira que os dois elementos não se misturem, como ocorre em subúrbios ricos e em conjuntos habitacionais; em segundo lugar, deve-se existir olhos para as ruas, ou seja, "proprietários naturais" destes espaços. Ou seja, é preciso que a população residente, esteja presente, observando o que se passa nesse espaço, tornando-o mais seguro; em terceiro lugar, as calçadas devem ser vivas, é preciso que os moradores transitem por este espaço, para isso, são necessários atrativos, mixagens sociais, comércios misturados a residências.

Assim, as ruas são um dos principais lugares de apropriação das cidades, em especial das periferias. Ela merece destaque, pois na falta de alternativas para apropriação do lazer em equipamentos específicos, acaba se tornando lugar da emancipação da criatividade nas periferias urbanas, seja através dos jogos, das brincadeiras e dos encontros. Pode-se dizer que a marginalização e o esquecimento por parte do Poder Público dá brecha para o surgimento do criativo e do inesperado, conforme salientam Santos e Vogel (1985).

3.3.1.2 Praças e Parques

As praças, na Grécia antiga remontavam às ágoras, espaços públicos onde a atividade política e democrática da população se desenvolvia. Na ágora, aqueles que desempenhavam uma atividade pública de liderança deviam prestar contas à população ao término de seu mandato. Além disso, era o lugar de escolher, decidir, deliberar e julgar segundo os dados oferecidos pela situação e segundo a regra ou norma estabelecida pelo grupo. A ágora manifestava-se como a expressão máxima da esfera pública na urbanística grega, sendo o espaço público por excelência (SOUZA, 2006).

É evidente que as características que remontam à Ágora da Grécia antiga não são mais perceptíveis no cotidiano atual. O papel das praças se transformou de tal maneira que não se percebe mais as características na polis grega em sua essência. Hoje as praças são locais de trânsito de pessoas, de contemplação, descanso e mesmo locais de lazer, marcadas pela presença, em alguns casos, de academias populares, quadras poliesportivas, mesas de xadrez, entre outros elementos. Para Cunha (2002), as praças de hoje, inspiradas nas norte-americanas, podem ser vistas como locais de lazer passivo, embora em outras épocas tenham sido locais de manifestações públicas das mais diversas ordens.

Para Mendonça (2007), as praças tem um papel de função social, organização da circulação e de amenização pública. Sua área é equivalente às das quadras, com expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico além da presença de canteiros e bancos. Robba e Macedo (2002, p.17 apud MENDONÇA 2007, p. 299) afirmam que as praças são “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Ainda nesta perspectiva, Cunha (2002) aponta as praças como um espaço essencialmente ligado às atividades comunitárias, ao tempo livre e às conversas sobre os acontecimentos da cidade, ou seja, à vida cotidiana e à função do lazer.

Seja qual for o tipo ou origem da praça, no Brasil, este espaço livre público tem se mostrado cada vez mais importante, em virtude do adensamento e das atuais formas de ocupação do solo, pois se constitui um lugar de valor social e ambiental de acesso facilitado pelas relações que a praça guarda com o seu entorno. É que a praça de um modo geral possui dimensões e localização compatíveis com a condição humana de deslocar-se a pé para dela fazer uso, seja uma praça de bairro ou de centro comercial (CUNHA, 2002, p.26)

De qualquer maneira, a praça como espaço público tem se mostrado como um espaço cada vez mais importante nas cidades, tendo em vista o seu papel no lazer como área de valor social, além de guardar relações, estruturas e equipamentos que podem atender as comunidades de seu entorno. Nesse sentido, é importante que as praças guardem certa relação com o público que a frequenta e que a sua localização seja compatível com a condição de deslocamento a pé, mantendo intrínseca relação com a vizinhança.

Os parques diferenciam-se das praças, essencialmente pela quantidade de cobertura vegetal, que é maior, além de serem mais extensos que as praças. As praças, de maneira geral, estão no cruzamento de ruas, ocupando pequenos espaços de quadras, já os parques possuem o status de amplos jardins, com paisagens bucólicas e campestres, contendo amenidades da vida do campo para dentro das cidades (CUNHA, 2002).

Para Jacobs (2009), os parques não duram muito tempo, pois são locais efêmeros, carentes da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles, em razão de poderem ser locais de sucesso, com grande frequência ou locais fracassados, criados sem serem apreciados pela vizinhança, que não os utilizam. Os parques impopulares, por isso, são um desperdício assim como as ruas "sem olhos", já abordadas, sendo que muitas vezes os parques são vistos como lugares perigosos e, conseqüentemente, pouco frequentados. "Além do mais, os parques de pouco uso e seus equipamentos são alvo de vandalismo, o que é bem diferente do desgaste por uso" (ibid., p. 101).

Por outro giro, acredita-se que a variedade dos usos dos edifícios favorece a prosperidade no uso das praças e dos parques. Os mesmos seriam utilizados em horários diferentes, por diferentes públicos, gerando certa mixagem social nos espaços públicos de lazer. Destaca-se aqui não apenas o parque como uma área de lazer, mas como um espaço de trânsito de pessoas entre diferente lugares, ou seja, os parques podem ser espaços de ligação. Em resumo, praças e parques vivos são aqueles com diversidade física e funcional de usos adjacentes, além da diversidade de usuários e períodos de frequência. Deve-se pensar no trânsito de pessoas, logo cedo, se deslocando para seus lugares de trabalho, em comerciantes e trabalhadores que utilizam o espaço durante o período de almoço para o descanso, em mães que levam os seus filhos para se divertirem no período da tarde e nos jovens, que, ao saírem do colégio, podem desfrutar de momentos agradáveis em parques e praças no fim da tarde. A noite pode ser reservada para aqueles que buscam marcar encontros, atraídos pela mistura de pessoas e

por uma política pública de lazer que atrairia um público diverso para esses lugares, como as feirinhas e as pequenas apresentações de espetáculos, por exemplo.

3.3.1.3 Jardim

Em sua dimensão simbólica, segundo Segawa (1996), remontando aos textos bíblicos, os jardins, *a priori*, foram inseridos na urbe, ainda no século XVI, a partir da incorporação do imaginário de um paraíso perdido, fazendo uma alusão à Adão e Eva e ao Jardim do Éden. Com a chegada do modernismo e do sanitarismo do século XIX, a visão positivista e higienista dos planejadores urbanos associou os jardins à espaços puros, ou seja, a vegetação como fator de salubridade. A atualidade apresenta os jardins a partir de um viés ético-ecológico. Com a crise ambiental instaurada, os jardins seriam parte da purificação e da melhora da qualidade de vida nas cidades.

Ainda segundo o autor, até o século XIX, os jardins foram criados pela aristocracia vigente na época, como espaços exclusivos, feitos para o seu próprio deleite, onde se faziam as práticas sociais da boa educação, das normas e dos comportamentos a serem seguidos, além de serem ótimos lugares para "ver e ser visto". Por isso, apesar de "públicos", os jardins eram marcadamente espaços de segregação, pois eram feitos para evitar a desordem e a alegria das praças, estabelecendo elegantes espaços e cenários para a elite.

Hoje o papel dos jardins públicos mudou e estes passaram a ser caracterizados por serem espaços públicos gramados e floridos, ou mesmo, parte de um parque fechado, com canteiros e plantas, marcados por espaços de lazer contemplativo. Hardt (1998 apud CUNHA, 2002, p. 29), divide os jardins públicos em dois: "a praça ajardinada e fechada por grades ou cercas como o Passeio Público do Rio de Janeiro e de Curitiba e o "square" inglês, um jardim público rodeado de imóveis e usado como praça de amenização".

3.3.1.4 Playground

Segundo Cunha (2002), o termo em inglês "*playground*" é comumente utilizado em projetos de arquitetura e urbanismo e não possui tradução específica que seja utilizada

em português. Significa "lugar de brincar ou jogar" ou "área de recreação". No Brasil, os *playgrounds* estão associados a pequena porção de uma praça ou parque, guarnecida com brinquedos infantis, como escorregares e balanços, por exemplo. São conhecidos, como parquinhos infantis, por terem um mobiliário muito característico da primeira infância (0 a 5 anos). Nos Estados Unidos, os *playgrounds* estão ligados a grandes áreas gramadas ou pavimentadas, equipadas com brinquedos, quadras esportivas, equipamentos para jogos e ginástica, atendendo aos usuários mais jovens e também as faixas etárias adultas.

Percebe-se, que os *playgrounds* mais prósperos, são aqueles localizados próximos a ruas movimentadas, com o frequente uso feito por crianças. Os *playgrounds*, em muitos casos, parecem desinteressantes para as crianças das periferias, que dão preferência às ruas e às calçadas, conforme será exposto no capítulo seguinte.

3.3.1.5 Passeio e Calçada

Para Cunha (2002), a calçada ganhou status de espaço público a partir dos anos de 1600, quando a ordem espacial e formal das ruas incidiu na transformação das cidades, por meio da estruturação de ruas e avenidas largadas, ladeadas por passeios. Foi nessa mesma época em que ocorreu a distinção entre o espaço do pedestre e o espaço dos veículos de transporte de pessoas.

Para Marcaró (1996), as vias de circulação de pedestres podem ser os passeios, as pistas esportivas, bem como os caminhos inseridos dentro de outros espaços públicos, como os parques, as praças e os jardins. O passeio, ainda, é muitas vezes obstruído por mobiliários urbanos, que vão desde postes de iluminação, placas de orientação, propagandas, telefones públicos, árvores e bancos. O autor ainda pressupõe que os passeios, calçadas ou calçadas, têm o potencial de serem suportes para a arborização urbana, utilizada como forma embelezamento, para melhoria do microclima e da qualidade de vida.

No entendimento de Jacobs (2009), passeios, calçadas e calçadas são espaços de livre circulação, criados para os pedestres, sem a passagem de automóveis. É o lugar onde os pedestres se misturam e mantêm contato entre si. A calçada é um lugar público, de livre

circulação, que tem o potencial de unir socialmente aquelas pessoas que não se conhecem pessoalmente.

Assim, para que o contato aconteça, em uma sociedade cada vez mais marcada pelo privatismo/individualismo, é preciso, que os laços de confiança sejam reestabelecidos entre os transeuntes:

Ela nasce de pessoas que param no bar para tomar cerveja, que recebem conselhos do merceiro e dão conselhos ao jornaleiro, que cotejam opiniões com outros fregueses da padaria e dão bom dia aos garotos que bebem refrigerante à porta de casa, de olho nas meninas enquanto esperam ser chamados para o jantar, que advertem as crianças que ouvem o sujeito da loja de ferragens que há um emprego e pegam um dólar emprestado com o farmacêutico, que admiram os bebês novos e confirmam que um caso realmente desbotou (JACOBS, 2009, p. 59).

A prática do lazer infantil nas calçadas, também é abordada pela autora:

As crianças precisam de uma boa quantidade de locais onde possam brincar e aprender. Precisam, entre outras coisas, de oportunidades para praticar todo tipo de esporte e exercitar a destreza física - e oportunidades mais acessíveis do que aquelas de que desfrutam na maior parte dos casos. Ao mesmo tempo, no entanto, precisam de um lugar perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções do mundo (ibid., p. 88)

Dessa forma, as calçadas, passeios e calçadões, também possuem o papel de unir as pessoas e de promover o lazer na cidade, pois são espaços de encontro e de aprendizagem. Tais lugares surgem como oportunidade de fazer revigorar a vida urbana, por meio do estímulo ao contato interpessoal.

3.3.1.6 Morros e Matas Nativas, Orlas de Mar, Rios e Lagoas

Segundo Cunha (2002), até o final do século XIX, o entendimento e a preocupação com a conservação dos espaços livres e dos recursos naturais eram muito pobres. Não obstante isso, as áreas verdes, os rios, e as orlas, bem como os espaços livres, já eram tidos como áreas de esparcimento e de lazer das pessoas. Mesmo assim, tais espaços não eram integrados a cidades, ou seja, eram vistos como áreas à parte do meio urbano.

A título de exemplo, como já abordado neste trabalho, os espaços verdes, até finais do século XIX e início do século XX, no Brasil, eram extirpados da cidade e não se enxergavam os morros, os alagados e matas, como áreas de complexos ecossistemas integrados. Por conseguinte, a destruição de tais espaços foi considerável nesse período.

Na cidade de Vitória, por exemplo, os alagados foram eliminados, durante as reformas sanitaristas do século XX por serem considerados insalubres. Mesmo assim, o movimento sanitarista europeu e o surgimento do ideal das cidades-jardins²⁰, começaram a esboçar, ainda que de maneira superficial, certa preocupação com os ambientes naturais.

Já na atualidade, é comum observar, cada vez mais, o surgimento de áreas ambientalmente protegidas, como as encostas de morros, as matas nativas, as áreas à beira mar e os cursos d'água dentro ou fora das áreas urbanas. Em muitos casos, tais espaços podem estar inseridos em parques urbanos, como atrativos de lazer para os cidadãos. Apesar disso, nota-se que nas cidades tal potencial não é utilizado pelos planejadores urbanos em sua máxima eficiência, tornando tais recursos naturais, inutilizáveis ou inacessíveis, em muitos casos. Tomando como exemplo a cidade de Vitória, espaços verdes ainda são subutilizados pelo Poder Público e pela população, como é o caso do Maciço Central, área de preservação ambiental, com resquícios de mata atlântica e mesmo a Reserva do Lameirão, área de Unidade de Conservação Ambiental, marcada pela presença de canais transitáveis e de vegetação de manguezal, que, se utilizados de maneira adequada, respeitando os limites dos ecossistemas, poderiam ser apropriados pela população da cidade.

Cunha (2002) aduz que tais sítios físicos poderiam ser aproveitados para a renovação das estruturas urbanas já existentes, através da criação de estruturas urbanas públicas ou privadas. A exemplo, pode-se citar os parques lineares, que seguem os cursos dos rios, das encostas das orlas marítimas das cidades, respeitando o ecossistema presente e permitindo que a população se aproprie desses espaços. O Projeto Orla Viva, a ser implementado na orla noroeste de Vitória, por exemplo, é um exemplo de como o Poder Público e a população podem se apropriar dos espaços ambientalmente protegidos através de passeios, do lazer contemplativo ou do lazer educativo, promovido pela educação ambiental.

²⁰ "A cidade-jardim tinha como premissa outro modelo de cidade, um novo estilo de vida, que não fosse alternativamente a vida urbana ou a vida rural. Consistiria em um modelo que iria assegurar "a combinação perfeita de todas as vantagens da mais intensa e ativa vida urbana com toda a beleza e os prazeres do campo, na mais perfeita harmonia"" (Howard, 2002, p. 108, citado por Gomes, M. A. S, 2013, p. 66).

Para Bittencourt (1983 citado por CUNHA 2002), as áreas à beira mar, à beira rio ou de lagoas devem ser classificadas como de interesse coletivo pelo Poder Público, de maneira que sejam preservados os cordões verdes no entorno desses espaços, seja através da criação de parques, praças, ou outros espaços de lazer público, como ciclovias, calçadas, entre outros.

Não obstante, não se pode deixar de levar em consideração as colocações de Serpa (2011) e de Paulo Cesar da Costa Gomes (2013), que levantam discussões sobre a valorização do solo urbano por intermédio da criação de espaços públicos, como os parques em áreas protegidas e a reurbanização de orlas, que acabam sendo vendidos como mercadorias pelo capital imobiliário, que se apropria da valorização desses espaços públicos e cria empreendimentos destinados às classes abastadas. Dessa forma, há sempre o risco da valorização e da expulsão dos pobres desses espaços públicos, caso o Poder Público não tome medidas para conter o avanço da valorização do solo urbano.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA ORLA NOROESTE DE VITÓRIA²¹

Neste capítulo será abordada a produção de espaços e equipamentos de lazer na região da baía noroeste, em especial nos bairros Grande Vitória, Nova Palestina, Maria Ortiz e Resistência. Esses bairros estão localizados em áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) de Vitória. Por serem ZEIS, concentram habitações de uma população de baixa renda, surgidas espontaneamente, cabendo ao Poder Público, trabalhar na demanda de regularização fundiária desses espaços, bem como na manutenção de uma melhor qualidade de vida para os seus moradores.

Os bairros escolhidos para compor esta pesquisa margeiam os manguezais da baía de Vitória, estando acoplados a eles, uma série de problemáticas ambientais e sociais, como o mau uso do solo urbano, em decorrência da ocupação desordenada criadas após o aterramento de áreas, a supressão da vegetação de manguezal original, bem como a poluição dos cursos hídricos pelo despejo de esgoto *in natura* ou de esgoto pluvial por todas as orlas estudadas.

O capítulo está subdividido entre os bairros da pesquisa e em cada um dos subcapítulos, explicita-se: [1] o **contexto do bairro**, onde é feita uma pesquisa da geohistória do bairro estudado, tomando como base os aspectos da urbanização e da supressão do suporte biofísico. Além disso, é feita uma análise atual das condições urbanas, humanas e ambientais dos espaços de estudo; [2] os **equipamentos da orla**, onde é feita uma análise dos equipamentos de lazer, sejam públicos ou privados, existentes ao longo das orlas estudadas, bem como os projetos e as perspectivas futuras dos espaços a serem gerados; [3] os **quadros de tipos de lazer**, onde é feita uma síntese dos programas de atividades de lazer existentes exclusivamente na orla bairro estudado; [4] as **considerações do lazer na orla do bairro**, onde são pontuadas as principais observações de campo detectadas na orla de cada bairro estudado.

²¹ As informações contidas neste capítulo são fruto de entrevistas com lideranças comunitárias e moradores dos bairros realizadas por meio do recurso da história oral e de entrevistas com questionários abertos e semiestruturados com técnicos da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade da Prefeitura Municipal de Vitória. E, conforme elucidado na metodologia, as identidades dos colaboradores foram preservadas.

4.1 Bairro Grande Vitória

4.1.1 Contexto do bairro

O bairro Grande Vitória, assim como outros bairros da orla noroeste de Vitória, está ligado à ocupação humana por meio de famílias carentes, sem alternativas de sobrevivência, durante as décadas de 1970 e 1980. Os programas de habitação popular foram os principais responsáveis pela atração de pessoas para a região onde hoje se encontra o bairro. É válido ressaltar que o espaço onde hoje existe o bairro é fruto de aterramentos da década de 1980, local onde as famílias inicialmente moravam em palafitas, situação de extrema precariedade, conforme se observa na **foto 12**.



Foto 12. Casas construídas sobre palafitas em São Pedro. Fonte: Documentário São Pedro Lugar de Toda Pobreza. Direção: Amylton de Almeida. Produção: Rede Gazeta, 1983. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QyK-yusEtaY>. Acesso em: 28 fev. de 2015.

O bairro surgiu no ano de 1981, época em que o Poder Público reprimia fortemente os movimentos sociais de luta pela moradia. As moradias (de materiais artesanais) na região da orla noroeste costumavam ser construídas e, em seguida, derrubadas pela polícia. Porém, a repressão não surtia efeito. Logo após a derrubada dos barracos, outros eram construídos, de maneira que houve um momento em que a municipalidade se viu sem alternativas, senão, levar infraestrutura para aquele local. Como saíram "vencedores" no processo, os ocupantes denominaram o bairro de "Grande Vitória", pois acreditavam que sua luta na conquista do espaço para a construção de suas moradias, era uma "grande vitória" (DIAGONAL URBANA, PROJETO TERRA, SEDEC/DIT/GEO/PMV, 2006).

Ao mesmo tempo em que o Poder Público havia desistido de retirar os moradores da área, a situação de degradação aumentava, pois as famílias, além de viverem em uma área de manguezal, alagadiça, vivenciavam o cotidiano sobre o lixo onde as casas eram erguidas, sem qualquer tipo de infraestrutura adequada.

No ano de 1986, cinco anos após da criação do bairro, a administração de Hermes Laranja iniciou o processo de aterramento, eliminando o lixão e o manguezal remanescentes, além de lotear o bairro e criar vias de circulação.



Figura 16 e 17. Baía Noroeste - região do bairro Grande Vitória em 1978 e em 2012. Fonte: Veracidade (2014) e Google (2015). Disponível em: www.veracidade.com.br. Acesso em: 12 de dez de 2014

Apesar de todo o processo de supressão do suporte biofísico, em especial, do manguezal, muitas foram as mudanças qualitativas recebidas pelo bairro Grande Vitória

após o aterramento. Como exemplo, pode-se citar o traçado das ruas, que segue relativa organização, na maioria dos casos. As ruas são amplas, porém, faltam calçadas para a circulação de pedestres, oportunidade em que se observa o predomínio de pessoas circulando nas ruas em meio aos carros.

Como o bairro é resultado de um aterramento mal executado, as enchentes na orla são constantes. Os períodos de maré alta são marcados pelo alagamento da rua principal que corta a orla (rua do Canal). Como alternativa para contornar essa situação, os moradores constroem as suas casas sobre elevações, com a finalidade de fugir do risco da água invadir suas residências. Algumas ruas são mais baixas do que outras, permitindo o acesso à água pelas galerias de águas pluviais, culminando nos alagamentos.



Foto 13. Casa construída sobre elevado - Rua do Canal. Fonte: Fernando Sartório, 14 jan de 2014.

Conforme é possível observar na **foto 13**, algumas ruas não são asfaltadas, o que poderia facilitar o processo de drenagem da água pelo solo, porém, nas épocas de chuvas e de maré alta, o que se observa são as condições de alagamentos, ocasionando a construção de casas bem acima do nível do solo.

Ficou nítida durante a observação de campo, que a interferência do Poder Público no bairro foi/é muito baixa, tendo em vista a precariedade de serviços públicos prestados. As problemáticas relacionadas à escassez de equipamentos públicos, como escolas, áreas de lazer, urbanização, entre outros são exemplos das necessidades dos moradores do bairro. Nesse sentido, acredita-se que, conforme de Maricato (2006) afirma:

[...] a presença do Estado em áreas de ocupação ilegal, pode se restringir à troca de favores pontuais com finalidade eleitoral. De um modo geral, o Estado está ausente e esse vazio é ocupado por um poder paralelo (pág. 46).

Tal fato é corroborado pelo líder comunitário do bairro, quando o mesmo afirma que a presença de políticos nos bairros e nas adjacências é grande durante o período eleitoral. As promessas são diversas, mas dificilmente são cumpridas.

Os bairros da Grande São Pedro são loteados entre os vereadores. Cada um fica com um bairro para pedir votos e eles fazem várias promessas. O último vereador que nós apoiamos só esteve aqui na época das eleições. Ele ganhou, mas nunca mais apareceu (Líder comunitário do bairro Grande Vitória).

Essa prática é muito comum em bairros pobres das metrópoles. Alguns candidatos a cargos públicos aproveitam-se das necessidades pontuais desses bairros para angariar votos. Ao resolver tais necessidades, como o asfaltamento de ruas, a construção de praças ou algum outro equipamento específico, os políticos conseguem se manter no poder pois têm garantidos os votos dos moradores desses bairros. Na verdade, conforme Souza (2006) e Maricato (2011) elucidam, os problemas não são sanados, mas coexistem com troca de favores pontuais. Infelizmente, aqueles que mais precisam (os moradores) não percebem a existência desse jogo político e, por vezes, como é o caso das lideranças comunitárias, acabam sendo cooptadas por esses políticos, com promessas de cargos públicos comissionados, garantindo votos nos bairros de interesse.

No que concerne à presença do Poder Público, há um déficit de atenção considerável. Mesmo que insuficiente, com o passar dos anos, desde a fundação do bairro, houve melhorias na qualidade de vida da população, proporcionada pela chegada de equipamentos comunitários, como uma unidade de saúde, que acaba atendendo moradores do próprio bairro e de bairros adjacentes, além das escolas de educação infantil e ensino fundamental. Há a coleta de lixo diária, além do transporte coletivo intrabairro.

Em campo, foi verificado que a unidade de saúde enfrenta problemas de falta de profissionais e necessita ser ampliada, pois não atende às demandas apenas do bairro. O

bairro hoje conta com uma população de 4.402 pessoas, sendo que 45% do total são de jovens com até 24 anos, o que demonstra uma precariedade na estrutura educacional e mesmo de equipamentos de lazer para o público em geral.

Tabela 1. População residente por sexo e grupo de idade - bairro Grande Vitória

Grupo de Idade	Total	%	Homens	Mulheres	Proporção da População (%)	
					Homens	Mulheres
0 a 14 anos	1.189	27,01	611	578	51,39	48,61
15 a 24 anos	809	18,38	386	423	47,71	52,29
25 a 64 anos	2.208	50,16	1.018	1.190	46,11	53,89
acima de 65 anos	196	4,45	72	124	36,73	63,27
Total	4.402	100	2.087	2.315	47,41	52,59

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Dados da Sinopse

Elaboração: Fernando Sartório

No que se refere aos equipamentos públicos, o levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória (2013), intitulado Bairro a Bairro, afirma que o bairro dispõe dos seguintes equipamentos:

Tabela 2. Equipamentos Públicos por área de atuação - bairro Grande Vitória

Área de atuação	Equipamentos
Saúde	Unidade de Saúde
Educação	CMEI Eldina Maria Soares Braga EMEF Maria Stella de Novaes
Esporte e Lazer	1 campo de futebol ¹
Meio Ambiente	Parque Municipal da Fonte Grande
Serviços Urbanos	-
Administração Pública	-
Total de Equipamentos: 05	

¹ O equipamento não está localizado na orla.

Fonte: SEGES/GEO (2013)

Elaboração: Fernando Sartório

Cumprir destacar que existe considerável deficiência de equipamentos públicos no bairro. Em atividade de observação de campo, foi constatada a necessidade da implantação de uma escola de nível médio para atender aos públicos adolescente e adulto. Além disso, se faz necessária a implantação de equipamentos públicos de lazer

no bairro, uma vez que existe somente um campo de futebol *society*²², que não atende à todos os moradores do bairro, na perspectiva de que proporciona uma modalidade de lazer restrita apenas à prática esportiva.

4.1.2 Equipamentos na orla

A orla do bairro Grande Vitória não dispõe de equipamentos públicos de lazer. A rua do Canal, que corta toda a orla, é praticamente subutilizada pela população devido, principalmente, à problemática de alagamentos constantes e ao mau cheiro, ocasionado pelo despejo inadequado de esgoto e pela poluição da maré. Mesmo assim, a orla possui potencial cênico deslumbrante aos olhos de quem transita pelo local. Tal paisagem contrasta com as manilhas pluviais e com a precariedade de infraestrutura.



Foto 14. Banco e mesa improvisados pela comunidade. Ao fundo, o Mestre Álvaro.
Fonte: Fernando Sartório, 14 jan de 2014.

A população tenta, de alguma maneira, se apropriar do ambiente da orla, construindo bancos de madeira, mesas ou mesmo jardinando os espaços públicos (**foto 14**). A orla voltada para a maré sobrevive com os cuidados da população local. Reconhece-se aqui, a necessidade de relatar essa parte da vida cotidiana dos moradores do bairro Grande Vitória, que se veem esquecidos pelo Poder Público e, ao mesmo tempo, não hesitam proporcionar um pouco de beleza à sua orla. Sendo um dos poucos bairros da capital

²² Modalidade do futebol, jogada numa quadra retangular, com grama sintética.

que ainda não teve a orla reurbanizada, os moradores se sentem esquecidos, mas não deixam de empregar esforços na melhoria do local. Na maior parte da orla voltada para a maré, não foi observado o tão comum despejo de lixo. Em contrapartida, a orla do bairro voltada para o manguezal, enfrenta problemáticas mais graves. Segundo o líder comunitário entrevistado, os problemas ali são diversos. Os terrenos mais desvalorizados ao longo da orla do manguezal abrigam famílias com renda mais baixa. Foi possível observar em campo, pessoas atirando objetos no meio da rua ou no manguezal. Além do lixo, o entulho originário da construção civil é predominante, uma vez que, a construção de *domingueira*²³, como em qualquer bairro periférico, é o principal sustentáculo da destinação inadequada de entulhos nas áreas livres dos bairros.

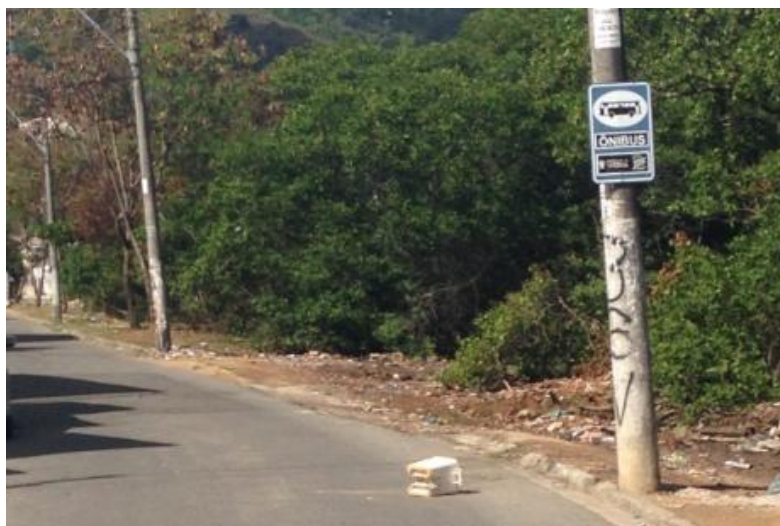


Foto 15. Orla manguezal - bairro Grande Vitória. Fonte: Fonte: Fernando Sartório, 14 jan de 2014.

A gente liga para o 156 para a prefeitura limpar isso aqui, mas não tem jeito, os moradores não respeitam e continuam jogando o lixo no mangue. A gente não sabe como vai ser o futuro disso (Líder comunitário do bairro Grande Vitória).

É possível observar que a principal forma de lazer praticada na orla, acontece em bares locais. Estes se apropriam das margens do canal, criando toda uma infraestrutura artesanal para atender aos clientes (**foto 16**). Não existe qualquer tipo de anuência do Poder Público sobre essa prática recorrente no bairro ou, se existe, nada é feito para coibi-la.

²³ Bonduki (2004) classifica as construções de *domingueira* como aquelas feitas nos finais de semana, onde há a colaboração de parentes de vizinhos na construção de casas e "puxadinhos". São casas ou construções feitas de maneira artesanal, sem o aval técnico, devido a precariedade de recursos daqueles que edificam.

De maneira diferente, na orla da praia de Camburi, os quiosques possuem tendas montadas com a anuência do Póde Público, onde apresentações de músicos animam os frequentadores do local. Essas tendas também são utilizadas para abrigar mesas e cadeiras dos quiosques ao longo da orla do mar (**foto 17**).



Foto 16. Privatização do espaço público por bares - bairro Grande Vitória. **Foto 17.** Quiosque na Praia de Camburi. Fonte: Fernando Sartório, 14 jan de 2014.

Segundo a liderança comunitária e o morador entrevistados, os frequentadores são os próprios moradores do bairro e trabalhadores locais:

Nas sextas-feiras, os funcionários da escola, os professores, vêm todos para esses barzinhos da orla. Eles montam esses toldos, colocam mesas e tem música ao vivo. Para melhorar a orla, já que a prefeitura não faz nada, eles (os donos dos bares) colocaram concreto aqui e improvisam esses jardins (Líder comunitário do bairro Grande Vitória).

Tal fato revela aquilo que Santos e Vogel (1985) e Jacobs (2009) debatem sobre as formas da população, sem alternativas, usufruir e se apropriar dos espaços públicos das diversas e mais criativas formas possíveis, formas estas, já abordadas neste trabalho. Mesmo com as problemáticas existentes, a orla apresenta certa centralidade no que diz respeito às práticas de lazer²⁴.

Tal centralidade fica evidente nos jogos de rua, nas brincadeiras infantis, na presença de adolescentes e de pescadores consertando suas embarcações, além dos bares que,

²⁴ Conforme Paulo Cesar da Costa Gomes (2013, p.269) afirma: "É fácil perceber que certos logradouros concentram atenção, repercutem os eventos, têm sempre olhos voltados para eles. Esses logradouros, por circunstâncias variadas, funcionam como uma espécie de cenário da vida urbana, um resumo das formas de sociabilidade, e constituem, assim, um ingrediente fundamental na definição de traços que caracterizam a cidade."

mesmo ilegalmente, se apropriam dos espaços públicos da orla, sendo este o lugar do encontro e da diversidade, mesmo que contraditória (público X privado).

A orla do bairro foi criada há cerca de 30 anos e, desde então, não recebe melhorias. Como alternativa, a própria população, e os donos dos bares fazem o ajardinamento do espaço, criam terraços cimentados para abrigar as mesas e cadeiras onde os clientes se sentam e desfrutam do fim de tarde no local. Por esse motivo, a orla voltada para a maré parece bem cuidada, atraindo os trabalhadores do entorno para o local nos finais de tarde e nos finais de semana.

Assim, a alternativa de apropriação que a própria população tem ocorre através da mercantilização do espaço, que foi "loteado" entre os donos dos bares, conforme evidencia a **foto 16**.

Esses barzinhos são frequentados pelo pessoal daqui da escola, eles trabalham e no final do expediente isso aqui fica lotado, principalmente na sexta-feira. O pessoal da unidade de saúde também vem pra cá. É uma melhoria que os donos dos bares fazem, já que não tem ninguém pra fazer (Líder comunitário do bairro Grande Vitória).

Segundo o técnico da prefeitura entrevistado, não foram feitas melhorias na orla do bairro Grande Vitória por falta de projetos e de iniciativas do Poder Público. Segundo o mesmo, o bairro precisa passar por um processo de drenagem, já que ocorrem intensos alagamentos nos períodos de maré alta.

A gente fez onde deu pra fazer, onde foi mais fácil elaborar os projetos e onde existiam espaços regularizados, a gente vai trabalhando assim. Às vezes existem entraves ambientais ou urbanísticos que demandam mais tempo para elaborar projeto e sair a liberação ambiental (Técnico da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade de Vitória)

Além disso, observou-se que as prioridades do Poder Público municipal, na atualidade, são outras, uma vez que foi lançado o Projeto Orla Viva. Porém, o que existe é apenas o projeto e não há previsão para o início dos estudos ambientais e orçamentários. O que se sabe, de acordo com as informações da prefeitura, é que será priorizada, inicialmente, a área que abrange o Polo Gastronômico do bairro Ilha das Caieiras.

Para o líder comunitário entrevistado, as causas da falta de investimentos na orla do bairro são políticas:

Nossa orla devia ter sido feita há muito tempo, mas nós não temos lideranças influentes. É tudo politicagem! As orlas que foram feitas, só saíram porque

esses bairros tem lideranças fortes e influentes na prefeitura (Líder comunitário do bairro Grande Vitória).

Entende-se que, pelo fato do bairro não ter sua orla urbanizada, o mesmo deveria ser prioridade de Políticas Públicas voltadas à reurbanização e à construção de equipamentos públicos de lazer. O Projeto Orla Viva prevê a reurbanização da orla do bairro, através da criação de deques de madeira por toda a sua extensão, além de atracadouros para as embarcações voltadas ao transporte público e privado, ao turista e à comunidade local.

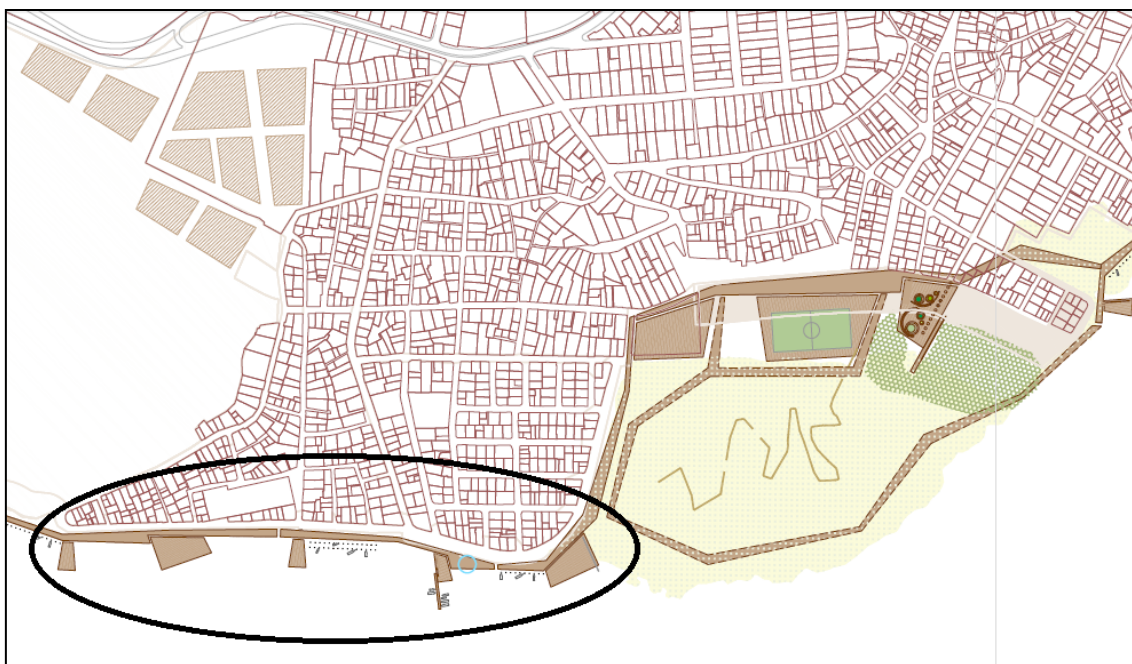


Figura 18. Projeto Orla Viva - bairro Grande Vitória. Fonte: Projeto Orla Viva (2014)

Na divisa do bairro Grande Vitória com o bairro Estrelinha está prevista a implantação de passeios públicos suspensos, manguezal adentro e de um campo de futebol. Certamente, tais equipamentos beneficiarão os moradores de ambos os bairros, e será uma possibilidade de apropriação do ambiente adjacente, que hoje passa por um intenso processo de degradação, conforme já comentado. A existência de passeios públicos suspensos dentro do manguezal permitirá que sejam realizadas atividades educativas e lúdicas, que promovam a preservação do ecossistema.

Em se tratando de equipamentos públicos já existentes no bairro, mas que não se encontram na orla, há um campo de futebol *society*, adjacente à rodovia Serafim Derenzi, construído através de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e a Secretaria Municipal de Obras, sob um investimento de R\$ 939.131,97

(administração de João Coser - 2005-2012), porém, foi entregue na administração municipal de Luciano Rezende, em 2013²⁵. Além do campo de futebol, o local conta com espaços livres e mesas de xadrez. Segundo a moradora do bairro, colaboradora da pesquisa, o equipamento é utilizado com frequência, sendo as partidas de futebol constantes, especialmente aquelas realizadas entre os times de bairros vizinhos e os do próprio bairro.

Aqui nesse campo tem sempre alguma coisa. De noite fica cheio de gente jogando futebol e acontecem torneios entre os bairros também. O pessoal de Estrelinha vem pra cá jogar. Também é um local onde aparecem muitos jovens a noite (Moradora do bairro Grande Vitória).



Foto 18. Campo de Futebol (1) - bairro Grande Vitória. Fonte: Fernando Sartório, 14 jan de 2014.



Foto 19. Campo de Futebol (2) - bairro Grande Vitória. Fonte: Fernando Sartório, 14 jan de 2014.

²⁵ Informações retiradas do portal da Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/bairro-grande-vitoria-vai-ganhar-campo-de-grama-sintetica-neste-sabado-12310>. Acesso em 12 jan. 2015.

4.1.3 Quadro de tipos de lazer

Quadro 3. Programa de Atividades de Lazer na Orla do bairro Grande Vitória

Alimentação
Bares: os bares estão majoritariamente localizados na Rua do Canal (orla do bairro) e na Avenida 11 de julho.
Esportes
Não existem
Recreação/Contemplação
Deques de madeira: espaços improvisados ao longo da orla da baía.
Jardins: espaços jardins e improvisados pelos moradores e donos de bares ao longo da orla.
Usos culturais/entretenimento
Música: os bares ao longo da orla criam estruturas de música ao vivo em alguns períodos da semana.
Outros usos
Observou-se que orla é frequentada por adolescentes como ponto de encontro.
Edifícios administrativos
Não existem.
Uso Comercial e de Serviços
O uso comercial e de serviços é frequente, mas não preponderante.
Uso Residencial
Ao longo da orla encontram-se, majoritariamente, residências.
Funções do Lazer¹
Função psicorrecreativa / Função psicocriativa
Interesses do Lazer²
Interesse social / Interesse artístico

¹ Ver funções do lazer segundo Iwanowicz (1997) no subcapítulo 2.2

² Ver interesses do lazer segundo Marcellino (2006) no subcapítulo 2.2

Elaboração: Fernando Sartório

4.1.4 Considerações sobre o lazer na orla do bairro Grande Vitória

Foram identificados quatro ambientes na orla do bairro Grande Vitória, que desempenham cada qual funções diferenciadas:

[1] o espaço é dedicado aos bares, que se apropriam da orla para acomodar seus clientes e vender suas mercadorias, ao mesmo tempo em que proporcionam melhorias urbanas ao longo dos lugares que ocupam.

[2] durante o dia e a noite, o espaço da orla recebe a presença de jovens, que ficam concentrados numa área onde desembocam manilhas de despejo pluvial. Esse local é uma espécie de ponto de encontro. Uma moradora entrevistada afirmou que ocorre a venda de entorpecentes ilícitos nesse local.

[3] existe o espaço dos pescadores, uma espécie de atracadouro improvisado, onde os mesmos deixam seus barcos às margens da orla. Nesse mesmo local há uma estrutura onde os trabalhadores fazem pequenos reparos em suas embarcações.

[4] o espaço da orla onde ocorre o ecossistema de manguezal é relegado pela população que ali vive, pois notório é o despejo de lixo e de restos de materiais da construção civil.

Apesar da precariedade, no que diz respeito às condições de equipamentos urbanos na orla, existe o Projeto Orla Viva, que prevê uma requalificação completa do ambiente. Mesmo assim, conforme já abordado, não se sabe quando o projeto será implantado.

A princípio, para que se pudesse desenvolver práticas de lazer ao longo da orla, ou seja, uma maior apropriação da população neste espaço, seria necessária uma reurbanização do ambiente, visto que as dificuldades com alagamentos são constantes. Mesmo assim, existe um potencial notoriamente desperdiçado pelo Poder Público. A orla poderia ser mais viva, se houvesse, primeiramente, a reurbanização, seguida de políticas públicas de animação cultural e de incentivos de investimentos do seguimento privado em alguns pontos da orla, já apropriados, à margem da legalidade, por este setor. Dessa forma, a população do bairro seria atraída para esse ambiente de grande potencial cênico, onde poderiam ser desenvolvidas as mais diversas práticas de lazer, ligadas à diferentes interesses e funções.

Os espaços de lazer abordados neste subcapítulo são apresentados no **mapa 2**.



Legenda

-  Limite do Bairro Grande Vitória
-  Limite de Bairros
-  Atracadouro
-  Campo de Futebol
-  Manguezal
-  Orla Privatizada (Bares)
-  Parque da Fonte Grande

Lazer, Cidadania e Desigualdade: Um Estudo Sobre Vitória - ES
Mapa 02: Bairro Grande Vitória

Local: **Vitória - Espírito Santo - Brasil**

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal WGS1984 - Fuso: 24S
Fonte de Inf.: Geobases (2010)/BingMaps (2011)

Área: 98,905 km² Escala: 1:5.500 Data Edição: 20/06/2014 Executado por: Fernando D. V. Sartório

Escala Gráfica
80 40 0 80 m

4.2 Bairro Resistência

4.2.1 Contexto do Bairro

O bairro Resistência tem o seu contexto de ocupação atrelado ao mesmo processo de outros bairros da baía noroeste de Vitória. Sua ocupação se efetivou a partir da saturação dos bairros vizinhos, que recebiam grande contingente populacional desde a década de 1970. Os projetos de urbanização dos bairros, o aterro do manguezal e os depósitos de lixo atraíam pessoas em busca de oportunidades e de um local para moradia. Foi nesse processo que surgiu o bairro Resistência que, conforme o próprio nome, recebeu tal denominação, pelas intensas lutas contra o Poder Público, que tentava, a todo custo, impedir o avanço da ocupação na área. Já em 1989, na administração municipal de Vitor Buaiz:

[...] a prefeitura adota a Política de Inversão de Prioridades, segundo relatório da Prefeitura Municipal de Vitória de 1992, com a finalidade de oferecer melhores condições de vida à população e garantir a preservação do manguezal. Conforme indica esse relatório, iniciou-se o processo de recuperação e preservação do manguezal, urbanizando as áreas, que segundo diagnóstico da própria Prefeitura, não dispunham mais de capacidade de auto-recuperação (DIAGONAL URBANA, PROJETO TERRA, SEDEC / DIT / GEO/PMV, 2006).

Após diversas intervenções pontuais de aterramento dos bairros, tendo como base, o lixo depositado nas áreas de ocupação, a Prefeitura Municipal de Vitória, por meio do Projeto São Pedro, já abordado neste trabalho, da administração municipal de Paulo Hartung (1993-1996), iniciou um projeto de saneamento planejado, com redes de água, esgoto e drenagem. Entre os bairros contemplados, esteve Resistência, que se valeu do uso de aterramento feito com restos do lixão que existia no bairro e entulhos, alternadamente (DIAGONAL URBANA, PROJETO TERRA, SEDEC/DIT/GEO/PMV, 2006) .

O bairro Resistência sempre foi parte de políticas públicas pontuais, sendo um dos últimos bairros a serem urbanizados em Vitória, processo que só veio a acontecer na década de 1990. Com o avanço da cidade sobre as áreas de manguezal, a Prefeitura de Vitória, então, passou a fiscalizar e a ratificar políticas efetivas que iam contra a devastação o ecossistema de manguezal. Para isso toda a área de manguezal foi delimitada (ZECCHINELLI, 2000).



Figura 19 e 20. Baía Noroeste - região do bairro Resistência em 1978 e em 2012. Fonte: Veracidade (2014). Disponível em: www.veracidade.com.br. Acesso em: 12 de dez de 2014

Segundo Klug et al (2002, p 04), em estudo sobre as condições sanitárias do bairro:

[...] em 1998, foi identificado que o abastecimento de água abrangia quase a totalidade das residências, com 99,71% das famílias sendo servidas pela rede pública. O lixo de 99,04% da população era recolhido pela coleta pública, o esgotamento sanitário atendia à 92,89% dos domicílios e a energia elétrica abrangia a 86,945 das residências. Esse levantamento identifica o alto grau de urbanização que se atingiu no bairro, demonstrando que no âmbito sanitário a população se encontrava em boas condições, garantindo, em parte, a qualidade e vida da população residente no bairro de Resistência.

Apesar disso, segundo o ativista comunitário do bairro, entrevistado nesta pesquisa, os moradores, na atualidade, se sentem isolados dos demais bairros da capital, em especial dos outros bairros da Grande São Pedro, mais urbanizados e dotados de mais comércio:

A gente queria ter acesso a Nova Palestina, por uma rua que passaria próxima a pedra que divide os dois bairros, mas parece que o IEMA não permitiu a construção dela, porque passaria sobre o manguezal. Hoje nós temos que subir o bairro e ir para a rodovia para ter acesso aos outros bairros da Grande São Pedro. Como não temos muito comércio por aqui, temos sempre que fazer esse caminho (Ativista do bairro Resistência).

Durante a observação de campo, ficou claro que o bairro é dividido. Há uma parte do bairro que está localizada sobre uma formação rochosa, área esta chamada de Alto Resistência. Segundo o morador entrevistado, juntamente com o ativista do bairro, existe certo preconceito com os moradores desse local, tendo em vista que é onde se escondem traficantes e usuários de drogas. Essa área não é acessível por meio de transporte coletivo, por isso, não foi visitada. Nela não há escolas ou equipamentos públicos, sejam de lazer ou outros. Por isso, pode-se dizer que esta parte do bairro fica isolada sobre uma grande formação rochosa.

Outra problemática que incomoda os moradores do bairro Resistência é o fato do bairro ser conhecido como o "bairro do lixão".

Quando se fala em Resistência, pensam logo no lixão. Somos o bairro do lixão. Não queremos mais isso. Hoje a prefeitura quer nos obrigar a aceitar cooperativas de reciclagem e a Unidade de Transbordo. (Ativista do bairro Resistência).

De fato, em reuniões com o Poder Público, os moradores do bairro e as lideranças comunitárias sempre deixam expressamente clara a insatisfação com a presença da Unidade de Transbordo no bairro. Esta é responsável por receber o lixo produzido por Vitória e reenviá-lo para aterros sanitários da Grande Vitória. A existência dessa usina desagrada os moradores do bairro.

Nós não queremos ser conhecidos como o bairro do lixão. Nesta área ocupada pela Usina de Transbordo, podia existir um parque, uma escola de Ensino Médio que não temos e várias outras coisas em benefício da comunidade. Mas a prefeitura insiste em manter esse espaço como Transbordo. Ele atrai urubus e mal cheiro. Além disso, querem criar cooperativas de catadores aqui e nós não queremos. Eles insistem nisso (Ativista do bairro Resistência).

Fica claro que os moradores do bairro discordam da presença da Unidade de Transbordo e que almejam melhorias e novos espaços públicos, com equipamentos que melhorariam a qualidade de suas vidas. O bairro carece de todos os tipos de equipamentos públicos, e é nítido o desconforto e o desapego que os moradores têm com o próprio bairro. Apesar de ser um bairro com uma usina de transbordo de lixo, algumas ruas são cobertas por lixos e entulhos, jogados pelos próprios moradores, o que demonstra certo desapego com o bem-estar geral da população, além da falta de cuidado com o próprio lugar de moradia. Em entrevista com um técnico da prefeitura de Vitória, tal fato foi elucidado:

Eu me canso de mandar limpar entulhos deste bairro. Aqui as pessoas não têm consciência nenhuma do nosso trabalho. Gastamos milhares de reais todos os meses para tentar manter a cidade limpa, mas é isto que presenciamos. E se não limparmos, eles ainda reclamam (Técnico da Secretaria de Serviços da Cidade)

Diante deste fato, fica clara a necessidade de uma política pública de educação ambiental, que trabalhe a problemática do lixo com as crianças do bairro na própria escola, bem como com as famílias residentes. É difícil conceber que, em um bairro que conta com uma Usina de Transbordo não exista este tipo trabalho.

No que diz respeito à população do bairro, observa-se uma elevada concentração de indivíduos entre 0 e 14 anos e entre 25 e 64 anos, o que demonstra uma clara necessidade por equipamentos de lazer, porquanto esse público gera a maior demanda, mas é importante deixar claro que não somente este público deve ser atendido, mas todos os moradores. Existe, também, uma demanda por mais escolas, em especial de nível médio, que ainda não existem no bairro.

Não obstante, a população idosa do bairro também tem a sua demanda de equipamentos, como academias populares e um Centro de Convivência da Terceira Idade.

Tabela 3. População residente por sexo e grupo de idade - bairro Resistência

Grupo de Idade	Total	%	Homens	Mulheres	Proporção da População (%)	
					Homens	Mulheres
0 a 14 anos	1.793	27,08	927	866	51,7	48,3
15 a 24 anos	1.307	19,74	650	657	49,73	50,27
25 a 64 anos	3.249	49,08	1.510	1.739	46,48	53,52
acima de 65 anos	271	4,09	107	164	39,48	60,52
Total	6.620	100	3.194	3.426	48,25	51,75

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Dados da Sinopse

Elaboração: Fernando Sartório

No que concerne aos equipamentos públicos, o levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória (2013), intitulado Bairro a Bairro, afirma que o bairro dispõe dos seguintes equipamentos:

Tabela 4. Equipamentos Públicos por área de atuação - bairro Resistência

Área de atuação	Equipamentos
Saúde	Centro de Vigilância em Saúde Ambiental (CVSA) Unidade de Saúde - Resistência
Assistência Social	Centro de Referência da Assistência Social - Região São Pedro Ter. II
Trabalho e Renda	Telecentro - T R
Educação	CMEI Anísio Spínola Teixeira EMEF Rita de Cássia Silva Oliveira EMEF Ronaldo Soares Espaço Brincarte de Resistência
Esporte e Lazer	1 campo de futebol ¹ 1 mini quadra futsal - orla 1 <i>playground</i> - orla
Serviços Urbanos	Museu do Lixo Unidade de Transbordo
Administração Pública	Secretaria Municipal de Serviços
Total de Equipamentos: 13	

¹ O equipamento de lazer **não** está localizado na orla

Fonte: SEGES/GEO e coleta de dados em campo.

Elaboração: Fernando Sartório

4.2.2 Equipamentos na orla

Ficou claro durante a observação de campo, que o bairro Resistência, mesmo depois de décadas de urbanização, conta muito pouco com a presença do Poder Público na efetivação de uma política de lazer, seja através da construção de equipamentos específicos, seja por políticas de animação. A orla do bairro é majoritariamente residencial e conta apenas uma pequena praça, no ponto final da rua Beira Mar (**foto 20**), via onde se localiza no contorno da orla, rente ao canal do Lameirão, área de manguezal do bairro, conforme observa-se no **mapa 3**.

A única praça existente chama-se Praça Ofélia Candeias Coutinho (**foto 21**). Esta praça também é conhecida como praça do ponto final, pois é o último local de parada das linhas de ônibus que circulam no bairro. O espaço conta com uma miniquadra de futsal, bem como, com um *playground* com um escorregador, dois balanços e alguns bancos no entorno. A mini quadra de futsal não se encontra em boas condições para uso, já que a última reforma que ocorreu no espaço foi na administração municipal anterior, de João Coser (2005 - 2012).



Foto 20. Rua Beira Mar. **Foto 21.** Praça Ofélia Candeias Coutinho.
Fonte: Fernando Sartório, 02 abr de 2014.

Por estar num extremo do bairro, a praça é pouco frequentada pelos moradores. A própria rua da orla é mais frequentada por profissionais que trabalham com a pesca e a coleta de mexilhões. A apropriação da orla para a prática de lazer é quase inexistente, pois até mesmo soltar pipas no local, por exemplo, é complicado, devido a quantidade de árvores do manguezal e da fiação elétrica que recobre a rua.²⁶

²⁶ Nesse sentido, conforme aponta Marcellino (2008), em uma política pública de lazer eficaz, é preciso se perguntar: há equipamentos públicos subutilizados? Como os equipamentos estão distribuídos? Como são gerenciados? Observa-se, com clareza, que não há uma política de animação no bairro, que propicie a apropriação dos equipamentos de lazer gerados.



Foto 22 e Foto 23. Apropriação espontânea da orla (1) e (2).
 Fonte: Fernando Sartório, 02 abr de 2014.

Apesar disso, existem práticas pontuais realizadas pelos próprios moradores, com o intuito de melhorar as características do espaço urbano da orla. Cansada da espera do Poder Público, a iniciativa de uma moradora mudou os aspectos visuais de parte da orla, criando um mini *playground*, com escorregador, balanço e bancos, além do ajardinamento em pneus coloridos (**fotos 22 e 23**).

Próximo a orla do bairro, já nos arredores da Unidade de Transbordo, na rua São Sebastião, existe um campo de futebol (**foto 24; ver localização no mapa 3**), que há décadas é objeto de várias discussões entre os moradores do bairro e a administração municipal. Este campo de futebol encontra-se mal cuidado e em total estado de abandono. Todo o gramado do campo já foi praticamente substituído por chão de terra batida. Mesmo diante das dificuldades, o campo não é subutilizado, uma vez que ocorrem nele campeonatos entre os moradores do bairro e de outros bairros adjacentes, conforme ressaltado por morador do bairro.



Foto 24. Campo de Futebol - bairro Resistência. Fonte: Fernando Sartório, 02 abr de 2014.

Sobre as condições do campo de futebol, o ativista do bairro afirmou:

As condições do campo são ruins, mas a gente joga mesmo assim. Falta uma arquibancada ali. Vem muita gente jogar aqui a tarde e o resto do pessoal fica sentado no chão assistindo (Ativista do bairro Resistência).

O entorno do campo de futebol, mesmo apresentando condições precárias, é apropriado para diferentes práticas de lazer, como soltar pipas, por exemplo, haja vista que é um espaço aberto e viável para a prática.

Fica notória, portanto, a falta de espaços públicos de lazer bem equipados no bairro. A mini quadra de futsal e o *playground* localizados na Praça Ofélia Candeias Coutinho (**foto 25**) podem ser considerados como equipamentos de lazer subutilizados, pois, segundo alegações do ativista comunitário entrevistado nesta pesquisa, o local é ponto

de venda de drogas, o que inibe a presença de crianças e jovens no local para a prática do lazer.²⁷



Foto 25. Mini quadra de Futsal - bairro Resistência. Fonte: Fernando Sartório, 02 abr de 2014.

Quase metade da população do bairro Resistência é composta por jovens com idade até 24 anos (cerca de 46,82% do total), totalizando uma soma de mais de 3.000 indivíduos. Questiona-se, diante dessa situação, como é possível apenas dois equipamentos públicos de lazer, darem conta de uma população tão expressiva? Nesse sentido, a própria população busca alternativas, visto que o Poder Público é quase ausente neste aspecto.

Observou-se em campo, que boa parte da população jovem do bairro desenvolve atividades de lazer nas ruas. Mendonça (2007) salienta que tais práticas são muito comuns em bairros de periferia, em razão de que, nesses locais, as relações de vizinhança são mais estreitas, bem como o fator segurança (proximidade da residência) também é levado em consideração pelos moradores. Ademais, muitas vezes, mesmo com a presença de equipamentos específicos de lazer, a população desses bairros optam por desenvolver atividades na rua. Para Paulo Cesar da Costa Gomes (2013), a rua é um convite ao movimento, ou seja, espaços de passeio ou mesmo de permanência, onde é possível observar o acontecimento da vida urbana.

No bairro Resistência, ficou clara, através da observação de campo, a opção de jovens e adultos por soltar pipas, andar de bicicleta e jogar futebol com travinhas nas ruas, em

²⁷ Conforme as citações de Santos e Vogel (1986), Serpa (2011) e Jacobs (2008), no item 3.3 deste trabalho, os equipamentos urbanos de lazer podem ser fracassados, caso não estabeleçam contato direto com a população do entorno. *Playgrounds* podem ser lugares fracassados, caso não atendam aos interesses das crianças e dos pais. O fator segurança também é de extrema importância, sendo que, isolamento do equipamento, neste caso, culmina em sua subutilização.

especial nas ruas menos movimentadas, onde o fluxo de veículos é menor. Mesmo na principal avenida do bairro (Avenida Brasil), a ocorrência de brincadeiras de rua tem considerável presença. Atrelado a este fato e, a fim de diminuir os riscos de acidentes envolvendo crianças e veículos em alta velocidade, os moradores têm o hábito de construir quebra-molas improvisados em algumas vias de circulação mais intensa.

O Projeto Orla Viva prevê, assim como no bairro Grande Vitória, a construção de um atracadouro local e a total reurbanização da orla por meio da construção de deques de madeira e de passeios contínuos.



Figura 21. Projeto Orla Viva - bairro Resistência. Fonte: Projeto Orla Viva (2014).

Segundo o ativista do bairro, colaborador desta pesquisa, a administração municipal diz pretender implantar o Projeto no bairro, caso os moradores aceitem a Unidade de Transbordo, bem como as cooperativas de reciclagem.

Nessa discussão também estão participando secretários da PMV e uma promotora do Ministério Público Estadual. Nessas discussões (provocadas pela comunidade) a PMV tem tentado a todo custo usar de nossos direitos (como por exemplo a orla) como moeda de troca dizendo que se a comunidade aceitar o que eles querem a o projeto Orla Noroeste começaria aqui pela comunidade de Resistência desde que a comunidade aceitasse a permanência da unidade de transbordo e a vinda de três cooperativas para o bairro (Ativista do bairro Resistência).

Logo, o que seria um direito da comunidade, parece estar sendo utilizado como moeda de troca para atender a interesses específicos da administração municipal. Vale ressaltar que a orla do bairro Resistência necessita de uma intervenção com certa urgência, pois, além de não ser urbanizada, possui dezenas de manilhas de esgoto, que despejam dejetos tóxicos ao ecossistema de manguezal, além de ser um contaminante dos mexilhões, conforme ressaltado por Klug et al (2002).

4.2.3 Quadro de tipos de lazer

Quadro 4. Programa de Atividades de Lazer na Orla do bairro Resistência

Alimentação
Não existe.
Esportes
Mini Quadra Futsal.
Recreação/Contemplação
<i>Playground improvisado:</i> espaço com escorregador e balanços.
<i>Playground:</i> construído pelo Poder Público.
Jardins: espaços jardinados e improvisados pelos moradores, rentes ao manguezal.
Usos culturais/entretenimento
Não existem.
Outros usos
Não existem.
Edifícios administrativos
Não existem.
Uso Comercial e de Serviços
Não existem.
Uso Residencial
Ao longo da orla encontram-se, majoritariamente, residências.
Funções do Lazer¹
Função psicorrecreativa.
Interesses do Lazer²
Interesse social / Interesse Esportivo.

¹ Ver funções do lazer segundo Iwanowicz (1997) no subcapítulo 2.2

² Ver interesses do lazer segundo Marcellino (2006) no subcapítulo 2.2

4.2.4 Considerações sobre o Lazer na Orla do Bairro Resistência

No que concerne ao uso da orla do bairro Resistência para a prática do lazer, ficou constatada uma subutilização do espaço, em especial, pois:

[1] a orla não é atrativa, uma vez que encontra-se recoberta por entulhos e lixo por todo seu curso.

[2] existe uma tentativa pontual, de uma moradora em específico, de revitalizar a orla do bairro, por meio do ajardinamento e da construção de um *playground* infantil (ver localização no **mapa 3**). Mesmo com esse processo, o espaço revitalizado pela moradora é subutilizado, o que demonstra certa distância da população para com a orla.

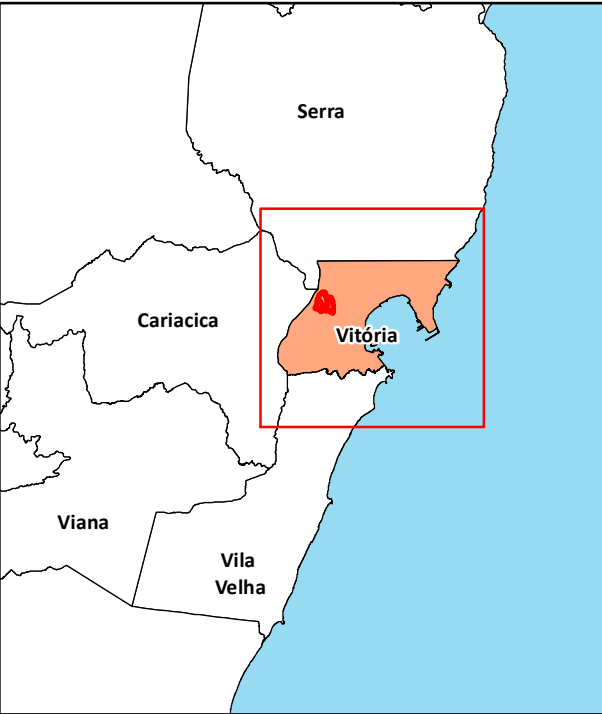
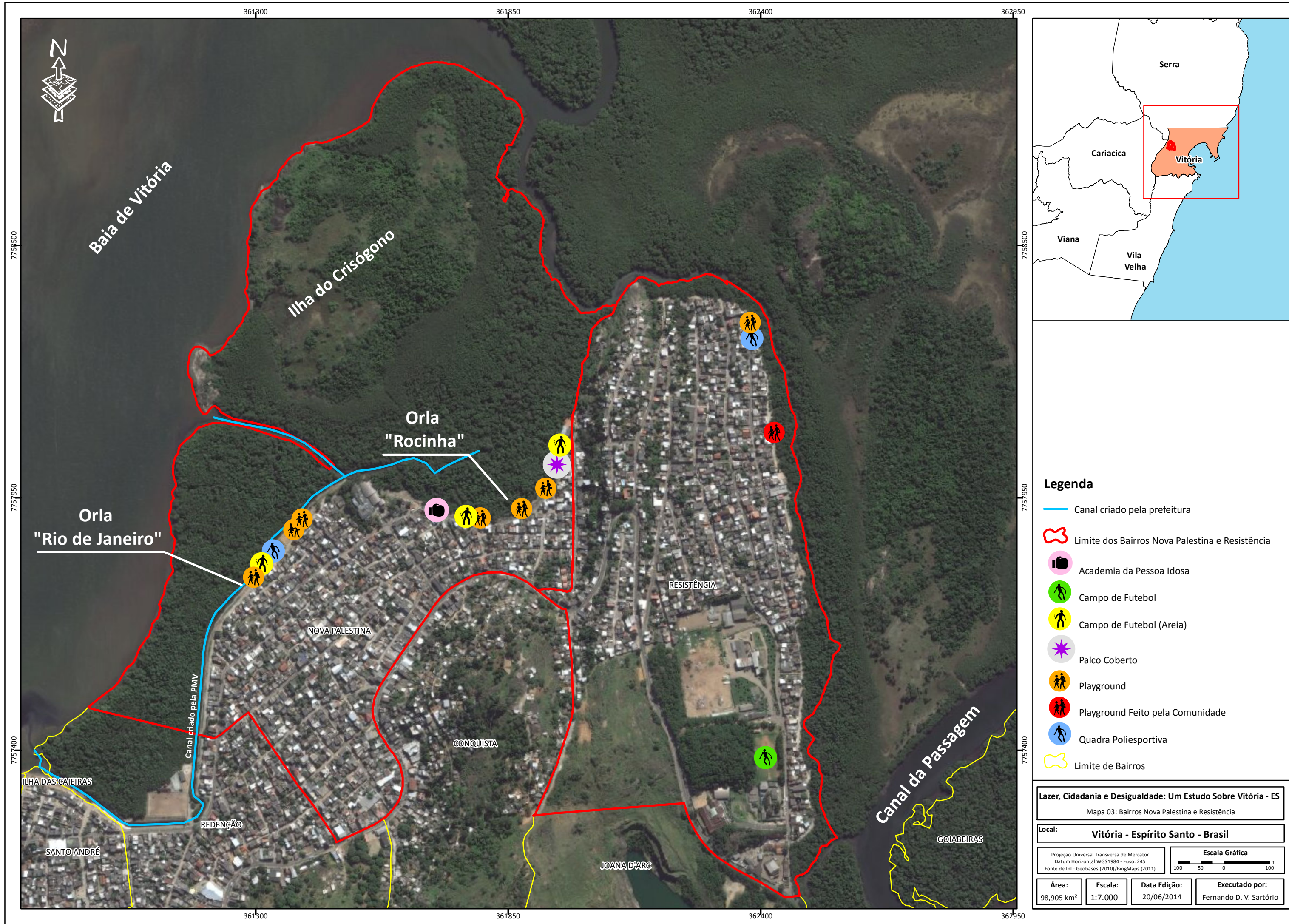
[3] a orla é mais utilizada por pescadores e catadores de mexilhões, que percebem a orla como um ambiente para a queima de mariscos, ou seja, um espaço de trabalho.

[4] existe um sentimento na população de que a orla do bairro está abandonada pelo Poder Público, porquanto houve nas orlas dos bairros adjacentes um processo de reurbanização e a orla do bairro Resistência não foi contemplada pela política pública.

Consoante elucidado, a orla do bairro Resistência não possui qualquer tipo de infraestrutura que atraia os moradores para o local. Em se tratando de uma orla coberta por vegetação de manguezal, como acontece em outros bairros da cidade de Vitória, a destinação de lixo e de materiais da construção civil são frequentes ali.

Com o escopo de atrair pessoas para o ambiente, seria necessário a implantação do Projeto Orla Viva, que prevê a construção de passeios por toda a orla, passeios manguezal adentro, bem como um atracadouro local para que os trabalhadores, moradores e turistas pudessem utilizá-lo. Uma política pública de animação cultural também teria eficácia, uma vez que é raro encontrar qualquer iniciativa do Poder Público em levar animação para o bairro.

Ficou diagnosticado em campo, que a divisão entre as lideranças comunitárias do bairro pode ser um fator decisivo na dificuldade para que intervenções públicas sejam feitas não somente na orla, como no bairro como um todo. Isso quer dizer que não há um alinhamento político entre as lideranças e o Poder Público.



Legenda

- Canal criado pela prefeitura
- Limite dos Bairros Nova Palestina e Resistência
- Academia da Pessoa Idosa
- Campo de Futebol
- Campo de Futebol (Areia)
- Palco Coberto
- Playground
- Playground Feito pela Comunidade
- Quadra Poliesportiva
- Limite de Bairros

Lazer, Cidadania e Desigualdade: Um Estudo Sobre Vitória - ES
Mapa 03: Bairros Nova Palestina e Resistência

Local: Vitória - Espírito Santo - Brasil

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum Horizontal WGS1984 - Fuso: 24S
Fonte de Inf.: Geobases (2010)/BingMaps (2011)

Escala Gráfica
100 50 0 100 m

Área: 98,905 km²	Escala: 1:7.000	Data Edição: 20/06/2014	Executado por: Fernando D. V. Sartório
----------------------------	---------------------------	-----------------------------------	--

4.3 Bairro Nova Palestina

4.3.1 Contexto do bairro

A origem do bairro Nova Palestina remonta à época do surgimento do bairro Resistência, ou seja, entre meados das décadas de 1980 e 1990. O lixo depositado no bairro São Pedro III (atual bairro Santo André), durante a década de 1970 e as décadas posteriores, teve como consequência um grande fluxo migratório para o local. Apenas em 1989, durante a administração municipal de Vitor Buaiz, a prefeitura adotou a Política de Inversão de Prioridades, que previa a recuperação e preservação do manguezal e a urbanização das áreas invadidas. Até o início da década de 1990, boa parte da área do bairro de Nova Palestina já havia sido aterrada, por meio da mistura de argila com o lixo depositado no local. Mesmo compreendendo a necessidade de se preservar a área natural de manguezal, a administração municipal acabou aterrando áreas naturais, com a justificativa de que era necessário assentar as famílias sem moradias (DIAGONAL URBANA, PROJETO TERRA, SEDEC / DIT / GEO/PMV, 2006).

Uma das principais consequências do processo foi a supressão do manguezal. Inicialmente, conforme abordado por Barbosa (2004), a madeira das árvores do mangue (*Rhizophora mangle*) era utilizada na construção das casas. Todos os bairros desta pesquisa estiveram atrelados a esse processo. Nas imagens de satélite mostradas nas **figuras 22 e 23**, é possível observar mais detalhadamente este processo.



Figura 22 e 23. Baía Noroeste - região do bairro Nova Palestina em 1978 e em 2012 (1) e (2). Fonte: Veracidade (2014). Disponível em: www.veracidade.com.br. Acesso em: 12 de dez de 2014

Depois de ter sua urbanização configurada, o bairro tornou-se consideravelmente adensado, o que pode ser observado disposição das ruas e das calçadas que, por sua vez, são consideravelmente estreitas, o que faz com que boa parte da população circule nas ruas. Some-se a isso, foi criado um canal para que os pescadores pudessem sair do bairro para trabalhar, via embarcações (ver a localização do canal no **mapa 3**).

Com o passar do tempo, o adensamento trouxe como consequência a falta de espaços públicos livres para a implantação de equipamentos públicos. Segundo a liderança comunitária entrevistada:

O bairro nunca teve espaço pra nada. Foi uma luta para conseguir uma creche na época do Luiz Paulo, mas conseguimos. Também conseguimos a linha de ônibus 010 e recuperamos a Cruz - monumento do bairro.

A demanda por áreas de lazer sempre foi considerável, o que foi possível constatar em campo de observação, tomando como premissa a elevada quantidade de jovens brincando, tanto na orla, como nas ruas da cidade. Conforme é possível observar na **tabela 5**, o número de jovens é elevado, na perspectiva de que são, entre 0 e 24 anos, mais de 3200 indivíduos.

Tabela 5. População residente por sexo e grupo de idade - bairro Nova Palestina

Grupo de Idade	Total	%	Homens	Mulheres	Proporção da População (%)	
					Homens	Mulheres
0 a 14 anos	1.917	29,62	966	951	50,39	49,61
15 a 24 anos	1.347	20,82	667	680	49,52	50,48
25 a 64 anos	2.964	45,80	1.376	1.588	46,42	53,58
acima de 65 anos	243	3,76	108	135	44,44	55,56
Total	6.471	100	3.117	3.354	48,17	51,83

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Dados da Sinopse

Elaboração: Fernando Sartório

As crianças do bairro nunca tiveram opção de lazer antes da orla. Elas faziam fila no portão da minha casa, no dia das crianças, para eu distribuir brinquedos pra elas. [...] Eles brincavam de futebol no chão de terra batida, soltavam pipa, brincavam de futebol de travinha na rua e saíam pra pescar na maré (Moradora da orla de Nova Palestina).

Em campo, foi possível observar a ocorrência de jovens que se apropriam do canal construído pela Prefeitura, onde as embarcações ficam atracadas. Desse local, os jovens partem para ir para maré, a fim de pescar e nadar, conforme fala de uma antiga moradora de Nova Palestina.

O Projeto Orla foi implementado no bairro, trazendo certa diversidade de equipamentos de lazer, conforme é possível observar na **tabela 6**.

Tabela 6. Equipamentos Públicos por área de atuação - bairro Nova Palestina

Área de atuação	Equipamentos
Saúde	Academia Popular da Pessoa Idosa - Orla Unidade de Saúde
Assistência Social	Cajun de Nova Palestina
Educação	CMEI Zilmar Alves de Melo EMEF Neusa Nunes Gonçalves
Esporte e Lazer ¹	3 quadras de areia 1 quadra poliesportiva 6 <i>playgrounds</i>
Serviços Urbanos	Estação Bota Fora - Nova Palestina
Total de Equipamentos: 16	

¹ Todos os equipamentos de esporte e lazer estão localizados na orla

Fonte: SEGES/GEO e informações coletadas em campo pelo autor.

Elaboração: Fernando Sartório

Apesar da existência considerável de equipamentos de lazer, segundo lideranças comunitárias entrevistadas, existe a demanda por um Centro de Referência de Assistência Social, para atender às pessoas com cursos, para que não necessitem sobreviver apenas com o Bolsa Família²⁸ e de um terreno para a construção da sede do Movimento Comunitário de Nova Palestina.

Também existe a necessidade de se ligar o bairro Resistência à Nova Palestina por uma rua que cortaria a orla dos dois bairros. Tal requisição facilitaria o cotidiano das pessoas que precisam usar os equipamentos públicos de ambos os bairros. No entanto, a construção dessa via enfrenta entraves ambientais, já que, até a presente data, não houve a confecção de um projeto que seja liberado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente. Ressalta-se aqui que poderia haver uma supressão do ecossistema de manguezal. Contudo, questiona-se o fato de o Poder Público ter suprimido boa parte da vegetação de manguezal para aterrar o bairro e na oportunidade atual não colabora para a confecção de um projeto de uma via suspensa, que não interferiria no ecossistema. Acredita-se que falta vontade política para que essa proposta seja colocada em prática, ligando, finalmente, os dois bairros.

²⁸ Programa de transferência de renda do Governo Federal.

4.3.2 Equipamentos na orla²⁹

No período da administração municipal de João Coser (2005-2012), foi criado o Projeto Orla e um dos bairros contemplados foi o de Nova Palestina. Esse projeto reurbanizou toda a orla do bairro, possibilitando a criação de um limite urbano de ocupação do solo.

Além de prever a construção de equipamentos de lazer, o projeto foi uma alternativa para impedir o avanço da ocupação do manguezal (Técnico da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade).



Figura 24. Perspectiva Humanizada - Projeto Orla, bairro Nova Palestina (1). Fonte: Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV).



Figura 25. Perspectiva Humanizada - Projeto Orla, bairro Nova Palestina (2). Fonte: Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV).

Diversos foram os equipamentos de lazer implementados pelo Projeto Orla, entre os principais, podem-se destacar: construção de *playgrounds*, quadra poliesportiva, quadras de areia, pergolados, palco coberto, bancos para contemplação, jardins,

²⁹ Os equipamentos de lazer do bairro Nova Palestina são apresentados no **mapa 3**.

academia popular, decks de madeira e um calçadão que percorre todo o ambiente da orla.

De primeiro a gente tinha medo, porque eles queriam colocar uma quadra de bocha ali onde tem aquela caixa de areia. Mas quem é que joga bocha em Nova Palestina, gente!? Ninguém! Aquilo ia servir pro pessoal usar droga! Nós brigamos muito pra essa quadra de bocha não vir pra cá. Quadra de bocha funciona em Jardim da Penha, em Maruípe...aqui não...aqui não ia dar certo e todos os moradores foram contra! Na orla de lá (primeira fase), construíram um palquinho coberto. Eu sou contra, mas o líder de lá quis que construíssem. Deu no que deu! (Líder comunitária de Nova Palestina).

A implantação desse projeto mudou as características do lazer do bairro, tendo em vista que as modificações foram consideráveis. Antes, a orla do bairro era de terra batida e a rua principal se defrontava com o manguezal (**fotos 26 e 27**).

Os próprios moradores jogavam lixo, entulho, fazia varal de roupas. Até oficina tinha aqui. Os meninos jogavam futebol no chão de terra batida. Com a nova orla, as pessoas estão respeitando mais o lugar. O único problema aqui é a droga, mas isso tem em todo lugar. (Moradora da orla de Nova Palestina).

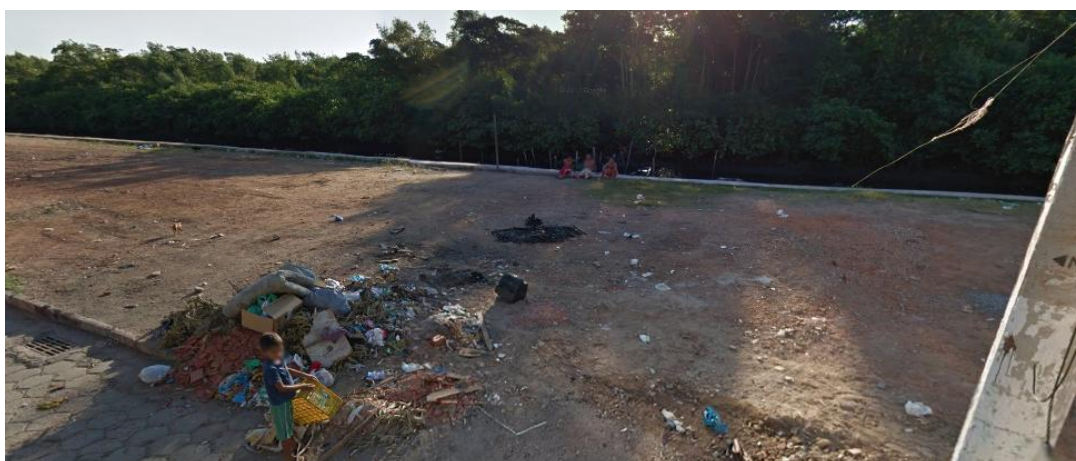


Foto 26. Antes da Urbanização da Orla - bairro Nova Palestina. Fonte: Google Street View (2011)



Foto 27. Apropriação da Orla - bairro Nova Palestina. Fonte: Google Street View (2014)

Mesmo com o projeto de urbanização implementado, ainda se vê a ocorrência de uma ocupação irregular em alguns poucos trechos da orla do bairro, conforme é possível observar na **foto 27**.

Os equipamentos que mais merecem destaque são a quadra de areia e a quadra poliesportiva, evidenciadas na **foto 28** onde os jovens praticam principalmente o futebol. Durante a observação campo, foi possível observar adolescentes jogando futebol, bem como crianças brincando nos *playgrounds* e caminhando no calçadão.



Foto 28. Quadra de areia e Quadra Poliesportiva - bairro Nova Palestina.
Fonte: Fernando Sartório, 02 abr de 2014.

Nova Palestina foi um dos bairros que recebeu ações de reurbanização de sua orla. Algumas lideranças, em especial dos bairros vizinhos, afirmam que a implantação do Projeto teve um cunho político.

Isso é tudo política. A gente não teve nossa orla urbanizada até hoje, porque nossa representatividade na prefeitura é pequena, não apoiamos a eleição do prefeito anterior (Liderança do bairro Grande Vitória).

Em que pese tal fato, é importante ressaltar que as obras do Projeto Orla estiveram incluídas no Orçamento Participativo do bairro, tendo sido eleita pela maioria da população, como uma prioridade para o local. Tendo em vista que, antes da implantação do Projeto Orla, as atividades de lazer no bairro eram escassas e se restringiam às brincadeiras de rua, como o futebol, soltar pipa, dentre outros tipos de recreação, com o Projeto Orla efetivado, foi possível que população se apropriasse de estruturas urbanas, antes inexistentes. A prática das caminhadas tornou-se comum, as brincadeiras em *playgrounds* tornaram-se uma nova oportunidade de lazer para as crianças, bem como, as quadras poliesportivas tornaram possível o surgimento de escolinhas de futebol e de outras atividades físicas.



Foto 29. Playground - bairro Nova Palestina. Fonte: Fernando Sartório, 02 abr de 2014.

Nesse sentido, as características do lazer mudaram e deixaram de ser tão improvisadas quanto antes. Mesmo assim, algumas persistem, como práticas inerentes aos bairros desta pesquisa, como a prática de soltar pipas, de montar travinhas nas ruas para se jogar futebol, andar de bicicleta entre as ruas do bairro, encontros de jovens na orla, entre outras. De acordo com uma moradora antiga entrevistada, o uso da orla trouxe muitas melhorias para o bairro:

Isso aqui ficou bom demais! Eu fico da minha janela vendo o pessoal caminhar, as crianças brincarem nos parquinhos. Você viu aquela caixa de areia que tem ali? Então, as mulheres fazem caminhada nela! Semana passada mesmo teve um palco lindo, onde fizeram aula de zumba. O problema é que o pessoal destrói tudo. Você viu o estado daquele balanço? Vê se é lugar de um marmanjo sentar? Mas eu não posso falar nada, não é? (Moradora da orla de Nova Palestina).

No entanto, na área da primeira fase da orla, observou-se certa subutilização. Na verdade, as pessoas têm medo de ir à orla e praticar lazer, tendo em vista o risco de se deparar com situações de tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Nova Palestina é dividida em "Rio de Janeiro" e "Rocinha". O pessoal da orla de lá ("Rocinha") não se mistura com o pessoal de cá ("Rio de Janeiro"). Se você for lá olhar, tem aquele palquinho onde fica gente mal encarada. As pessoas têm medo de usar a orla pra caminhar. Do lado de cá não...aqui é tranquilo, o pessoal sai de casa e usa mesmo (Líder comunitária de Nova Palestina).

Percebe-se que os moradores carregam certo estigma de viverem onde vivem. O medo os impede de sair de casa, de usufruir dos espaços livres, das ruas. Muitas vezes, os moradores mal sabem quem são os seus vizinhos, o que demonstra a força do poder paralelo no bairro, que amedronta e que impede que as pessoas vivam e se apropriem dos espaços públicos construídos para elas.

Outra importante intervenção a ser realizada na orla do bairro será feita por intermédio do Projeto Orla Viva, que prevê a criação de uma rota paisagística pelo mangue, adentrando a Ilha do Crisógono, às margens do canal do bairro.

A porta de entrada para a Ilha será a EMEF Neusa Nunes Gonçalves que, segundo o Projeto Orla Viva (2014, p. 16), é "uma edificação compacta, opaca, que fecha a vista e o acesso ao mangue". Nesse sentido, haverá uma integração paisagística, atrelando ao Projeto, o uso de materiais naturais, cores e texturas inspiradas na aparência do mangue, iluminação, sinalização em detalhes discretos para não modificar as características do ambiente natural. A base dessa proposta é inspirada no conjunto educativo:

O ponto de partida pra explorar a ilha é o conjunto educativo formado por escola e creche. Simbolicamente, o caminho começa onde o passeio da orla encontra o conjunto edificado dedicado ao ensino. Esta situação aponta a possibilidade de ampliar a experiência didática, aprendendo diretamente da proximidade do próprio mangue e envolver os alunos na proteção ao meio ambiente (PROJETO ORLA VIVA, 2014, P. 16).

A vivência do manguezal, portanto, se dará de maneira lúdica e educativa, onde os visitantes terão a oportunidade de adentrar no ambiente do manguezal por meio de passeios de pedestres suspensos mangue adentro, o que continuará permitindo o acesso de pequenas embarcações no canal local. Estão previstos a construção de um espaço chamado "uma casa na árvore", onde acontecerão jogos temáticos infantis, relacionados com o mangue, além de área esportiva, praça de acesso, passarelas de pedestres e ciclovias manguezal adentro. No meio da Ilha do Crisógono, ponto mais elevado, será projetado um mirante, como ponto final dos caminhos de acesso à Ilha (ver **figuras 26 e 27**).

Hoje, o acesso que a população tem ao manguezal é quase inexistente, a não ser por parte dos pescadores, que cruzam os canais do mangue a trabalho. Para uma população que vive às margens do ecossistema é de fundamental importância compreendê-lo e saber utilizá-lo de maneira racional, a fim de preservá-lo para as gerações seguintes.



Figura 26 e 27. Esquema de proposta de intervenção na Ilha do Crisógono (1) e (2). Fonte: Projeto Orla Viva (2014).

Como é possível observar nas **figuras 26 e 27**, o Projeto Orla Viva prevê uma série de veios que se deslocam do bairro Nova Palestina manguezal adentro. Os portais de entrada para o manguezal serão feitos em deques de madeira suspensos e, a partir deles, trilhas e ciclovias se abrirão em direção à Ilha do Crisógono, até que cheguem ao seu topo. Ao que se compreende, o principal enfoque desse projeto é o viés da educação ambiental a ser trabalhada com as crianças do bairro e da escola municipal, ponto de partida do Projeto.

4.3.3 Quadro de tipos de lazer

Quadro 5. Programa de Atividades de Lazer na Orla do bairro Nova Palestina

Alimentação
Não existe.
Esportes
Quadras de areia, quadra poliesportiva, academia popular e aulas de zumba na quadra da orla.
Recreação/Contemplação
Bancos, passeio contínuo e jardins (construídos pelo Poder Público).
Usos culturais/entretenimento
Palco coberto para apresentações.
Outros usos
O Poder Público desenvolve atividades de recreação e esportes na orla, como as aulas de zumba.
Observou-se que orla é frequentada por adolescentes como ponto de encontro.
Edifícios administrativos
Não existem.
Uso Comercial e de Serviços
Não existem.
Uso Residencial
Ao longo da orla encontram-se, majoritariamente, residências.
Funções do Lazer¹
Função psicorrecreativa / Função psicocompensadora / Função psicocriativa.
Interesses do Lazer²
Interesse social / Interesse artístico / Práticas Esportivas.

¹ Ver funções do lazer segundo Iwanowicz (1997) no subcapítulo 2.2

² Ver interesses do lazer segundo Marcellino (2006) no subcapítulo 2.2

Elaboração: Fernando Sartório

4.3.4 Considerações Sobre o Lazer na Orla do Bairro Nova Palestina

Foram identificados na orla do bairro Nova Palestina os seguintes aspectos:

[1] os jovens parecem concentrar-se mais na região da orla onde se encontram a quadra poliesportiva e quadra de areia, onde acontecem, diariamente, jogos de futebol improvisados. A arquibancada presente no local atrai outros jovens para assistir aos jogos.

[2] o Poder Público incentiva a prática de esportes e lazer ao ar livre, visto que foi constatada a existência de uma academia para a pessoa idosa, bem como aulas de zumba, gratuitas, voltadas à população do bairro.

[3] as opções de equipamentos de lazer poderiam ser mais diversificadas, pois percebe-se que existe uma quantidade significativa de *playgrounds* na orla, o que os tornam subutilizados.

[4] o projeto linear de orla trouxe a possibilidade da população ter um contato maior com o ambiente natural (manguezal).

Observou-se em campo, que a única oportunidade de usufruir de equipamentos públicos de lazer no bairro Nova Palestina encontra-se na orla. As outras atividades acontecem nas próprias ruas do bairro, estreitas, mas acolhedoras para as crianças, por serem calmas, com pouca passagem de automóveis. Além dos equipamentos, as brincadeiras de rua persistem, como os jogos de futebol e soltar pipas, principalmente. Ademais, os jovens adolescentes partem em pequenas embarcações manguezal adentro, para se divertirem na maré, através dos banhos de mar e da pescaria artesanal (ver o canal no **mapa 3**).

Além disso, destaca-se a importância do alinhamento entre Poder Público e lideranças comunitárias, para que as obras públicas sejam implementadas. Um diálogo estável, que atenda aos interesses de ambos os lados permitem a contemplação de obras pontuais.³⁰

³⁰ Fenômeno estudado por Souza (2006) e Maricato (2011), quando tratam da cooptação, da troca de favores e da implementação de políticas públicas pontuais em troca de votos.

4.4 Bairro Maria Ortiz

4.4.1 Contexto do Bairro

O bairro Maria Ortiz tem uma história que remonta à década de 1970 quando a PMV utilizava o espaço para despejo de lixo. Era uma área na orla do manguezal, caracterizada pelo acúmulo de entulhos e dejetos que avançavam sucessivamente sobre o manguezal de Vitória, contribuindo, assim, para o aterramento da área, como ocorreu em vários outros bairros da baía noroeste. A área que abrange o bairro era conhecida como "lixão de Goiabeiras", com uma população predominante de "catadores de lixo", que utilizava o material para subsistência e comercialização (DIAGONAL URBANA, PROJETO TERRA, SEDEC / DIT / GEO/PMV, 2006).



Figura 28 e 29 Baía Noroeste - região do bairro Maria Ortiz em 1970 e em 2012 (1) e (2). Fonte: Veracidade (2014). Disponível em: www.veracidade.com.br. Acesso em: 12 de dez de 2014

Nesse período, a PMV, a partir de demandas da sociedade civil organizada, iniciou um processo de urbanização do bairro, aproveitando as áreas de aterro já realizadas pelo acúmulo do material do lixão. Foram realizadas, portanto, entre o final da década de 1960 e a década de 1970, o aterramento do bairro, a pavimentação de ruas, a divisão dos lotes residenciais, com a construção de HIS, bem como a construção de praças, escolas e posto médico. Não obstante, o problema do déficit habitacional persistia e a quantidade de famílias morando em palafitas, era considerável. Como ocorria em outras áreas da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a construção de HIS atraía significativo contingente populacional para o bairro Maria Ortiz, agravando a questão do déficit habitacional (FREIRE, 2014).

Nos anos de 1980, houve construção de mais HIS, totalizando 294 unidades habitacionais, em uma área aterrada do mangue, oportunidade em que famílias que viviam em situação de risco, receberam novas moradias. Essas unidades habitacionais são conhecidas como Residencial Maria Ortiz. Conforme abordado por Freire (2014), a construção de HIS transformou a paisagem do bairro, que passou a somar, junto aos loteamentos "ilegais", áreas habitacionais legalizadas. Até hoje, tais problemáticas estão presentes nas metrópoles brasileiras.³¹

Outro fator importante, conforme já abordado, foi o pico de adensamento populacional, estimulado pela chegada do Poder Público no bairro. O adensamento trouxe consigo o agravamento das problemáticas ambientais locais, como a supressão do manguezal e a falta de áreas livres verdes. Para Souza (2010), os problemas ambientais das metrópoles estão intimamente ligados à segregação residencial e podem gerar diversos impactos ambientais, como o desmoronamento e deslizamento de encostas, bem como, enchentes e poluição atmosférica.³²

As problemáticas de segregação e de degradação ambiental são agravadas pela falta de regularização fundiária que ainda persiste no bairro, segundo a liderança comunitária entrevista. Frise-se ainda a existência de um intenso tráfico de drogas, que compromete a vida expressiva juventude local.

Tabela 7. População residente por sexo e grupo de idade - bairro Maria Ortiz

Grupo de Idade	Total	%	Homens	Mulheres	Proporção da População (%)	
					Homens	Mulheres
0 a 14 anos	2.886	21,87	1.454	1.432	50,38	49,62
15 a 24 anos	2.407	18,24	1.216	1.191	50,52	49,48
25 a 64 anos	7.133	54,05	3.273	3.860	45,89	54,11
acima de 65 anos	771	5,84	321	450	41,63	58,37
Total	13.197	100	6.264	6.933	47,47	52,53

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 - Dados da Sinopse

Elaboração: Fernando Sartório

³¹ "O mercado residencial formal abrange menos da metade da população brasileira em nossas metrópoles. O Estado não controla a totalidade do uso e da ocupação do solo e nem oferece alternativas habitacionais legais. Uma parcela da cidade, aquela que se dirige à maior parte da população e evidentemente às parcelas de renda mais baixas é resultado da compra e venda de loteamentos ilegais ou simplesmente da invasão de terras. As favelas constituem a forma de moradia de grande parte da população metropolitana. Não se trata de exceção mas de regra" (MARICATO, 2011, p.179)

³² Problemas de drenagem, por exemplo, foram comumente encontrados nos bairros pesquisados, isso porque, os aterros subsequentes, juntamente com a falta de uma infraestrutura de drenagem e saneamento básico, dificultam o escoamento da água.

Em se tratando das infraestruturas e de equipamentos públicos do bairro, as demandas são diversas, principalmente em questões básicas, como a construção de quebra-molas, de sinalização e do término da construção do Centro Esportivo do bairro, que foi inaugurado sem ter suas obras finalizadas.

Tabela 8. Equipamentos Públicos por área de atuação - bairro Maria Ortiz

Área de atuação	Equipamentos
Saúde	Academia Popular da Pessoa Idosa Modulo SOE - Goiabeiras Unidade de Saúde
Trabalho e Renda	Telecentro - T M O
Assistência Social	Centro de Convivência para a Terceira Idade
Educação	CMEI Reinaldo Ridolfi EMEF Juscelino Kubitscheck de Oliveira EMEF Marechal Mascarenhas de Moraes Espaço Brincarte Grande Goiabeiras
Esporte e Lazer	1 quadra de futebol society - orla 4 quadras poliesportivas ¹ 3 <i>playgrounds</i> ² 1 quadra de areia - orla
Serviços Urbanos	-
Administração Pública	-
Total de Equipamentos: 18	

¹ Duas quadras estão na orla; ² dois *playgrounds* estão na orla;

Fonte: SEGES/GEO e informações coletadas em campo pelo autor

Elaboração: Fernando Sartório

Foi possível detectar que, no que diz respeito à infraestrutura de equipamentos de lazer, o bairro encontra-se bem equipado (ver **mapa 4**). No entanto, a relação dos moradores com a orla é relativamente distante. Ela se restringe ao uso dos pescadores, que não possuem relação com o movimento comunitário. Com a finalidade de aquilatar essa relação entre os moradores e o mar, o Movimento Comunitário do bairro tem buscado parcerias para implementar uma "escolinha de remo", de abertura da orla a visitas públicas, bem como para aqueles que desejam passear manguezal adentro. Seria muito proveitoso, uma vez que a beleza cênica do local é considerável, o que certamente atrairia pessoas de toda a cidade para visitas³³. Apesar disso, as dificuldades são várias, e as lideranças afirmam que o alinhamento com Poder Público é inexistente,

³³ A área encontra-se próxima a Unidade de Conservação Ilha do Lameirão (ver **mapa 4**)

devido a questões partidárias, o que tem afastado a implantação de projetos públicos no bairro.

4.4.2 Equipamentos na Orla

A orla do bairro Maria Ortiz não era urbanizada até o surgimento do Projeto Orla, da administração de João Coser (2005-2012). Assim como no caso de Nova Palestina, o Projeto Orla implantado em Maria Ortiz previa, além da criação de um espaço de lazer, um limite para a ocupação do bairro.



Figura 30 e 31. Perspectiva Humanizada - Projeto Orla, bairro Maria Ortiz (1) e (2). Fonte: Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (PMV).

Com a execução do projeto, o bairro passou a contar com um importante espaço de lazer, conforme é possível observar nas **figuras 30 e 31**. As intervenções foram diversas, sendo elas, a construção de: quadras poliesportivas, quadra de areia, quadra de futebol *society*, *playgrounds*, bancos em cimento e mesas, jardins, pergolados, calçadão de cerca de 976 metros e ciclovia, totalizando um espaço de 18,9 mil metros quadrados.

Outro fator importante do projeto foi a construção de deques de madeira, que servem como atracadouros para os pescadores do bairro.

A área edificada do projeto buscou abrir a possibilidade para um maior contato entre a população e a orla de manguezal do bairro, atendendo aos interesses dos moradores, que requeriam, junto a Prefeitura, por intermédio do Orçamento Participativo, uma área de lazer para o bairro. Apesar disso, urge destacar que área de manguezal é de preservação ambiental e que o projeto gerou impactos, já que foi preciso aterrar partes do mangue para a edificação da área de lazer.



Foto 30. Manguezal rente à área urbanizada - bairro Maria Ortiz. Fonte: Fernando Sartório, 02 abr de 2014.

O espaço de lazer encontra-se nas franjas do bairro, possuindo uma localização privilegiada, principalmente pelo valor cênico do local (**foto 30**). A ciclovia construída liga a Avenida Fernando Ferrari às áreas mais interioranas do bairro, o que melhorou a acessibilidade e deu a oportunidade da população usufruir melhor do espaço gerado. Pode-se caminhar por toda a orla, pois foi construído, rente à ciclovia, um passeio contínuo, que liga os diversos equipamentos de lazer construídos (**foto 31**).



Foto 31. Ciclovia e rua - bairro Maria Ortiz. Fonte: Fernando Sartório, 02 abr de 2014.

Todas as vias que circundam o bairro foram asfaltadas (rua Prof.^a Maria dada Penha Costa Rocha e rua Ciro Vieira da Cunha), aumentando a fluidez do trânsito local ao longo da orla. Freire (2014) aponta para uma problemática relacionada a isso, sendo ela, o aumento da passagem de veículos pelo local, que torna o ambiente perigoso para as crianças e adultos que buscam lazer na orla, tendo em vista que, a todo momento, é necessário atravessar entre os carros para se chegar aos equipamentos de lazer.

Nós já fizemos pedidos simples para a Prefeitura, como a construção de quebra-molas, mas nem isso o prefeito faz aqui. Esses dias uma criança foi atropelada em frente à escola. Como é que eu faço para explicar para o pai que é a Prefeitura que não quer construir!? (Líder comunitário de Maria Ortiz).

O Projeto Orla Viva, lançado na administração municipal atual, de Luciano Rezende (2013-2016), prevê melhorias na orla, com a construção de deques de madeira e atracadouros manguezal adentro, o que aprimoraria a relação entre a população e o manguezal, através da contemplação e da apropriação do ambiente (**figura 32**).



Figura 32. Projeto Orla Viva - bairro Maria Ortiz. Fonte: Projeto Orla Viva (2014).

É importante destacar que, hoje, os pescadores vivem à margem do ambiente da orla urbanizada. Em seu local de trabalho, os atracadouros são improvisados.

Os pescadores daqui não se misturam com o Movimento Comunitário. Eles são muito na deles e não possuem expressividade. Por isso nós queremos fazer as escolinhas de remo, mas tem que pagar alguém para tomar conta, tem que ter um espaço para guardar os equipamentos. Falta muita coisa ainda (Líder comunitário de Maria Ortiz).



Foto 32. Orla não urbanizada - bairro Maria Ortiz. Fonte: Google Street View (2013).

4.4.3 Quadro de Tipos de Lazer

Quadro 6. Programa de Atividades de Lazer na Orla do bairro Maria Ortiz

Alimentação
Não existe.
Esportes
Campo de futebol <i>society</i> , quadra de areia, quadra poliesportiva, academia da pessoa idosa e ciclovia.
Recreação/Contemplação
Deques de madeira, bancos, passeio contínuo e jardins (construídos pelo Poder Público).
Usos culturais/entretenimento
Não existem.
Outros usos
Observou-se que orla é frequentada por adolescentes como ponto de encontro, para a prática de esportes e de brincadeiras infantis.
Edifícios administrativos
Não existem.
Uso Comercial e de Serviços
Não existem.
Uso Residencial
Ao longo da orla encontram-se majoritariamente, residências.
Funções do Lazer¹
Função psicorrecreativa / Função psicocompensadora.
Interesses do Lazer²
Interesse social / Interesse artístico / Práticas Esportivas.

¹ Ver funções do lazer segundo Iwanowicz (1997) no subcapítulo 2.2

² Ver interesses do lazer segundo Marcellino (2006) no subcapítulo 2.2

4.4.4 Considerações Sobre o Lazer na Orla do Bairro Maria Ortiz

Os aspectos observados em campo, no bairro Maria Ortiz foram:

[1] a orla é intensamente utilizada por ciclistas e para prática de caminhadas nos passeios livres.

[2] as quadras poliesportivas recebem crianças, adolescentes e adultos para a prática de futebol, principalmente.

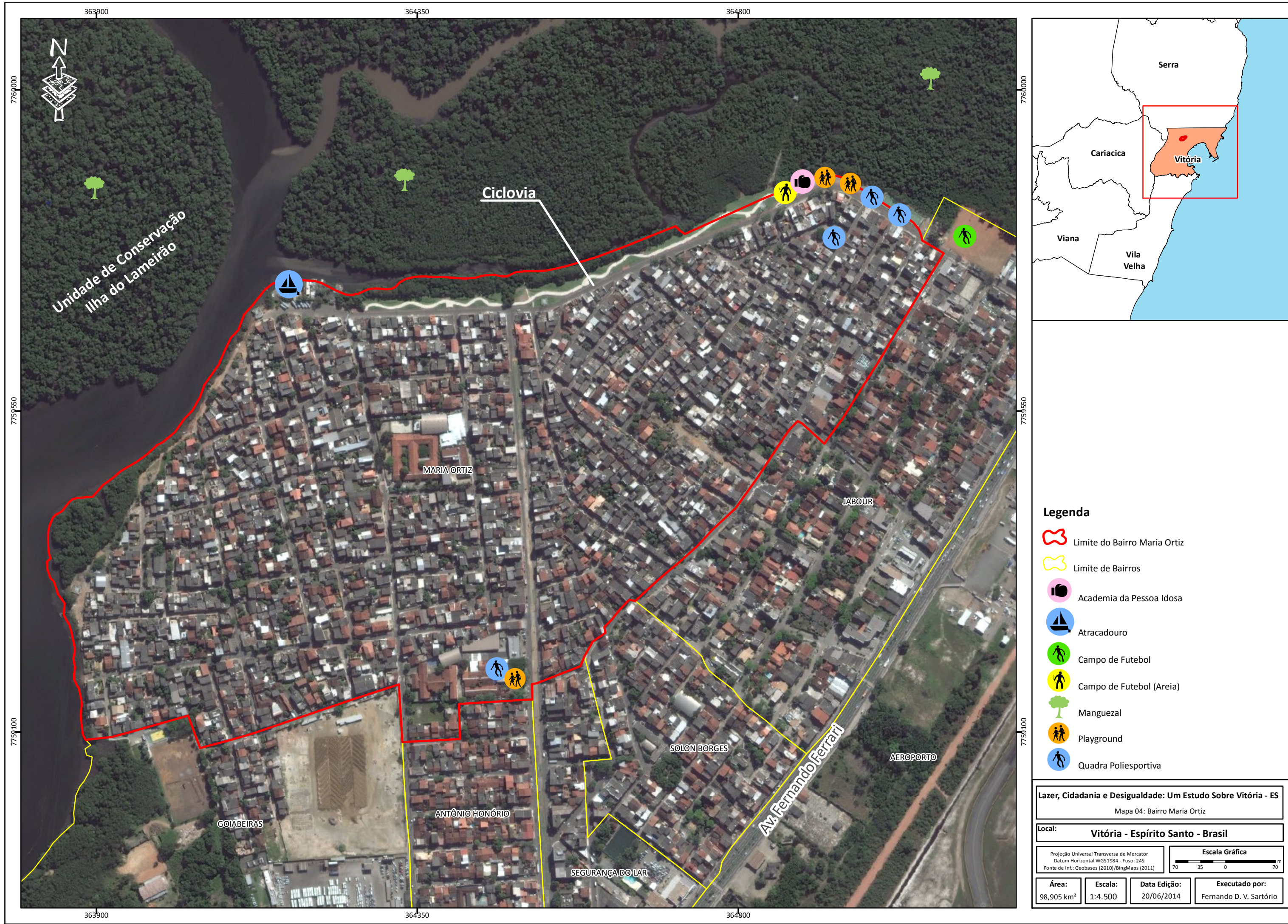
[3] como o bairro é extenso, os jovens também concentram-se em outros ambientes, como em quadras poliesportivas, espalhadas por outras partes do bairro.

[4] existe parte da orla que ainda não foi urbanizada, que é aquela onde os pescadores fazem atracadouros improvisados e desenvolvem o seu trabalho.

[5] a falta de quebra-molas ou elevações, nas ruas que cortam a orla, traz consigo certo risco aos transeuntes que pretendem utilizar a orla para o seu lazer.

Nesse sentido, a reurbanização da orla trouxe diversas melhorias para o bairro, principalmente em se tratando de um importante equipamento de lazer, utilizado com frequência pelas crianças, adolescentes, adultos e idosos. É um lugar iluminado e seguro para se caminhar livremente durante o dia e a noite, em alguns setores, especialmente próximos às quadras de areia e poliesportiva.

Infelizmente, a obra não foi feita por completo, preterindo os pescadores, localizados no final da orla, de um ambiente mais digno para o seu trabalho. A obra poderia prever a construção de *decks* de madeira para embarcações, conforme prevê o Projeto Orla Viva, que ainda não se sabe quando será executado. O mesmo projeto não é de ciência dos moradores locais, ou seja, falta ampla divulgação nos bairros, por meio da Prefeitura Municipal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar o fenômeno do lazer na contemporaneidade, na medida em que é um tema em voga, seja nas revistas ou nos jornais e mesmo entendido como um direito constitucional. As metrópoles dos países mais pobres e em desenvolvimento, principalmente, enfrentam uma grave crise urbana, que impede, os menos favorecidos, de terem acesso à equipamentos públicos de lazer de toda a espécie, culminando numa segregação socioespacial. O resultado é o desenvolvimento de práticas de lazer alternativas, intrabairro, além da busca por áreas da cidade que, geralmente mais ricas e mais equipadas, dispõem de um aparato de serviços socioculturais mais diversificados. Em muitos casos, tal fenômeno culmina no acirramento de conflitos entre os mais ricos, moradores de áreas mais equipadas, com os mais pobres, que buscam esses novos espaços como uma alternativa para o desenvolvimento do lazer.³⁴

Percebe-se que o jovem, ao sair da periferia, sofre com o olhar discriminatório. Os casos atuais, revelados pela mídia, evidenciam situações que corroboram esse pensamento dominante, como por exemplo, o impedimento da entrada de jovens em *shoppings centers* e as abordagens policiais sucessivas sobre esses jovens em locais considerados de classe média e alta.

Reverter ou amenizar este triste quadro, passa, em primeiro lugar, por uma atenção maior que deverá ser dada à realidade metropolitana hoje, seja, em primeiro lugar, por parte das instituições públicas ou privadas, através de planos e políticas e, em segundo lugar, urge que se reaprenda o real significado de cidadania, muitas vezes confundida e limitada à ampliação do poder de consumo dos indivíduos e a alguns poucos direitos conquistados. Não o agora, mas o futuro das grandes cidades está comprometido caso não estejamos atentos aos direitos dos indivíduos de modo integral e completo, independente do lugar em que estes se encontrem no espaço urbano. Cabe ao Estado traçar normas para que os bens deixem ser exclusividade dos mais abastados. Conforme salienta Santos (1996), o território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário.

³⁴ "Andando e observando as periferias de qualquer metrópole brasileira, é fácil constatar desigualdades e injustiças e outros fatores que colaboram para se definir um "espaço sem cidadãos"', nas palavras do professor SANTOS (1996, p. 43). Ainda segundo o autor, "é como se as pessoas nem lá estivessem" tal é a ausência dos serviços essenciais à vida social e à vida individual nesses territórios/fragmentos da cidade que se mundializa.

Difícilmente observam-se vultosos investimentos em espaços públicos de lazer nas periferias, como são feitos em áreas nobres da cidade. Tal fato é notoriamente percebido na cidade de Vitória, por exemplo, onde as diversas orlas recebem tratamentos diferenciados das administrações municipais há décadas. Frise-se que a implantação de equipamentos públicos ocorre de maneira mal planejada, com baixa qualidade e com baixos investimentos nas áreas metropolitanas mais pobres.³⁵

Exceções ocorrem e parecem demonstrar um futuro mais promissor do que o que se vê na atualidade. Na cidade de Vitória, por exemplo, alguns bairros da orla noroeste, considerada carente de diversos serviços, vêm recebendo investimentos públicos em ações de implantação de equipamentos públicos, como é o caso dos bairros São Pedro, Ilha das Caieiras, Nova Palestina e Maria Ortiz. Esses bairros tiveram nos últimos anos, suas orlas reurbanizadas, com a chegada de diversas melhorias e infraestruturas, tão essenciais para o desenvolvimento de uma vida mais plena e cidadã. Mesmo assim, cabe destacar que não é o suficiente, pois uma divisão mais igualitária dos recursos públicos entre os bairros, sejam os mais nobre ou os mais pobres, se faz necessária, conforme já abordado neste trabalho.

Como observado, em bairros ou regiões onde o Poder Público não se fez presente, é comum observar práticas de lazer alternativas, desenvolvidas nas próprias ruas e calçadas dos bairros. É a criatividade e a espontaneidade, apontadas por Santos e Volgel (1985) que predominam nos bairros. Ademais, é preciso afirmar que os moradores desses bairros clamam pela chegada do Poder Público, através de melhorias urbanas e de equipamentos públicos de lazer. Dentre as demandas, podem-se destacar: parques, praças, calçadas para caminhadas ao ar livre, urbanização de orlas, ciclovias, *playgrounds*, bem como, academias populares, além de uma política de animação cultural, que leve vida para esses espaços; caso realizados sem o estabelecimento de uma conduta do Poder Público para animá-los, podem acabar esquecidos. Dessa forma, é importante reiterar a necessidade de se construir equipamentos que mantenham um

³⁵ "Uma sociedade profundamente marcada por prisões reais e metafóricas se reflete e, ao mesmo tempo, é condicionada por uma espacialidade correspondente (fragmentada sociopoliticamente) que, em vez de colaborar para "educar para a liberdade" estimula o individualismo e o privatismo. Em uma sociedade onde os espaços públicos são tratados com desleixo pelo Estado e mesmo pela sociedade civil (o "espaço de todos" é, no fundo, uma "terra de ninguém"), muitas vezes sendo abandonados devido ao medo da violência ou para evitar o contato com a "população de rua" que prolifera" (SOUZA, 2006, p. 29).

vínculo com as comunidades locais, para que as crianças, adultos e idosos, desenvolvam as mais diversas práticas de lazer.

Observou-se nesta pesquisa, que o ambiente da orla, tão marcante no cotidiano dos moradores de Vitória, acaba sendo subutilizado, porquanto foi relegada por muitas administrações públicas, culminando num processo de degradação ambiental e humana grave. Trazer um novo vigor para a orla significa integrá-la ao meio em que ela está inserida, humanizando-a através do estabelecimento de uma ligação entre o meio natural e o homem. Não obstante, é de bom tom frisar que a vida de muitos trabalhadores desses ambientes depende, exclusivamente, daquilo que a baía de Vitória e o mar proporcionam.

Por isso, podemos afirmar que o lazer se estabelece na vida das pessoas das periferias, como um “campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais” (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p. 176). A possibilidade de “transcendência”, pelo lazer, dos limites impostos à liberdade da classe trabalhadora ganha força quando há opções de lazer que atendam aos variados interesses das pessoas, de forma que elas possam exercer mais livremente seu direito de escolher de que maneira preferem vivenciar essa esfera de suas vidas, seja descansando, assistindo a um concerto de música, praticando um esporte, passeando com a família, viajando, cuidando de um jardim, lendo um livro ou mesmo encontrando os amigos, entre as mais diversas outras opções. Paralelamente, é preciso haver uma educação para o lazer que possibilite aos indivíduos maior autonomia no uso de seu tempo, liberado das obrigações, de modo que não se limitem a corresponder às expectativas da indústria cultural, para cuja reprodução a esfera do lazer representa espaço privilegiado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. A. B. de; GUITIERREZ, G. L. **Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas**. Conexões, Campinas, v. 2, n. 1, 2004, p. 48-61. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fef/publicacoes/conexoes/v2n1/ArtigoMarcos.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

ALVA, E. N. **Metrópoles (in) Sustentáveis**. Porto Alegre-RS: Ed. Relume Dumará, 1997.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Ed. Pioneira, 2004.

ANDREATA, G.. **Na lama prometida a redenção**. São Paulo: O Recado Editora, 1987.

BARBOSA, I. B. M.. **Modernidade e assimetrias na paisagem: a fragmentação de ecossistemas naturais e humanos na baía noroeste de Vitória - ES**. 2004. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-24082005-164110/>>. Acesso em: 07 jun. 2014

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

BOM MEIHY, J.C. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BONDUKI, Nábil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4 ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade, FAPESP, 2004.

BONDUK, N.; ROLNIK, R. “Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho”. In: MARICATO, E. (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1982.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

CÂMARA, G.; CARVALHO, M. S. ; FUCKS, S.; MONTEIRO, A, M. Análise Espacial e Geoprocessamento. In: CÂMARA, G.; CARVALHO, M. S. ; FUCKS, S.; MONTEIRO, A, M. (Orgs.). **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004, p. 21-52.

CAMARGO, L. O. de L. **O que é Lazer**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1986.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo, Editora Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

CASTELLANI FILHO, L. Lazer, política e gestão pública. In: ISAYAMA, H. F, LINHALES, M. A. **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 119 - 135.

CASTELLO, L. N. **A evolução dos espaços públicos de lazer e turismo na orla marítima de Vitória-ES**. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CAMPOS, J. C. T. de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória / Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CAPRA, A. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1999.

COSTA, P. C. da C. **A Condição Urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002, p. 304.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1989.

CUNHA, R. D. A. **Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis**. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

DERENZI, L. **Biografia de uma Ilha**. 2ª Ed. Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995, p. 163.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. 4ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012a.

_____. **Sociologia Empírica do Lazer**. 3ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012b.

ELTON, E. **Tipos Populares de Vitória**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1984.

_____. **Logradouros Antigos de Vitória**. 2ª edição. Vitória, IJSN, 1986.

FERREIRA, R. D. **Os manguezais da baía de Vitória (ES)**: um estudo de geografia física integrada. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FREIRE, A. L. O. **Projetos de urbanização em Vitória-ES**: aspectos do processo de produção de uma metrópole moderna. Geosp. São Paulo, nº 15, ano 2003.

_____. **O lazer na cidade contemporânea:** práticas culturais através do brincar. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (anais). UERJ, Rio De Janeiro, 2013.

_____. **Ensaio sobre a cidade anti-democrática:** pensando os bens e serviços a favor da cidadania. Geografares. Vitória, nº 05, ano 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/1052/773>. Acesso em: 01 jun. 2014.

_____. **Espaços públicos de lazer na infância:** sobre as limitações das atividades lúdicas na cidade. Caminhos da Geografia. v. 15, n. 50 Jun/2014 p. 01–17. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/24766>. Acesso em: 01 de. 2014.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana:** ensaios sobre a geopolítica da cidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **O lugar do olhar:** elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, M. A. S. **Os parques e a produção do espaço urbano.** Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

GURGEL, A. de P. **São Pedro, Vitória um exemplo para o mundo.** Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Ed. Boitempo, 2011.

INSTITUTO POLIS,. **Projeto São Pedro.** Dicas Polis-Ildesfes - Ideias para a ação municipal. Nº 103, 1998, p. 2. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/481/481.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

IPES - Instituto de Pesquisa do Espírito Santo. **Indicadores Econômicos do Espírito Santo.** 2001; 2003, Vitória-ES (mimeo).

IWANOWICZ, J. B. Aspectos Psicológicos do Lazer. In: BRUHNS, H, L (org). **Introdução aos Estudos do Lazer.** Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1997.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

JESUS, G. M. Contribuições da Geografia para o Estudo do Lazer. In: MELO, Victor, A de (org.). **Lazer: olhares multidisciplinares.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010.

KITOKO, D. K. **Urbanização e ausência de espaços públicos:** um estudo sobre a Grande São Pedro, Vitória-ES. 2007. Monografia (Bacharelado) Departamento de

Geografia - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

KLUG, L. B. **Vitória: sítio físico e paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.

KLUG, L. B. et all. **O impacto da urbanização na melhoria da qualidade de vida e no respeito ao meio ambiente: estudo de caso do bairro Resistência – Vitória – ES**. In: VI Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2002, Vitória - ES. Anais. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/sibesa6/cclxii.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2014.

KURZ, R. A ditadura do tempo abstrato. In SESC/WLRA. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p. 39 - 46

LANDIN, I. M. R. P. **Dualidade Formal e Informal na Busca pelo Direito à Cidade**: Os processos de Construção do Espaço Urbano a partir da Moradia na Cidade de Vitória. Vitória, 2010. Dissertação (Mestrado) PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. Tradução de Maria Helena R. Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.

_____. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sergio Martins. 3º edição. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008.

_____. **O Direito a Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5º edição. São Paulo: Ed. Centauro, 2010.

MARCELLINO, N. C. (Org.). **Enfoques culturais na formação do profissional de lazer**". In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, Coletânea, 2000, Camboriú, p. 72-74.

_____. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 4ª edição. - Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2006.

_____. **Lazer e Cultura**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

_____. **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2008.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. **As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer**. Impulso, Piracicaba, v.17, n. 44, p. 55-66, 2006.

MARICATO, E. **Impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINUZZO, J. A. **Projeto Terra: Vitória para todos**. Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória-ES, 2002.

MASCARÓ, L. **Ambiência Urbana**. Porto Alegre, 1996, Sagra D.C. Luzzatto Editores, 1996.

MELO, V. A de (Org.). **Lazer**: olhares multidisciplinares. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010.

MELO, V. A de.; ALVES JÚNIOR, E. D. **Introdução ao Lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

MENDES, R. **Globalização, urbanização e lazer**. Experimental, ano 1, num.1, p. 69-76, jul. 1996.

MENDONÇA, E. M. S. **Transferência de interesse no percurso da verticalização da construção em Vitória (ES)**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos**. Estudos e Pesquisas em Psicologia (online), V.2, UERJ- RJ, 2007. Disponível em: <http://www.revipsi.uerj.br/v7n2/artigos/pdf/v7n2a13.pdf>. Acesso em 01 jun. 2014.

MONJARDIM, A. **Vitória física: geografia, história e geologia**. 2. ed. Vitória, PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995. 108p.

MOREIRA, W, W; SIMÕES, R. Lazer e Qualidade de Vida: a corporeidade autônoma. In MARCELLINO, N.C (Org.). **Lazer e Sociedade: Múltiplas Relações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p.173-191.

OLIVEIRA, J. A. de. “**A Cidade no Horizonte do Provável: políticas e desenvolvimento urbano**”. In: SILVA, José Borzacchiello et alii (Orgs.). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza-CE: Ed. UFC, 1997.

PADILHA, V. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, A; DACOSTA, L. P. (Orgs.). **Lazer e Trabalho: um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 43-53.

PORTUGUEZ, A. **Consumo e Espaço. Turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Rocca, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Projeto Terra**, 2006 (mimeo).

_____. **Vitória Bairro a Bairro**, 2013 (mimeo).

RASMUSSEN, S. **Arquitetura Vivenciada**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1986.

RIBEIRO, L. C. de Q., SANTOS JUNIOR O. A. dos. **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

RODRIGUES, A, B. **Turismo e Espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo, Hucitec, 1997.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC/WLRA (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p. 179 - 184.

_____. **O que é periferia?**. Blog Wordpress. 2010. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/14/o-que-e-periferia-entrevista-para-a-edicao-de-junho-da-revista-continuum-itaucultural/>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

SADER, E. Trabalho, desemprego e tempo livre. In: SESC/WLRA (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p. 191 - 200.

SALLES, C. A. Nós, os capixabas. Revista *Você*, Vitória: Ufes, n.42, set. 1996. In **Estação Capixaba**, Vitória, 2000. Seção Textos – Identidade capixaba. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/index.html>>. Acesso em 28 set. 2014.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Ed. Nobel, 1987.

_____. Tendências da Urbanização Brasileira no Fim do Século XX. In: CARLOS, A. F. (Org.). **Os Caminhos da Reflexão Sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. Lazer popular e geração de empregos. In: SESC/WLRA. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p. 31 - 38.

SANTOS, C. N. F. dos (coordenador) e VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.

SARTÓRIO, F. D. V.; FREIRE, A. L. O. **Lazer na cidade contemporânea: um estudo sobre o acesso aos equipamentos urbanos a favor da cidadania em Vitória-ES**. Anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Fernando-Domingos-Vieira-Sart%C3%B3rio-Ana-Lucy-Oliveira-Freire.pdf>. Acesso: 01 jun. 2014.

SASSEN, S. A cidade e a indústria global do entretenimento. In: SESC/WLRA. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p. 113 - 120.

SEABRA, O, C. L. **Meandros dos Rios nos Meandros do Poder. Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 1987.

_____. Conteúdos da Urbanização: dilemas do método. In: SILVA, J. B. et al (Orgs.). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza-CE: Ed. UFC, 1997.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público. Jardins no Brasil**. Cidade Aberta, São Paulo, Studio Nobel, 1996.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. 1.ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

SILVA, D. A. M, da. Territórios do Lazer: panoramas e reflexões sobre a animação sociocultural. In: MARCELLINO, N. C (Org.). **Políticas Públicas de Lazer. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2008, p. 97-118.**

SILVA, G. P.; VERSIANI, I. V. L. **Espaço público de lazer no ambiente urbano:** ampliação das possibilidades de convivência, socialização e mudança de cenários violentos. *Revista Latinoamericana de Desarrollo Humano*, nº 74, ano 2011. Disponível em: http://www.revistahumanum.org/revista/wp-content/uploads/2012/03/CGHch9me4vbrasil_.pdf. Acesso em: 03 jun. 2014.

SOUZA, M. L. de. **A Prisão e a Ágora:** Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A B C do Desenvolvimento Urbano.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TARDIM, Raquel. **Espaços Livres: sistema e projeto territorial.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

VEAL, A. J. **Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo.** Tradução Gleice Guerra, Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011.

VERONEZ JUNIOR, P. et al. **Sonar de varredura lateral e sísmica de alta resolução aplicados no estudo de ecofácies na baía de Vitória - ES.** *Rev. Bras. Geof.* [online]. 2009, vol.27, n.3, pp. 411-425. ISSN 0102-261X. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-261X2009000300009>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

YÁZIGI, E. **O mundo das calçadas. Por uma política democrática de espaços públicos.** São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ZECCHINELLI, I. S. **Projeto São Pedro – Desenvolvimento urbano integrado e preservação do manguezal – Vitória (ES) – Uma experiência municipal a caminho do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) Instituto de Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, UFRJ, 2000.

ZIGONI, Patrícia. O lugar da família nas políticas de lazer. In: MELO, Victor, A de (org). **Lazer: olhares multidisciplinares.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010. p. 83-104.

_____. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (Orgs.). **Lazer e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 53-82.

APÊNDICE A

MODELOS DOS QUESTIONÁRIOS

Entrevista 1 - Poder Público/Projeto Orla Viva	
Nome:	Data:
Cargo:	Hora:
Características do projeto	
Canais de participação popular	
Público alvo	
Principais entraves na implementação	

Entrevista - Poder Público/Projeto Orla (João Coser)	
Nome:	Data:
Cargo:	Hora:
Quais áreas serão beneficiárias de projetos?	
Quais são os valores dos empreendimentos do Projeto Orla Municipal?	
Por que há disparidades na distribuição de recursos?	
Principais entraves na implementação	

Entrevista - Ativistas, Líderes Comunitários e moradores	
Nome:	Data:
Profissão:	Hora:
Há quantos anos o senhor reside neste bairro?	
Quais eram as diversões do bairro durante a sua infância aqui?	
Existiam áreas específicas de lazer no bairro?	
Você se lembra de alguma promessa do Poder Público no que diz respeito à construção de áreas de lazer?	
Quais foram os últimos investimentos em lazer realizados no bairro?	
Houve canais de participação para a criação de espaços públicos de lazer?	
Quais são as principais necessidades de lazer da população do bairro?	